

AVISO SOLENE AOS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

EANES GARANTE DEMOCRACIA AO POVO PORTUGUÊS



Salgueiro Maia, comandante do esquadrão de blindados da Escola Prática de Cavalaria, volta a ocupar um lugar preponderante no processo político-militar

«Na qualidade de chefe do Exército, quero agradecer à Cavalaria o trabalho extraordinário que teve em manter esse mesmo Exército e quero também em vosso nome, e em nome dos cavaleiros de Portugal dizer ao Povo Português que terá a sua democracia e que não haverá ditadura que se consiga impor» — afirmou hoje peremptório o general Ramalho Eanes, ao finalizar o seu discurso perante os militares da Escola Prática de Cavalaria de Santa-rém no decorrer das cerimónias do Dia da Unidade que levaram àquela cidade numerosos convidados militares. Destacam-se os comandantes

de todas as unidades de Cavalaria do País e das unidades da Região Militar de Lisboa. O general Ramalho Eanes, estava acompanhado pelo brigadeiro Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa, e pelo director da Arma da Cavalaria brigadeiro Duarte Silva. Chegado cerca das 10 horas, a Santa-rém, no E. P. C. passou revista às forças em parada, dentro de um jeep. Seguiu-se o desfile dos efectivos da Escola. As forças em parada eram comandadas pelo major Bernardino Godinho o esquadrão de blindados pelo capitão Salgueiro Maia.

Antes do discurso de

Ramalho Eanes, o capitão Cadavez daquela Escola fizera o historial da Cavalaria e salientou a acção relevante da E. P. C. no 25 de Abril e a responsabilidade então contraída com o Povo e que a E. P. C. procurará sempre cumprir.

O general Ramalho Eanes fez também no seu discurso o historial da Cavalaria. Sublinhou ter recebido esta no seu início «o influxo dos princípios éticos dos cavaleiros medievos» e beneficiado da «renovação proporcionada sobretudo a partir da Revolução iopular de 1383 pela nobilitação de numerosos elementos oriundos dos estractos mais baixos da sociedade portuguesa

coeva». A concluir: «Assim surge a Cavalaria como arma que sendo embora predominantemente integrada por elementos da mais alta linhagem cedo foi aberta aos mais desfavorecidos».

O general Ramalho Eanes diria ainda, em conferencia de Imprensa durante a sua visita ao E. P. C., interrogado sobre Spínola e o artigo da revista «Stern», que o ex-general tentaria impedir as eleições através de uma agitação grande «que pudesse justificar determinados actos terroristas».

Sobre o plenário do C. A. P., no próximo domingo, afirmou que o Exército assegurará a liberdade de reunião.

COCA-COLA NO BRASIL SABE A MORTE

(Pág. 20)

Dias Lourenço confirma entrevista de Wallraff

«Wallraff é um homem honesto. A entrevista com Spínola teve mesmo lugar. Eu ouvi a gravação e posso testemunhá-lo. Simplesmente muitas das afirmações do ex-general não devem passar de fanfarronadas», declarou-nos esta manhã António Dias Lourenço, director do «Avante» e membro do Comité Central do P. C. P., que esteve presente na conferencia de Imprensa dada em Bona pelo jornalista e escritor alemão.

A propósito das afirmações vindas no vespertino «A Luta», que ligava a presença de Dias Lourenço na citada conferencia a uma manobra do P. C. P. e daquele jornalista como

«mais uma etapa do projecto de desestabilização e de minar o prestígio dos conselheiros da Revolução...», aquele dirigente comunista considerou «extraordinário como se procura especular com a minha presença na conferencia e se tenta envolver o Partido Comunista, quando se houvesse qualquer ligação do P. C. P. a tudo isto, eu seria certamente a última pessoa a lá estar».

Dias Lourenço afirmou-nos depois que a sua presença na capital da Alemanha Federal se devia unicamente ao facto de ter ido tratar da ida de uma delegação do seu partido no próximo dia 1 de Maio a Bona

Continua na pag. 20

CONSELHO DE MINISTROS APRECIA DECRETO SOBRE CONTROLO OPERÁRIO

Começaram já a ser recebidos no Ministério da Administração Interna os primeiros votos para a Assembleia da República.

Com efeito, segundo disse o comandante Costa Correia, do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais, o MAI recebeu já, via postal, alguns votos dos emigrantes portugueses espalhados pelo Mundo.

A título de curiosidade refira-se igualmente que continuam a ser recebidos ainda votos referentes às eleições para a Assembleia Constituinte. No entanto, a confusão não é possível, dadas as datas do correio e a diferença dos boletins de voto.

O Conselho de Ministros deverá tomar, na sua reunião de hoje, uma decisão definitiva sobre o problema dos jornais «Época» e «O Setubalense» e dos salários em atraso dos trabalhadores da «República». Em S. Bento, a marcar posição, encontrava-se uma delegação da comissão de luta deste vespertino, que em comunicado dirigido ao Conselho exigia nomeadamente o imediato pagamento dos salários dos meses de Fevereiro e Março, o direito ao trabalho e a publicação da «República» diário, e não semanal, conforme tem defendido a administração.

Os membros do Governo, que se irão ocupar de uma extensa agenda de 41 pontos, ouvirão ainda exposições do Pri-

meiro-Ministro e do ministro da Justiça sobre as viagens à Áustria e a Estrasburgo (Conselho da Europa), para além de uma análise do secretário de Estado do Planeamento Económico sobre os problemas financeiros e orçamentais do I. A. R. N. Entre outros assuntos a destacar contam-se a apreciação de um diploma sobre a possibilidade de redução da laboração das empresas para três dias por semana e um outro referente ao controlo de gestão.

O Conselho analisará ainda um diploma sobre a possibilidade de conservação da nacionalidade portuguesa para os indivíduos domiciliados em território tornados independentes, que, segundo Vítor Crespo, irá contemplar os cidadãos des-

cendentes de pai ou mãe estrangeiros nascidos nas ex-colónias portuguesas, particularmente indianos, chineses e paquistaneses.

A uma pergunta do nosso jornal sobre a situação dos dezasseis trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves impedidos pela administração de entrarem nas instalações da empresa, o ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, declarou que o problema será contemplado num diploma do seu gabinete enviado hoje para o «Diário do Governo», o qual legisla sobre o procedimento legal em matéria de saneamento, já que, frisou, é contra toda a espécie de saneamentos, «sejam eles à direita ou à esquerda».

SPINOLA "CONVIDADO"

A SAIR DA SUÍÇA (Pág. 9)

24 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

CONNOSCO A EUROPA

Prometem-nos que a Europa nos ajudará se...Seria longo enumerar os argumentos que são condições e as condições que pretendem ser argumentos. Mas é claro, demasiado claro, que a «Europa estará connosco» sob certas condições e que a autenticidade da nossa vida política sofre pressões, que à nossa liberdade se levantam obstáculos. Fala-se, por um lado, de liberdade democrática, da soberania democrática, de representatividade democrática, mas, por outro lado, o sr. Henry Kissinger permite-se declarar — segundo ao Mundo divulgou o «New York Times» — que, segundo os dirigentes dos Estados Unidos, a «inclusão de comunistas em Governos da Europa Ocidental destruiria a NATO». A experiência portuguesa, pós-25 de Abril, prova que não é assim. Mas, como é evidente, o sr. Henry Kissinger não pensa, em particular, no Governo de Lisboa, pensa na melhor maneira de torpedear o avanço da «esquerda» na Europa Ocidental e a perspectiva unitária em França, na Itália, na Espanha.

Repelir ingerências, não aceitar condições, é a primeira linha de defesa de uma verdadeira política de «independência nacional».

UM JANTAR, UMA VIAGEM E UMA CANDIDATURA

As agências transmitiram o que publicou o «Arbeiter Zeitung» acerca das circunstâncias que rodearam este convite de Bruno Kreisky — o chanceler socialista austriaco — ao almirante Pinheiro de Azevedo para visitar a Áustria. Frustrado o jantar que encerraria o encontro dos dirigentes socialistas no Porto, Bruno Kreisky apresentou cumprimentos ao Primeiro-Ministro português e convidou-o para fazer uma visita a Viena. A visita possibilitou esse mais íntimo contacto entre Bruno Kreisky e Pinheiro de Azevedo que as pressões do P.P.D. tinham evitado.

Claro que o almirante Pinheiro de Azevedo, interrogado sobre o assunto, teve dificuldade em reconhecer durante a conferência de Imprensa em Viena, no Hotel Imperial, as pressões insólitas do despoitado Sá Carneiro. Segundo as agências teria respondido: «O P.P.D. não manda em mim, de forma nenhuma. O que aconteceu foi o seguinte: Dois dias antes do jantar do Porto, o dr. Sá Carneiro pediu-me uma audiência de cinco minutos e disse mais ou menos o seguinte: É verdade o que dizem os jornais que o sr. almirante vai ao Porto como convidado do Partido Socialista? Eu disse: é mentira. Ele disse: muito obrigado e retirou-se: e foi tudo. Tenho testemunhas.»

As testemunhas confirmarão o relato para a História. Mas estes «cinco minutos» poderão ter prejudicado uma carreira política; eventualmente poderão ter comprometido um destino presidencial. O almirante Pinheiro de Azevedo não deu a Sá Carneiro, como resposta, a merecida histórica palavra. Ou será que só para os trabalhadores é de uma desinibida linguagem?

DA MORTE POLÍTICA

Perguntado sobre António de Spínola, na conferência de Imprensa que realizou em Viena de Áustria, o almirante Pinheiro de Azevedo, teria respondido que um político não pode cometer erros políticos e que o ex-Presidente cometera grandes erros políticos. Para o almirante Pinheiro de Azevedo, dois problemas se levantaram em relação a Spínola: não deixar degradar a imagem do militar e garantir ao ex-general um julgamento isento, caso ele entrasse em Portugal.

Registamos estas ideias, respigadas, com cuidado, do noticiário das agências. Efectivamente, os «erros políticos» são aqueles que matam os políticos. Trata-se claro está de «morte política». Mas em política, como na vida existem «cadáveres adiados» (Fernando Pessoa).

HIPÓTESES CIVIS

Ganham terreno a ideia de uma candidatura civil para a Presidência da República. Consta que no Partido Socialista a hipótese tem feito caminho, apesar de terem sido arredados por motivos de saúde, de idade e de cansaço, os nomes de Henrique de Barros, António de Macedo e José de Magalhães Godinho. Todavia há quem pense que as personalidades mais destacadas do Partido Socialista poderiam dividir entre si os cargos de Presidente da República e de Primeiro-Ministro, deixando a um militar o posto de ministro da Defesa Nacional.

Divulgada, nos meios políticos, esta informação despertou reacções diferentes e discordantes. A sorte desta «hipótese civil» é duvidosa, mas cresce a ideia de que é tempo de o Presidente da República ser um civil.

DEMAGOGIA SUBVERSIVA

A propaganda eleitoral do P.P.M. (Partido Popular Monárquico) vem excedendo os limites do bom senso e do bom gosto. Apresenta-se revestida de um carácter demagógico e frenético. Poderá mesmo nalguns casos ser interpretada como um apelo à subversão. É de uma nação à beira da sepultura que nos fala o manifesto ao povo das Beiras dos candidatos do P.P.M., dos distritos de Castelo Branco, da Guarda e de Viseu. Com as mais carregadas cores afirmam: «...a Nação desce a escada que conduz à sepultura... Esta retórica baseia-se num negativismo grosseiro. É todo o «processo revolucionário» português que é posto em causa. Dá a impressão que foram buscar a demagogia irresponsável às orações dos desabusados caceteiros miguelistas.

A procissão ainda vai no "zarco"

FLAMA LEGALIZA-SE ?

A organização separatista Flama deixou a clandestinidade e passou pelo notário. Na legalidade, ela apresenta-se agora sob a sigla A.P.A.M. (Associação Política do Arquipélago da Madeira) e promete desenvolver grande trabalho político, localmente e junto das colónias e emigrantes madeirenses espalhados pelo mundo.

Trata-se de uma situação surpreendente, objecto de discussão por todo o Funchal. A associação do nome da Flama à A.P.A.M. é geralmente feita pelas pessoas que conhecem os subscritores da «escritura» desta última (notário de Santa Cruz) e que se identificam com os designios da «Frente de Libertação da Madeira».

Pela sua parte, a A.P.A.M. nega ser, ela própria, a Flama, ou ter com esta qualquer parentesco.

No sentido de esclarecer posições, o «D.L.», contactou a controversa A.P.A.M., com escritório no Funchal, Rua do Carmo, 64 — 2.º. As questões apresentadas responde Luís

Teixeira, um dos subscritores dos estatutos da Associação.

Pretendemos que nos dissesse, objectivamente, se a A.P.A.M. era, afinal, a Flama sob a capa da legalidade. Naturalmente, o porta-voz da A.P.A.M. diz-nos que «não».

«Pela leitura dos estatutos da A.P.A.M. se verifica que esta não é a Flama. A A.P.A.M. deseja agrupar os madeirenses que pensam acima de tudo na sua terra como entidade regional. A Flama, ao que sabemos através da leitura de comunicados que têm circulado, é uma organização clandestina que defende a partida a independência do arquipélago da Madeira.»

Sobre a adesão e o número de inscrições nos primeiros dias, Luís Teixeira conta que «a adesão tem sido muito grande. Aliás, criamos a A.P.A.M. por sentirmos em vastas camadas da população o desejo de se agruparem numa associação deste género. Estamos neste momento a começar. Estamos a distribuir as fichas de

inscrição e a esclarecer aqueles que nos visitam sobre os nossos propósitos. É demasiado cedo para falarmos em números».

«Passarão a partido político? Quando? Dependerá do número de associados ou do momento político?»

«O art.º 14, que se refere à competência do Congresso, na sua alínea g) diz: «deliberar sobre a extinção da A.P.A.M. e sobre a sua transformação em partido político». Essa transformação dependerá do movimento político. Como tal, não podemos ainda prever quando.»

Quanto aos objectivos imediatos da Associação, o representante da A.P.A.M. remete-nos para os estatutos da organização. Responde-nos, contudo, a uma pergunta sobre eventuais contactos da A.P.A.M. com os emigrantes:

«Representantes nossos já se deslocaram, ou antes, estão até neste momento em vários países estrangeiros onde existem colónias de emigrantes madeirenses. Fazemos neste campo um grande esforço, por forma a, num muito curto prazo, cobrirmos a totalidade das colónias de emigrantes madeirenses em todo o mundo. Os resultados conseguidos até agora, encorajam-nos a prosseguir.

«Relativamente às condições exigidas para efeitos de inscrição na A.P.A.M.: «o artigo 8.º dos estatutos (admissão de sócios) diz que se podem inscrever como associados da A.P.A.M. todas as pessoas maiores de 18 anos, no uso dos seus direitos civis, naturais do arquipélago da Madeira ou a este ligadas por vínculos afectivos ou de residência, com idoneidade moral, civil e política, que declarem aderir aos objectivos da A.P.A.M. e que sejam aceites pelo secretariado sob proposta de dois associados».

Entretanto, e conforme referimos, a despeito da clareza destes depoimentos, nomeadamente a afirmação de que A.P.A.M. e Flama não são a mesma coisa, grande parte da população exprime opinião diferente.

É possível ouvir, hoje, num café da baixa do Funchal: «Já visitaste a sede da Flama? Quanto mais cedo lá fores, mais baixo será o teu número de sócio...»

Como se sabe, a Flama pretende que o «zarco» substitua o escudo numa Madeira «independente». Dá a supor que a procissão andava no «zarco»...

Entretanto, ontem a A.P.A.M. deu uma conferência de Imprensa. Na oportunidade os seus dirigentes disseram que não havia, neste momento, contactos com a Flama, e sublinharam que da mesma forma que antes do 25 de Abril era proibido falar da guerra no Ultramar, também agora, em relação à Madeira, não se podia, sequer, falar em independência...

Novos soldos das forças militarizadas

Foram actualizados os vencimentos das forças militarizadas, a abonar à P. S. P., à G. N. R. e à Guarda Fiscal.

O vencimento mínimo (guarda e soldado provisório) é de 5000\$00 e o máximo (comissário principal) de 10 200\$00. Um chefe de Esquadra passa a ganhar 7000\$00.

Os soldos a abonar mensalmente aos oficiais em serviço na G. N. R., Guarda Fiscal e P. S. P. serão dos quantitativos fixados para os oficiais das Forças Armadas.

Portugal na O.N.U.

Nova Lei do Mar, já!

«Portugal considera essencial a rápida adopção de um novo regime dos oceanos que tenha presente os interesses dos países individuais e da comunidade mundial como um todo» — afirmou Mário Ruivo durante a 4.ª sessão da III Conferência das Nações Unidas sobre a Lei do Mar, em Nova Iorque.

O chefe da delegação portuguesa, ao intervir nos debates, sublinhou a importância da utilização do oceano e dos seus recursos para Portugal, e acentuou que as negociações para a revisão da Lei do Mar se deveriam iniciar ainda este ano.

Finalmente, Mário Ruivo afirmou que a sugestão apresentada pelo secretário-geral das Nações Unidas no sentido da criação de uma assembleia periódica com o objectivo de resolver problemas que possam surgir na utilização dos mares deveria ser tomada em consideração, propondo também a criação de uma comissão «ad hoc» para auxiliar a planificação da assembleia periódica, com a ajuda do Secretariado da O.N.U. e a cooperação das várias agências especializadas.

Errata

Ontem, nesta mesma segunda página do «Diário de Lisboa», escrevia-se: «Uma sentença que honra a História do jornalismo em Portugal.» Como os nossos leitores com certeza notaram, trata-se de um lapso. Deverá ler-se: «Uma sentença que honra a História da Magistratura em Portugal.» Assim está certo.

PUB

EUROFIL

INDÚSTRIAS DE PETRÓLEO, PLÁSTICOS E FILAMENTOS, S. A. R. L.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Convoco a Assembleia Geral Ordinária desta Sociedade para se reunir no dia 26 de Abril de 1976, pelas 10 horas, na sua sede, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Apresentação, discussão, eventual modificação e aprovação do relatório e contas de 1975.
- 2.º — Outros assuntos.

Lisboa, 5 de Abril de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ATLAS, Companhia de Seguros

Conselho de Gestão

Dr. António Pedro Rebelo Mendes

Dr. Luís Manuel Pessoa Monteiro Brandão

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34 1.º — LISBOA - I
Telefones: 77 02 74 - 76 32 76 - 77 00 66

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os motoristas do sector Químico, para os Plenários da Indústria Química a realizar em:

ABRIL

Local	Data	Dia	Hora	
Alhandra	10	Sábado	16.30	Eutérpe Alhandrense
Amadora	13	Terça-feira	18.30	Sociedade Filarmónica da Amadora
Póvoa de Santa Iria	14	Quarta-feira	18.30	Barracão abelheira
Sacavém	15	Quinta-feira	18.30	Delegação do Sindicato dos Químicos
Lisboa	16	Sexta-feira	20.00	Sindicato dos Transportes Rodoviários

Com a seguinte ordem de trabalhos:

Discussão e aprovação do Projecto do CCT Vertical da Indústria Química

- COMPARECE!
- O CONTRATO É TEU!
- EM FRENTE POR UM CONTRATO VERTICAL JUSTO!

Lisboa, 8 de Abril de 1976

A DIRECÇÃO

post scriptum

Parar à cadeia por desespero e por crime

Conforme notícias publicadas nos jornais, vão parar à cadeia dois tipos de indivíduos.

Um, atormentado por miséria indescritível, sem qualquer espécie de auxílios ou de esperança, achou por bem agarrar numa tocha e lançar fogo ao casebre onde arrastava a sua negra existência neste mundo e neste País, que é também o nosso.

Foi uma atitude extrema, desesperada, diríamos mesmo já de um «doente», castigando-se a si próprio pelos defeitos duma economia e duma sociedade onde forçosamente tem de viver.

Vai ser o único lesado e certamente a justiça dos homens vai fazê-lo expiar em qualquer calabouço a sua «dívida» para com uma sociedade que ele rejeita.

Escolheu no entanto um mal menor. Na cadeia pode ver satisfeitas as suas necessidades primárias durante uns tempos, mesmo que (como se tivesse vendido a alma ao diabo) tenha que enfrentar a solidão de um cárcere e perder a condição de homem livre.

Por outro lado, vão também a juízo os marginais que atormentam Lisboa com assaltos, roubos, raptos, violações de menores, etc.

A estes últimos (violadores menores), a lei portuguesa não contempla com rigor, pelo que terá de ser revista.

É quase certo que as penas acabam por ser reduzidas por este ou por aquele motivo. E assim, ao fim de pouco tempo, temos cá fora de novo os «dragões» e companhia; lampeiros para novas «actividades». Isso não pode continuar a acontecer, para tranquilidade da nossa comunidade.

Faço assim votos para que a sentença do juiz, nestes casos seja a mais pesada possível, para adequado castigo e exemplo de todos aqueles que pretendam seguir a via do crime.

O país precisa de estradas e de outras obras públicas. Boa oportunidade de os tomar úteis a uma sociedade que têm «chulado», colocando-os em serviços que sejam úteis a todos os concidadãos.

Creio que será no trabalho duro, que eles encontrarão o seu maior castigo.

Manuel António G. de Oliveira — Lisboa

Só unidos a vitória é possível

É facto, como todos sabemos, que o Mundo se encontra em permanente evolução, em todos os campos. Foquemos o campo que nos interessa analisar e que é o de como se constrói uma sociedade socialista.

No momento presente, o Mundo debate-se com múltiplas contradições: cidadãos que, cada vez mais, só pensam em ampliar as suas fortunas, sem olhar a meios, outros que, sem contribuírem para isso, têm de sofrer todas as privações chegando, por vezes, a morrer de fome ou a terem de envenenar por actos ditos criminosos para subsistirem, etc.

Como conceber que duas crianças acabadas de nascer, sendo uma filha de ricos e outra de pobres, tenham já uma diferença de oportunidades à sua espera?... Porque não hão-de as duas beneficiar de iguais condições que permitam a sua ascensão na vida?...

Podíamos citar muitos outros exemplos, mas parecem-nos ser este suficientemente elucidativo de que alguma coisa está errada na sociedade em que vivemos.

Claro que não vamos ser utópicos a ponto de pensar que todas as injustiças vão ser eliminadas, no tempo, por si só. É evidente que a teoria dos milagres já se encontra ultrapassada.

Temos, então, que ser nós — os que, ao longo da sua vivência, sentiram as amarguras da vida — a lutar, mas a lutar com todas as forças no dia-a-dia, pela tal sociedade que ambicionamos — a sociedade justa.

Compenetremo-nos de que jamais conseguiremos tais intentos se pactuarmos com aqueles que são os causadores de tal estado de coisas.

A esses, o que lhes interessa é aproveitar as contradições existentes no nosso seio para assim, dividir para reinar.

Convém que não nos esqueçamos que só de mãos dadas, com fraternidade, a vitória está ao nosso alcance, independentemente das ideologias que possamos partilhar.

É necessário trabalhar mais; pois vamos trabalhar mais. Desde que saibamos que o fruto desse trabalho é para nós, para os nossos filhos, trabalharemos com redobrado ânimo, com entusiasmo, com satisfação, e assim produziremos mais.

Normalmente, em todas as transformações sociais, aparecem aqueles que se tentam aproveitar das situações confusas servindo, deste modo, de agentes da reacção. Não os devemos destruir. É preciso não esquecermos que foram muitos anos de educação capitalista. Temos sim de os captar, esclarecendo-os de como andaram a ser lidibriados.

Quanto às promessas, que nos têm sido feitas por partidos políticos que de democráticos só têm o nome, da resolução de todos os problemas do povo português, não nos deixemos iludir. É da história que o capitalismo não resolve os problemas de uma sociedade, quando muito pode resolver os de uma parte dessa sociedade — os dos privilegiados.

José Bernardo — AMADORA

"ECOS DA VELHA SOCIEDADE"

ADIVINHAS POLÍTICAS

O escrito desta semana pretende ser um exercício político que julga sadio, e sobretudo útil, em período no qual, como costuma dizer-se, é preciso «optar conscientemente».

Copiem este escrito quatro grupos de citações, correspondentes a quatro autores diferentes. As citações foram extraídas de textos anteriores a 25 de Novembro, alguns dos quais pertencem já à história do pensamento político português dos nossos dias.

Não vamos revelar os nomes dos seus autores. Faremos isso dentro de dias. Até lá, os leitores, e desde já me desculpo pelo trabalho que eventualmente poderei dar, poderão fazer um esforço tentando identificar os sociais-democratas, os «peruanos», os «vanguardistas irresponsáveis» os ideólogos do «gonçalvismo», etc., etc. Se acertarem podem comparar com o que, os mesmos autores, dizem hoje e... tirem as vossas conclusões.

A — 1. Todavia não se torna necessário sair do pensamento revolucionário para se encontrar uma crítica decidida e essencial ao partido de tipo leninista. Basta recordar Rosa Luxemburgo.

2. «Na realidade, o avanço das estruturas socializantes tem sido operado quer por uma prévia instauração de um Estado Socialista quer ainda pelos resultados da luta de classes entre burguesia e proletariado no interior dos Estados burgueses. O primeiro dos processos é o preferido pelos socialistas revolucionários e é o que verdadeiramente interessa pela garantia política que oferece de globalizar os avanços socialistas que se vão efectuando.»

3. «Nos sabemos que na União Soviética foram os soviets as primeiras instituições a garantir o poder ao proletariado e que depois da revolução de Outubro o partido bolchevista conseguiu operar o controle minucioso deles, passando os sindicatos a ser o reduto da oposição trabalhadora. Como muito bem diz o autor da introdução ao texto de Alexandra Kollontai «A oposição operária 1920-1921»: 1.ª uma boa coisa lembrar aos ideólogos dos «conselhos operários»: a autonomia de classe não tem formas privilegiadas, e tanto pode exprimir-se no soviets contra o sindicato como, aqui, no sindicato contra o soviets, que entretanto se institucionalizou e passou sob o controle das fracções vanguardistas.»

O que interessa sobretudo é postular que as classes trabalhadoras têm o direito de organizar autonomamente as suas formas de poder e não tanto indicar o modo dessa organização.

4. «Portugal que terá de efectuar o seu enlace na Europa não poderá ficar à mercê de duas consequências que não o favorecem e terá de se impor no concerto europeu mais por razões políticas do que por razões económicas... O plano nacional será assim um espaço onde o Estado Português procederá ao controle político das decisões tecnológicas de Bruxelas ou de outras capitais europeias. Para tal o Estado português encontrará nas classes trabalhadoras o melhor apoio para a sua afirmação como Estado Independente. Ora a mobilização das energias populares requer a criação de poderes próprios às classes trabalhadoras e as exi-

gências da decisão política requerem o debate em liberdade das opções a efectuar.»

B — «No seio do MFA, Melo Antunes, militante esquerdista desde sempre, é indiscutivelmente, o oficial de formação política mais sólida. Exactamente por isso, devo formular aqui uma crítica que, de resto, já lhe fiz pessoalmente: entendo que, a determinada altura, deveria ter-se ocupado mais do MFA, equipado como estava para imprimir-lhe uma orientação política conveniente. Infelizmente, teve de entregar-se a outras questões do Governo, igualmente importantes, o que, de certo modo, permitiu a instrumentalização do MFA por determinados sectores políticos, que deixou de ser o garante do processo democrático da revolução portuguesa, para, durante um largo período de tempo, ser objecto de uma estratégia de tomada de poder por vias antidemocráticas, deformantes do projecto apontado pelo 25 de Abril.

Melo Antunes é, ainda hoje, o homem indicado para proceder a essa operação de recontro do MFA com a sua vocação inicial, de força militar capaz de garantir o funcionamento das instituições verdadeiramente democráticas, como movimento apartidário ao serviço do povo, visando a construção do socialismo.»

C — 1. «Só a unidade de todas as forças de esquerda que lutam pelo socialismo pode criar uma alternativa simultânea às soluções autoritárias de direita com fachada demo-

CESAR OLIVEIRA

crática e ao capitalismo de Estado com fachada socialista.»

2. «A actualidade da revolução socialista exige assim o afastamento da possibilidade de golpismo reformista de esquerda.»

3. «Sendo certo que a táctica do Partido Socialista foi muito condicionada pela posição do PCP, não é menos verdade, face ao golpismo e voracidade do PCP e sequazes, que o aparelho partidário do PS constitui, ainda que numa perspectiva de direita, o maior obstáculo ao golpismo do PC.»

Por outro lado o maior erro táctico e da estratégia do P.S. foi a sua incompreensão face ao MFA; esta traduziu-se na incapacidade de perceber uma dinâmica de esquerda no interior do MFA que, a prazo, constituiria alternativa às infiltrações do PC.»

4. «O voluntarismo pseudo-revolucionário porquesendo ele próprio localizado como base social) em Lisboa e seus arredores (não muito extensos) pode conduzir a um salto qualitativo nas instâncias do poder político e do MFA, sem correspondência quer no país que existe e no bloco social de apoio à transição para o socialismo. O triunfo do voluntarismo pseudo-revolucionário (ainda que com a cobertura do PCP) ou dará lugar a «cerco político militar de Lisboa ou a uma repressão brutal.»

D — 1. «A socialdemocracia constitui uma forma subtil de

Continua na pág. 4

SETÚBAL E OS 500\$00 POR ASSOALHADA

COSTA MIRANDA

Foi noticiado recentemente que o Ministério da Justiça prepara um decreto-lei sobre despejos. Surge esse projecto em consequência dum processo de contestação dos altos valores atingidos pelos arrendamentos urbanos, que em Setúbal, se traduziu pela luta dos quinhentos escudos por assoalhada.

Perante a recusa do senhorio em realizar obras de conservação num edifício de habitação, decidiram os seus inquilinos passar a pagar apenas 500\$00 por assoalhada de renda, revertendo o restante para um fundo de reparação do imóvel.

A ideia generalizou-se na cidade, mas agora como forma de limitar o valor dos arrendamentos, e rapidamente, cerca de 1.400 famílias passaram a depositar a sua renda de casa, avaliada na base dos 500\$/assoalhada, nos cofres da C. G. Depósitos. Desencadeava-se assim um conflito social que rapidamente se estendeu a outras áreas envolventes de Lisboa, chamando a atenção para o peso insuportável que as rendas de casa representam para grande parte das famílias trabalhadoras.

Depois das ocupações de casas a luta dos 500\$00 por assoalhada, constitui uma das manifestações mais vivas da grande opressão que a cidade e os problemas do alojamento representam para grande número de famílias.

O desencadear desta luta, apesar de alguns aspectos negativos (não considerar as dife-

renças de rendimentos nos aglomerados familiares) teve o efeito de vir agudizar a contradição entre a produção e a distribuição dos alojamentos na sociedade portuguesa.

Se é certo que a produção de alojamentos assegura o emprego a muitos milhares de trabalhadores portugueses, não é menos verdade que a grande maioria dos mesmos trabalhadores não terão acesso a uma habitação condigna enquanto se mantiver o actual processo e distribuição dos alojamentos e a fixação das rendas de casa em função do seu custo de produção.

Os preços dos alojamentos aumentaram muito nos últimos anos, contribuindo para esse aumento o agravamento geral dos custos de mão-de-obra e materiais, mas com maior relevância ainda, o valor dos terrenos que, em virtude da situação de monopólio que se verifica no mercado habitacional, permite ao promotor inflacionar o preço final de fogo. Por outro lado, como o objectivo de quem produz é a maximização do lucro, procura-se o mercado que assegure uma margem maior, que até há pouco era a habitação de luxo. Os preços sobem dia a dia, o mercado imobiliário tende a esgotar-se, pois os preços sobem mais depressa que os rendimentos e, assim, cada vez mais a família média, vê distante a possibilidade de acesso a uma casa condigna.

No entanto, até 25 de Abril de 1974, toda a produção era rapidamente escoada, na maio-

ria dos casos, por uma burguesia endinheirada ou por emigrantes que aplicavam assim as suas poupanças, arrendando, de seguida, esses fogos.

Pouco interessava o nível de esforço exigido ao inquilino para pagar a renda, se a casa era coabitada por mais de uma família ou se ajustava à sua dimensão. Os contactos senhorio-inquilino são em geral filtrados pelo procurador ou, quando muito, pela porteira, e ao senhorio o que lhe interessa é a remuneração do capital investido.

Sem contribuir directamente para a produção dos alojamentos, ao adquirir o andar ou o prédio, o senhorio permite ao construtor ressacir-se das despesas efectuadas, acumular o seu lucro e, eventualmente, reinvestir numa nova construção. Mas o senhorio ao alugar, retribui-se do capital por si investido, acrescentando na renda aquilo que constitui o seu lucro e do qual, como é evidente, não abdica de bom grado.

Verificamos, assim, que aos custos da construção propriamente dita há que adicionar o valor do terreno e a remuneração do capital investido pelo senhorio que será tanto maior quanto maior for a taxa de juro que se verificar noutros tipos de imobilização de capital.

O CASO SETÚBAL

Percorrendo as listas de fogos para alugar na Câmara

Municipal de Setúbal, verificamos que a renda média de um fogo de três assoalhadas é de 3.730\$00, quando em 1970, era de 1.590\$00, o que representa um acréscimo de 142,7 por cento, valor incomparavelmente superior ao aumento dos rendimentos médios das famílias, durante o mesmo período.

Por outro lado, comparando o nível médio dos rendimentos das famílias que necessitam de alojamento com as rendas de casa que lhes são exigidas, verificamos que estas representam mais de 50 por cento dos rendimentos dos agregados familiares, atingindo assim, valores incomportáveis para os seus orçamentos.

De duzentas famílias envolvidas na luta dos 500\$00/assoalhada, em Setúbal e já inquiridas, verificou-se que a média dos rendimentos familiares era de 6.880\$00 e as rendas médias antes do abaixamento de 3.300\$00, representando esta 48 por cento do rendimento do agregado.

Como é então possível a conciliação prevista no projecto de decreto-lei do Ministério da Justiça sobre despejos a aplicar nos casos em que o inquilino não satisfaça o pagamento das rendas?

Será que se espera que os bons sentimentos dos senhores perante as necessidades dos inquilinos venham a transformar as regras do sistema ca-

Continua na pág. 4

Nacional

Adivinhas políticas

Continuação da pág. 3

impedir ou de substituir o socialismo; o socialismo democrático é a efectiva e plena realização do socialismo... Além disso, a social-democracia tradicional revela-se inadequada à realidade portuguesa. A social-democracia é sempre a social-democracia de um certo capitalismo; ora o capitalismo senhorial não pede uma social-democracia à europeia, mas, quando muito e em sua substituição, coisa do género do reformismo tecnocrático.

2. «O apelo à democracia directa na base, à iniciativa sindical, aos conselhos operários,

à autogestão, numa palavra, a uma participação criadora e dinâmica dos trabalhadores, conta-se entre os aspectos mais positivos e inovadores do socialismo contemporâneo e sublinha os momentos subjectivos e espontâneos da liberdade. São valores que o socialismo democrático partilha, embora sem exagerar o papel da espontaneidade em detrimento da organização...»

3. «...A libertação do País exige que se produza a síntese portuguesa das várias correntes do socialismo democrático, tanto as que acentuam os aspectos institucionais como as da democracia de base. A pri-

meira sem a segunda corre o risco de se afastar do povo; a segunda sem a primeira cai na inoperatividade ou no totalitarismo.»

E pronto. Aqui estão quatro exemplos. Meditem os leitores. Poderiam ser mil. A memória dos homens é curta. Sobre tudo mais curta ainda a memória daqueles que sobem e triunfam à custa dos aparelhos partidários que os promovem e que eles reforçam; caluniando uns e pondo nos pincaros da Lua outros, a memória dos plumitivos é curta, muito curta mesmo...

Setúbal e os 500\$00 escudos por assoalhada

Continuação da pág. 3

palista?

Ainda que ser senhorio não seja forçosamente sinónimo de capitalista, não é novidade para ninguém que a par de alguns senhorios pertencentes à pequena burguesia, por vezes em vias de proletarianização e com muitos casos de rendas, que constituem escassos meios de subsistência de reformados ou viúvas, muitos há que arrecadam umas largas dezenas ou centenas de contos por mês, que, ao contrário dos latifundiários por exemplo ainda não viram os seus rendimentos atingidos.

O arrendamento urbano constitui sempre uma forma de apropriação da mais-valia por outros criada, mesmo que essa apropriação não se revista de formas «chocantes» ou constitua o único meio de subsistência possível do senhorio.

Mas então como mobilizar a poupança dos senhorios potenciais e o capital que «empresam» ao circuito de comercialização dos alojamentos, se se acabar com a compra de fogos para arrendamento? perguntam industriais da construção.

O EXEMPLO MOÇAMBICANO

Não há muito tempo indignaram-se vários jornais portugueses com a nacionalização dos prédios de rendimento decretada pelo Governo de Moçambique.

Muito se bradou contra tal medida classificada de roubo, sem que, contudo, se analisasse em profundidade os objectivos a atingir com a mesma e se acentuasse apenas parte dos efeitos dela resultante. Qualquer medida decretada por um Governo expressa sempre os interesses da classe dominante, interesses esses que colidem normalmente, com os interesses das outras classes ou pelo menos de parcelas de classes.

Assim, se a expropriação resultar em benefício dos inquilinos, que são em muito maior número que os senhorios que, por sua vez, habitam em casa própria ou são também inquilinos, o acto da expropriação ganha uma justificação que não se antevia. Não é caso inédito na história, a expropriação dos senhorios, conce-

dendo-se aos inquilinos a possibilidade de adquirirem o andar onde vivem, contabilizando para tanto as rendas já pagas. Por outro lado, a movimentação do enorme volume de rendas pago por mês pela totalidade dos senhorios, quando gerido pelo Estado, pode constituir um enorme fundo de reinvestimento na construção de novos alojamentos.

Se todo este processo for completado com formas de compensação aos pequenos senhorios que se podem traduzir no pagamento de rendas vitalícias no valor dos alugueres até então recebidos e no pagamento das rendas aos grandes proprietários urbanos, num valor que não ultrapasse o salário máximo nacional, deduzido de outros rendimentos que o mesmo aufera, talvez que a expropriação apresentada à partida como violação dos sagrados direitos da propriedade privada, ganhe um novo aspecto que a transforme em sedutora para quase todos nós, e, simultaneamente, resolva o problema do investimento na habitação que tanto parece afligir os nossos dirigentes.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL

ASSEMBLEIA GERAL DO RELATORIO E CONTAS

A PROPÓSITO DE UM VOTO DE CENSURA À DIRECÇÃO

Colegas,

Tem esta Direcção, desde a sua tomada de posse, lutado intransigentemente para impedir que o nosso Sindicato volte a estar ao serviço da linha PCP/FUR e para o manter realmente independente, na defesa dos verdadeiros interesses dos trabalhadores.

Esta linha de orientação tem-nos merecido os mais virulentos ataques do sector minoritário da classe que, após ser derrotado nas eleições e nas Assembleias Gerais que se lhe seguiram, voltou ultimamente à carga, no claro intuito de se apoderar do aparelho sindical. Tais ataques têm-se multiplicado, quer aproveitando-se da desmobilização da classe nas últimas Assembleias, onde têm procurado aprovar a constituição de grupos de trabalho paralelos à Direcção; quer servindo-se das reuniões de Delegados, onde os ataques são cada vez mais violentos, procurando por todas as formas estorvar e desvirtuar a actividade desta Direcção; quer ainda utilizando as reuniões de sócios onde pretendem servir-se do aparelho sindical para desferir à Direcção os ataques que entendem.

O que se passa no Sindicato de Seguros, passa-se em muitos outros, onde os trabalhadores resolveram, de uma vez para sempre, acabar com os golpes e as traições, esborrachando dos Corpos Gerentes aqueles que submetidos aos interesses do partido, utilizaram os Sindicatos como delegações do mesmo.

A Direcção do Sindicato diz BASTA a tal estado de coisas, mas isso só será possível se a classe estiver atenta e participar activamente.

COLEGAS!

A proposta aprovada na última Assembleia, após a rejeição do «Relatório e Contas», apoia-se em argumentos falsos, como claramente demonstraremos na próxima Assembleia e, mais não visa do que evitar que a Direcção leve por diante o trabalho do «Nivelamento e Cantina», da «Revisão do C. C. T.» conforme a classe aprovou, bem como a resolução de centenas de casos que, devido ao «ótimo» Contrato que a anterior Direcção negociou e à forma «aberta» como resolveu os problemas concretos dos sócios, se amontoam cada vez mais.

Acusam-nos de dividir os trabalhadores!

Mas quem os dividiu? Quem é que, levando o partido para o Sindicato e esquecendo os problemas dos trabalhadores, tentou pô-los uns contra os outros?

Quem é que, considerando-se «dono» do Sindicato, marginalizou a maioria esmagadora dos trabalhadores? A classe saberá responder, disso temos a certeza!

A Direcção cumpriu o seu dever, enunciando neste relatório aspectos do trabalho de 1975, o que não lhes agradou, mas foi ainda, apesar de tudo, o sentido das responsabilidades e o desejo profundo de não acicatar divisões, que a levou a não fazer um Relatório que fosse na verdade denunciador quanto às actividades dos anteriores Corpos Gerentes.

Uma vez que nos acusam disso, na próxima Assembleia, avançaremos, claramente, nesse sentido.

Acusam-nos de esquecermos lutas de algumas Companhias (caso da «Tranquilidade» e «Mutual») lutas essas que se travaram em 1974, pelo que deveriam ter constado do Relatório desse ano, o que não aconteceu.

Referem ainda a luta da «Garantia Funchalense» lutas que, é claro, a anterior Direcção apoiou.

E as de outras Companhias, como a do «Trabalho», a «Mundial», etc.

Isto foi calado porque a anterior Direcção as não apoiou e, no caso da primeira, até a traiu!

O «Plano Económico de Emergência», também foi focado pelos autores da proposta como uma grave lacuna do nosso Relatório, por o não referirmos. Mas o que é esse Plano Económico de Emergência? Representa ele a vontade dos trabalhadores portugueses ou a do PCP? Representa ele um programa económico libertador do Povo ou uma plataforma que colocasse a economia do País sob o controlo do referido partido?

Quanto ao C. C. T., que defendem como bom, o consenso geral dos trabalhadores rejeitou-o como uma das maiores traições jamais cometidas contra os trabalhadores de Seguros, traição esta que um ex-Director confessou numa Assembleia Geral, dizendo que «só tinham traído em 5 pontos»...

Mas afinal que interessa aos autores da proposta o pensamento da Classe? A Classe diz que o C. C. T. a traiu, mas eles que sabem que o mesmo foi um serviço prestado ao Governo de Vasco Gonçalves, vêm agora defendê-lo, desprezando o pensamento da Classe sobre o mesmo.

Esta proposta e a forma como decorreu a Assembleia do Relatório e Contas, vêm demonstrar, uma vez mais, a todos os trabalhadores de Seguros desmobilizados e a todos que estão de boa fé, que não é possível qualquer unidade com este sector minoritário da classe que, em qualquer altura, está pronto para novas traições.

A todos aqueles nossos colegas, lembramos as responsabilidades que também lhes cabem, pois que nenhuma Direcção, qualquer que ela seja, poderá sozinho, impedir as manobras dos elementos provocadores que existem na classe, os quais tentam, através de novos golpes, conquistar o nosso Sindicato.

Isto é-lhes indispensável, agora cada vez mais, porque, para além da Campanha Eleitoral, aproxima-se o Congresso dos Sindicatos, onde lhe conviria serem eles a representar os trabalhadores de Seguros e a defender a linha traidora do actual Secretariado da Intersindical.

POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO, INDEPENDENTE E LIVRE AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES!

A DIRECÇÃO

PUB

SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS COMUNICADO

Acontecendo que se encontram em greve as Sociedades Distritais, nossas representantes nos distritos de Lisboa (Sede em Pinheiro de Loures e não incluindo a área de venda directa S.C.C.), Coimbra, Guarda, Castelo Branco, Santarém, Beja e Faro, a Sociedade Central de Cervejas vem esclarecer o comércio retalhista e o público consumidor pela greve prejudicados bem como todos os Trabalhadores de qualquer maneira ligados à actividade cervejeira, do seguinte:

1. Os Trabalhadores das Sociedades nossas agentes pediram em tempos ao Governo a nacionalização, o que se não concretizou.
2. Vieram recentemente pedir a integração na própria Sociedade Central de Cervejas, pretensão que — por conduzir afinal a nacionalização — a Comissão Administrativa fez transmitir ao Governo.
3. Desencadeada no passado dia 1 a greve das sete Sociedades Distritais, foi as respectivas Comissões de Trabalhadores garantido o seguinte, conforme resultou de contacto havido com o Ministério do Comércio Interno:
 - a) A existente Comissão de Reestruturação do Sector Cervejeiro vai já ser integrada de um elemento mais em representação do Ministério do Comércio Interno, a cuja área de interesse pertencem as Sociedades Distritais.
 - b) A reorganização destas — estando sempre fora de causa o desaparecimento de quaisquer postos de trabalho — dependerá das conclusões a que a referida Comissão chegar, em cujo trabalho naturalmente os Trabalhadores participarão.
 - c) Paralelamente e sem esperar por essas conclusões, a S.C.C. entendeu iniciar estudos próprios — para cuja participação foram convidados representantes dos Trabalhadores das Sociedades Distritais — no sentido de apurar a viabilidade económica da pretendida integração ou ser descoberta solução diferente, em qualquer caso sempre a ser comunicada à Comissão de Reestruturação e integrada nas suas próprias conclusões.
 - d) Finalmente, encontram-se previstas medidas que, não só asseguram o equilíbrio económico das empresas, como também um adequado controlo da sua gestão.
4. Porque as Comissões de Trabalhadores estão já exaustivamente sabedoras de tudo isto e — repete-se — porque lhes foi garantido que nunca estaria em causa a perda de qualquer posto de trabalho, não compreende a Sociedade Central de Cervejas porque continuam as sete Sociedades em greve.
5. Assim, disto se vem dar conhecimento a todos os interessados para que de tudo cada um possa tirar as suas próprias conclusões.
6. E só se acrescenta mais que, visto não se encontrar cumprido o contrato existente entre a S.C.C. e as sete indicadas Sociedades, aquela exercerá tempestivamente e por outros meios o dever que lhe incumbe de abastecer o comércio retalhista e, através dele, os consumidores do País.

Lisboa, 7 de Abril de 1975.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS, S.A.R.L.

Trabalhadores da herdade do Engal pedem apoio a Pezarat Correia

CORUCHE, 9 — Mantém-se a situação na herdade colectiva do Engal, em Coruche, onde, desde sábado, os antigos seareiros ocuparam parte do terreno, protegidos por forças da G.N.R., enquanto, por seu turno, os trabalhadores agrícolas da herdade continuam o seu trabalho.

Uma delegação dos trabalhadores e elementos do sindicato agrícola local avistaram-se com o brigadeiro Pezarat Correia, a quem expuseram a situação, perante a surpresa daquele elemento das F.A. que julgava estar já a questão resolvida. Pezarat Correia prometeu à delegação inteirar-se do assunto, após o que entraria em contacto telefónico com os trabalhadores.

A Herdade do Engal é constituída por um vasto terreno, pertencente no regime fascista a um grande agrário não residente na região, tendo sido transformada depois do 25 de Abril em unidade colectiva de produção. A experiência estava a dar os melhores resultados, quando no sábado passado, e simultaneamente com outras manifestações de avanço das forças reacçãoárias na re-

gião, os antigos seareiros, protegidos pela G.N.R., invadiram o terreno. Ontem começaram a plantar tomate numa parcela de terreno já lavrado pelos trabalhadores daquela unidade colectiva de produção.

Entretanto, as 42 comissões de trabalhadores do concelho de Coruche emitiram um comunicado sobre o conflito, que atribuem à responsabilidade dos subsecretários de Reestruturação Agrária (do PS) Castro e Guerra, o qual, com a suspensão do eng.º Vítor Louro, passou a exercer funções que não tinha há algumas semanas.

«A C.A.P. já não deixa dúvidas a ninguém», diz o comunicado. «São os grandes agrários, os grandes seareiros e rendeiros, os grandes capitalistas. O sr. Castro e Guerra também já não deixa dúvidas: é um «democrata» que quer que as eleições não se concretizem, atirando-se contra as unidades colectivas de produção para provocar conflitos entre trabalhadores a fim de que a anarquia e a desordem se implantem no país». Depois de referir «a acção negativa, e desfavorável aos trabalhadores, dos manipulados de Guer-

ra e Castro (como Leiria e Pinto, do C.R.R.A. de Coruche)», afirma o texto: «O sr. Castro e Guerra chega mesmo a provocações directas aos trabalhadores, como aconteceu a 3 de Abril de 1976. Nesse dia, mandou chamar a comissão de trabalhadores da Unidade Colectiva de Produção 25 de Abril (Herdade do Engal), ameaçando-os com a repressão. Depois de ter passado por cima do acordo dos trabalhadores com os seareiros e por cima do homem de sua confiança, sr. Leiria Pinto (eng.º do Centro Regional da Reforma Agrária), disse que ele é que mandava e não o acordo das duas partes: seriam 30 hectares, e não os 12 do acordo para os seareiros.» Termina o comunicado: «O jogo dele (Castro e Guerra) é defender interesses partidários. Depois do que acaba de acontecer já não temos dúvidas. Mas nem ele nem aqueles que por ele são manobrados conseguirão deitar por terra a Reforma Agrária. Os trabalhadores estão conscientes das suas manobras partidárias. Daqui alertamos as autoridades para os perigos a que nos querem levar.»

Converter Moçambique e Zâmbia em bases para a revolução africana

Os meios destinados à Defesa da República da África do Sul serão aumentados este ano em quarenta por cento — anuncia de Lusaka a agência jugoslava «Tanjug», segundo um telegrama da ANOP. De acordo com a mesma agência, no parlamento sul-africano foi apresentado um projecto de lei, segundo o qual o Exército da África do Sul pode intervir em qualquer país a Sul do Sahara, e «em primeiro lugar nos países vizinhos: Moçambique, Angola, Botswana, Tânzânia e Zâmbia».

Por outro lado, o embaixador sul-africano em Washington, Roelof Botha, declarou anteontem naquela capital, que a «presença de tropas cubanas em Angola é essencialmente

um problema africano» e que esperava ver «os africanos agirem para que os cubanos abandonem o continente».

Retomando as tradicionais acusações do seu país contra a U.R.S.S., o embaixador declarou que Moscovo está a estabelecer «pontos de controlo» em África para «espartilhar o continente» e apelou para que os E.U.A. actuassem como factor de equilíbrio em África. Ao mesmo tempo, criticou Washington por não ter oposto o seu veto à resolução aprovada na semana passada pelo Conselho de Segurança da O.N.U., na qual se condenava a África do Sul como «potência agressora» em Angola.

A confirmar-se a notícia dada pela Tanjug, será lícito esta-

belecer um laço entre os factos revelados e estas declarações verdadeiramente agressivas do embaixador. A «normalização» das relações entre Pretória e Luanda, concretizada no recomeço dos trabalhos do Cune, após a completa retirada sul-africana e a total libertação do território angolano, constituirá uma simples «pausa» num processo de luta que de certo conhecerá novas fases.

Dadas as intenções agressivas do «colosso sul-africano» e as delongas na solução do conflito rodésiano, bem como o impasse na Namíbia, não surpreendem as notícias vindas da capital moçambicana por telegrama da France Presse, e segundo a qual, «os responsáveis militares de Moçambique, Tanzânia e Zâmbia discutem a libertação do Sul da África», numa reunião a que assiste igualmente o embaixador soviético na Zâmbia. Diz a France Presse que esta reunião foi oficialmente anunciada ontem à tarde em Maputo.

O presidente de Moçambique, Samora Machel, declarou que as discussões a efectuar visam fazer de Moçambique e da Zâmbia as bases para a Revolução africana». E o presidente acrescentou: «Para atingir este objectivo, é necessário ter a inteira participação do povo para impedir o imperialismo de fazer dos nossos territórios cabeças de ponte». Por sua vez, o ministro moçambicano da Defesa, Alberto Chipende declarou: «Nós vamos estudar juntos, não só os problemas dos nossos três países, mas igualmente o problema da libertação do Sul da África».

Entretanto, foi anunciado em Nova York que uma missão da Comissão de Descolonização da O.N.U. vai a cinco países africanos (Tanzânia, Zâmbia, Botswana, Moçambique e Etiópia), a convite dos respectivos Governos, para discutir os problemas da Rodésia e da Namíbia. A missão chegará a Dar-es-Salam, no próximo dia 14 e partirá de Addis-Abeba, no dia 4 de Maio.

Lopes Cardoso desmente agência húngara

O ministro da Agricultura e Pescas distribuiu, através do gabinete de Imprensa do P.S., uma nota em que desmente declarações que lhe são atribuídas numa entrevista à agência noticiosa húngara MTI. Segundo o desmentido, as afirmações «carecem de fundamento por não se ter produzido» e são do seguinte teor:

«Lopes Cardoso considera que esse Governo teria de assentar numa maioria parlamentar P.S.-P.C. Para evitar a tomada do Poder pela direita, o seu partido espera que os comunistas dêem no Parlamento, o seu voto de confiança a um Governo exclusivamente socialista, mesmo que o P.S. não esteja em maioria na Assembleia da

República.

Lopes Cardoso admite que os dirigentes do seu partido não estão unânimes quanto à questão de uma política de aliança dos socialistas e quanto à protecção das conquistas revolucionárias, mas acentua que o que conta é a política oficial do partido.»

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL

PROPOSTA APROVADA NA ASSEMBLEIA GERAL DE 29-3-76

OS TRABALHADORES DE SEGUROS PRESENTES NA ASSEMBLEIA GERAL DO SINDICATO EM 29-3-76, PARA DISCUTIREM E APROVAREM O RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO ANO DE 1975, TENDO PRESENTE EM PRIMEIRO LUGAR:

- Que o Relatório e Contas de uma Organização de Trabalhadores terá que registar com verdade e objectividade as grandes lutas travadas pelos trabalhadores, bem como as suas conquistas;
- Que, como documento sindical fundamental, o Relatório e Contas será sempre um testemunho de determinado período da vida sindical do sector.

E CONSIDERANDO

1. Que o documento apresentado pela direcção do Sindicato para discussão e aprovação nesta Assembleia não se pode em rigor intitular um relatório, porque:

- Não regista qualquer actividade desenvolvida pela própria direcção que mereça especial realce;
- Limita-se, na ausência dessa actividade, a criticar a acção encetada pela anterior direcção.

2. Que, assim sendo, o documento é omissivo, deturpa, ou não refere com o devido realce nenhuma das principais lutas ou conquistas dos trabalhadores de seguros, tais como:

— A luta dos trabalhadores da Tranquilidade por uma maior justiça social a qual, após alguns dias de greve, culminou com a entrega de 5400 contos no Ministério do Trabalho para criação de novos postos de trabalho;

— A luta dos trabalhadores da Mutual pelo cumprimento do C.C.T. e pela readmissão de uma trabalhadora despedida sem justa causa — luta em que foi feita a primeira greve do sector a nível nacional;

— A luta dos trabalhadores da Garantia Funchalense contra a sabotagem económica;

— O Plano Económico de Emergência onde os representantes sindicais apresentaram, pela primeira vez, um relatório profundo do sector, o qual acabou por ter uma certa influência nas nacionalizações feitas posteriormente;

— A nacionalização das seguradoras nacionais, medida histórica que se inscreve nos programas de luta dos trabalhadores de qualquer parte do mundo;

— As eleições sindicais, as primeiras verdadeiramente livres na história do Sindicato e que permitiram uma eleição com uma forte participação dos trabalhadores.

3. Que, no respeitante ao C.C.T., é demonstrativa de uma total irresponsabilidade (ou de má fé) escrever-se que o Contrato em vigor «analisado globalmente não representa uma melhoria para os Trabalhadores de Seguros», «que é bem pior do que o anterior» (o do tempo do fascismo), quando se sabe que ele legitima:

- Um leque salarial de 2.6
- A extinção de diversas categorias onde sobressai a eliminação da de 3.º Escriturário por ser aquela onde existiam maior número de Trabalhadores de Seguros.
- Uma tabela salarial que teve em consideração o aumento previsto no custo de vida, sem perda de qualidade de vida para os trabalhadores
- A promoção obrigatória a 1.º Escriturário
- A proibição de despedimento sem justa causa
- A garantia de defesa dos trabalhadores no despedimento com justa causa
- Um mês de férias para todos os reabaldados
- Pensões complementares de reforma aos 60 anos, actualizáveis, etc., etc.

4. Que afirmar-se que a Lei Sindical «acabou por ser um acto nas costas dos trabalhadores», «após os mais variados golpes» e, no mínimo, deturpar a verdade, pois é do conhecimento geral que de facto o projecto da referida lei foi submetido à discussão em duas Assembleias Gerais tendo sofrido até várias alterações;

5. Que afirma-se que os Estatutos do Sindicato necessitam de ser revistos é uma opinião sem qualquer legitimidade ou suporte moral, na medida em que os Estatutos foram aprovados em Assembleia Geral que teve a presença de cerca de 2000 trabalhadores;

6. Que a suspensão da quotização para a Intersindical foi uma medida antidemocrática, não submetida à discussão dos trabalhadores e, por si só, susceptível de encorajar o não pagamento de quotas ao Sindicato por qualquer sócio ou grupos de sócios;

7. Que o processo de descolonização que o nosso país atravessou e que terminou com uma guerra suicida, permitindo o nascimento de países livres e independentes, não é propriamente «UMA SITUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR ANOMALA»;

8. Que o arrazoando onde se mistura «batalha da produção» com «nacionalizações de sectores deficitários», «reestruturação da indústria» com «mão-de-obra excedentária», «lei dos despedimentos», com «comissões de conciliação» e «subsídio de desemprego», tendo como pano de fundo um «sinistro plano», só demonstra a ridícula confusão existente no espírito da pessoa que escreveu o documento;

9. QUE O DOCUMENTO APRESENTADO PELA DIRECÇÃO DO SINDICATO DEVE SER ENTENDIDO COMO MAIS UM CONTRIBUTO PARA ACICATAR A DIVISÃO ENTRE TRABALHADORES DESMOBILIZANDO-OS DA LUTA COMUM EM TORNO DOS SEUS REAIS DIREITOS E INTERESSES.

PROPÕEM:

- QUE O DOCUMENTO APRESENTADO SEJA PURA E SIMPLEMENTE RECUSADO, POR DIVISIONISTA, PARTIDÁRIO E ATÉ CALUNIOSO.
- QUE SEJA APROVADO UM VOTO DE CENSURA À DIRECÇÃO, PELA SUA FALTA DE RESPEITO PELOS TRABALHADORES, DA QUAL O DOCUMENTO APRESENTADO É UM CLARO EXEMPLO, BEM COMO POR TODA A ACTIVIDADE QUE DESENVOLVEU DESDE A TOMADA DE POSSE ATÉ AO MOMENTO.
- QUE A DIRECÇÃO FIQUE RESPONSABILIZADA PELA APRESENTAÇÃO DE UM NOVO RELATÓRIO, NO PRAZO DE 30 DIAS, CONTEMPLANDO OS CONSIDERANDOS DESTA PROPOSTA.
- QUE SEJA DADO CONHECIMENTO DESTA PROPOSTA A TODOS OS TRABALHADORES DE SEGUROS.
- QUE ESTA PROPOSTA SEJA PUBLICADA NOS JORNAIS.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
MANUEL MARQUES ROQUE

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73
LISBOA

INFORMAÇÃO

Encontra-se à disposição dos associados, neste Sindicato, a partir das 16 horas de 6.ª-feira (dia 9-4-76), a proposta parcial do Contrato Colectivo de Trabalho para os sectores de:

- IMPORTAÇÃO DE MATERIAL ELECTRÓNICO
- E
- ARMAZENISTAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

A DIRECÇÃO

Nacional

"Pinto de Magalhães prepara o regresso"

A propósito de um artigo que publicámos a 30 de Março sobre o possível regresso do banqueiro português Pinto de Magalhães, e «no sentido de clarificar a situação em causa», recebemos da Comissão de Trabalhadores do Banco Pinto de Magalhães, filial de Lisboa a seguinte carta:

«Ainda sobre o artigo «Pinto de Magalhães prepara o Regresso», considero o dr. Augusto Lopes Cardoso, advogado do banqueiro Afonso Pinto de Magalhães, no «Diário de Lisboa», de 30 de Março findo, que «uma esmagadora maioria (senão unanimidade) de funcionários bancários de todos os níveis do Banco Pinto de Magalhães anseia pelo regresso do seu patrão e amigo...».

Ora, tal afirmação não pode esta Comissão de Trabalhadores da Filial de Lisboa, deixá-la passar em claro, sob pena de à volta da mesma virem a fazer-se interpretações especulativas menos correctas.

Com efeito (e o silêncio mais ajudaria a reforçar a ideia) poderia haver quem visse nela um apoio dos trabalhadores a desnacionalização da Banca e à consequente entrega dos bancos aos antigos patrões.

Tal conclusão, porém, não corresponderia à verdade, o que não invalida que não haja quem assim pense, por acreditar que, a acontecer, isso equi-

valeria a gozar de novo, do estatuto privilegiado que concedeu uma banca essencialmente voltada para a especulação e negócios ilícitos.

Contudo, como este período não representa mais do que uma fase do capitalismo português, que, por maior que seja a recuperação das forças de direita, não regressará, os mesmos cedo veriam o logro em que caíram, pois não se podendo repetir os lucros escandalosos do passado também a «generosidade» dos banqueiros estaria comprometida.

Convém, no entanto, esclarecer que se o referido caudilho apenas pretende dizer «regresso ao País», sem estar em causa a desnacionalização do Banco, então já seremos levados a considerar tal afirmação como (provavelmente) verdadeira. Quando a maioria dos mais directos responsáveis pelos 48 anos de obscurantismo e repressão fascista vai vendo o seu estatuto de cidadão recuperado dos seus plenos direitos (que não deveres, saliente-se), por que razão os trabalhadores do B. P. M. haveriam de mostrar uma posição de hostilidade perante quem não deixou, no tempo das «vacas gordas», de mostrar-se também «generoso»?

A Comissão de Trabalhadores B. P. M. — Lisboa.»

Universidade do Minho: que solução?

BRAGA, 9 — (Do nosso correspondente) — Efectuou-se a anunciada reunião do Director-Geral do Ensino Superior com as autoridades de Braga, Viana e Guimarães, reitor da UM, professores e alunos, e, bem assim, ADIM e Unidade Vimarense.

Após a intervenção de vários oradores, que insistiram nos pontos de vista já referidos na última reunião — representante do ADIM, almirante Caires Braga, dr. Calvet de Magalhães, prof. Machado dos Santos, dr. Conceição, do Liceu de Guimarães, prof. eng.º Costa Lobo e dr. Vitor Branco — o Director-Geral do Ensino Superior, eng.º Rocha Trindade, felicitou os intervenientes pela seriedade dos trabalhos apresentados, os quais exigiam se retomasse o estudo do problema da UM.

Nessas circunstâncias, convidou os interessados a enviar para a Direcção-Geral os pareceres escritos, afim de se dar continuidade aos estudos necessários para uma solução definitiva.

Referimos, de modo, especial dois trabalhos, que se nos afiguram de base: o do ADIM e do prof.º eng.º Costa Lobo.

O ADIM retomou a linha de rumo já exposta em documento público, ou seja, que representantes do corpo docente e discente da UM se opuseram ao despacho que transferia a Tecnologia para Guimarães, repudiando firmemente a mutilação da Universidade.

De resto, os pareceres técnicos apontavam para a solução da universidade concentrada localizada em Braga e afastavam inapelavelmente a bipolarização Braga-Guimarães. Por isso mesmo, o ADIM tinha solicitado naquela reunião a presença do respectivo ministro Vitor Alves assim como dos técnicos subscritores dos pareceres, prof. Costa Lobo e ara.

Vitor Luis Chaves, na certeza de que a solução ministerial ficava sem qualquer fundamento.

Deste modo, já agora a universidade a instalar atingirá 150.000 habitantes, directamente, mas a sua influência indirecta seria, no entanto, de meio milhão.

Dai que se justifique uma universidade em Braga para servir todo o Minho, universidade concentrada é evidente.

Guimarães, mais voltada para Trás-os-Montes e o Ave, com uma população que depressa ultrapassará os 300.000 habitantes mas imensamente dispersa, terá vantagem em ser servida por um ensino diferente acriar expressamente para a zona bem integrado no seu tecido, através de escolas de menor dimensão judiciosamente espalhadas por três ou quatro lo-

cais estratégicos, porém o todo devidamente coordenado por um órgão central, que se veria localizado com vantagem na própria cidade de Guimarães. Dessas 300.000 pessoas, não seria de estranhar que cerca de 3.000 a frequentassem, o que justificava, só por si, a existência da universidade.

Em conclusão, ainda segundo o referido prof. Costa Lobo: justifica-se uma Universidade em Braga e ensino superior no médio Ave. mas não uma universidade Braga-Guimarães. A articulação entre a Universidade do Porto e Guimarães parece ser de essencial importância.

O dr. Calvet de Magalhães, em nome de Viana, insistiu no desejo do distrito de ver instalados ali cursos de um Instituto Politécnico, como já antes havia referido.

D.G.P.E. dá bolsas para educação permanente

Reconhecida a necessidade de criar associações de educação popular, a Direcção-Geral da Educação Permanente concederá durante o actual ano lectivo bolsas de actividades, com a duração de seis meses, a quem esteja interessado na valorização e no desenvolvimento da educação e cultura populares. Este o teor de um despacho emanado da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica e que estabelece dois tipos de bolsas, a saber, «Bolsa de Investigação Sobre Actividades Locais» no montante de 15 contos e «Bolsa de Organização de Actividades Locais» na ordem dos 50 contos.

A primeira destina-se às pessoas que, desempenhando já uma função remunerada, queiram dedicar-se, durante os tempos livres, a inventariar as actividades de cultura e educação populares existentes ou

em vias de formação na respectiva região; a segunda, a quem possa dedicar-se exclusivamente à tarefa de mobilização dos interesses e entusiasmos locais no sentido de criar uma associação de educação popular na localidade escolhida.

Quanto ao pagamento das bolsas ele será feito em prestações mensais «após a recepção do relatório das actividades que os bolseiros deverão enviar entre os dias 25 e 30 de cada mês».

«Os bolseiros — estipula o despacho — deverão comprometer-se a desenvolver uma actividade inteiramente apartidária tendo unicamente em vista o fomento da educação e cultura populares».

Como nota final refira-se que «as bolsas poderão ser suspensas pela Direcção-Geral de Educação Permanente no caso de os bolseiros não satisfizerem as condições exigidas».

Professores britânicos leccionam no Porto

PORTO, 9 — O dr. Hillel Ticktin e o prof. Richard Goodwin, das Universidades de Glasgow e Cambridge, respectivamente, vão leccionar na Faculdade de Economia do Porto.

O dr. Ticktin, que é natural da África do Sul e especialista em problemas de planeamento, deverá estar entre nós durante todo o ano lectivo de 1976/77, dinamizando a investigação na Faculdade e organizando seminários de especialização para monitores e assistentes. A sua vinda enquadra-se no sistema de anos «sabáticos» das universidades britânicas e o seu salário será pago pela Universidade de Glasgow.

O prof. Richard Goodwin é economista de fama mundial. Natural dos Estados Unidos, foi assistente de Joseph Schumpeter na Universidade de Harvard, foi responsável pelo I Plano Siderúrgico da União

Indiana, e é desde 1954 professor da Faculdade de Economia de Cambridge. Virá durante três semanas no mês de Setembro para organizar seminários de especialização em teoria económica e econometria. Salienta-se que a sua vinda é um gesto de boa vontade para com a Faculdade, na medida em que, para além das despesas de viagem, não deseja receber outro pagamento, e na medida em que, para vir, sacrificará três semanas das suas férias.

Estas visitas são o resultado dos esforços que os órgãos de gestão da Faculdade de Economia do Porto tem vindo a desenvolver para promover o intercâmbio com universidades estrangeiras, e para trazer ao Porto especialistas cuja experiência poderá contribuir para dinamizar o ensino e a investigação na Faculdade.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CONSERVAS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE SETÚBAL COMUNICADO

A Direcção deste Sindicato como legítimo representante dos trabalhadores das secas de bacalhau do distrito apoia a luta que estão travando com as entidades patronais em face do aumento constante do custo de vida, alertando o público em geral que os trabalhadores não têm qualquer responsabilidade no sentido de que as referidas entidades se possam aproveitar da oportunidade da referida luta para os colocarem em posição oposta com o público e se aproveitem da dita oportunidade para pedirem qualquer aumento no custo do preço do bacalhau, visto as reivindicações salariais não prejudicarem as entidades patronais de forma substancial em qualquer aumento do produto, em virtude de estudos feitos neste sentido, só ocasionar um aumento de \$60 por cada quilo de bacalhau.

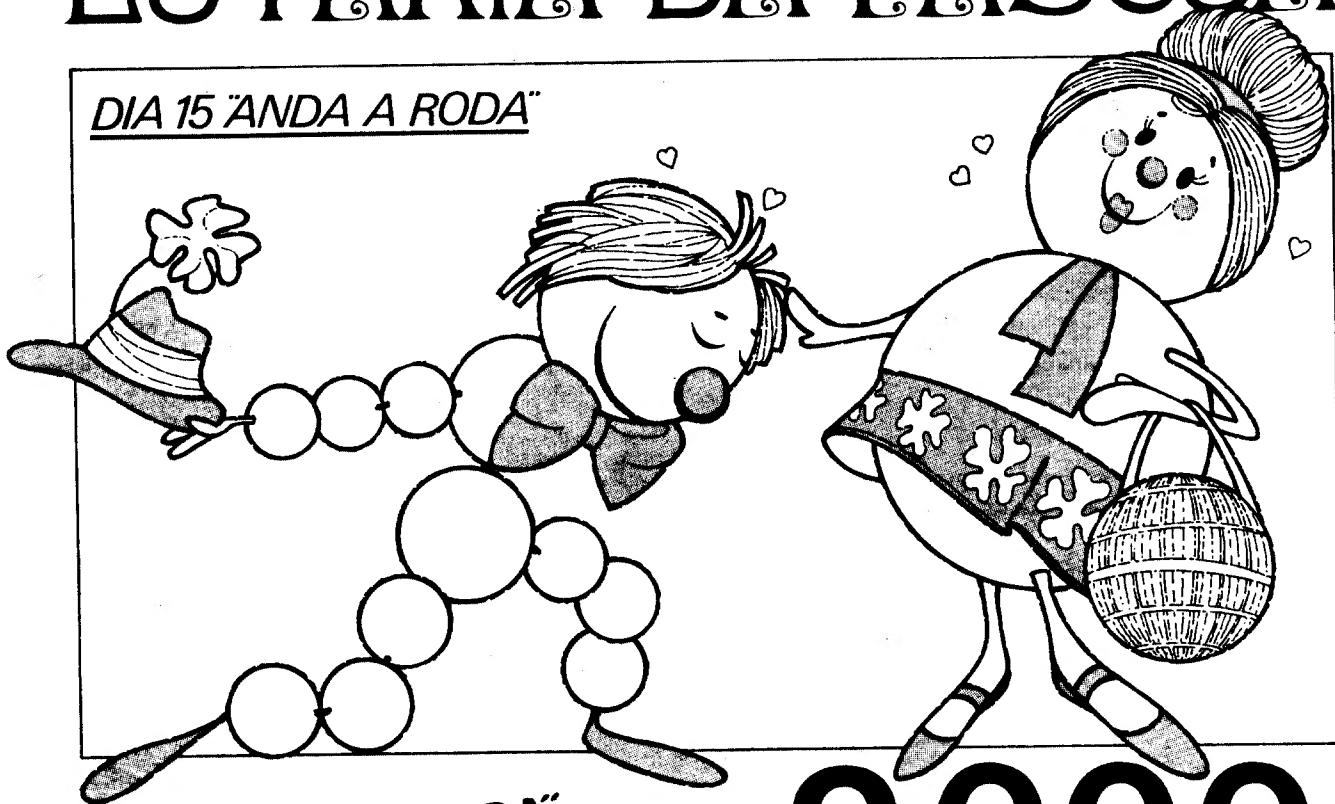
Setúbal, 6 de Abril de 1976.

A Direcção do Sindicato

O Secretariado da União dos Sindicatos de Setúbal

LOTARIA DA PA'SCOA

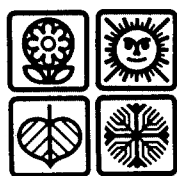
DIA 15 "ANDA A RODA"



...e "DONA TALUDA" contempla o "SENHOR PALPITE" com

9.000 contos!

visite



10º SALÃO Nauticampo 76

SALÃO INTERNACIONAL DE OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES NA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

HORÁRIO: DIAS ÚTEIS DAS 16H AS 23H-SAB. E DOM. DAS 15H. AS 23H

Nacional

CONVERSÇÕES NA DINAMARCA

Melo Antunes reafirma via socialista e projecto de independência nacional

COPENHAGUE, 9 — O ministro português dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, teve ontem conversações com o seu homólogo dinamarquês Knud Andersen e foi recebido ainda pelo primeiro-ministro Anker Joergensen.

Não foi divulgado o teor das conversações, mas observadores aventam a hipótese de as mesmas terem sido sobre a situação económica em Portugal e o prometido apoio financeiro da Comunidade Económica Europeia.

Melo Antunes, que se encontra na Dinamarca numa visita de dois dias, deverá reunir-se hoje com o ministro do Comércio Externo, Ivar Noer-gaardn e com o ministro da Economia, Per Haekkerup.

O programa oficial da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros inclui uma audiência privada na residência da rainha Margarida e ao fim do mesmo dia uma conferência de Imprensa.

As conversações entre Melo Antunes e Andersen concentraram-se na NATO e na África Austral, declararam círculos dinamarqueses.

Segundo as informações dadas, o ministro dinamarquês dos Negócios Estrangeiros colocou grande ênfase no papel de Portugal como membro da NATO e como «ponte» entre a Europa Ocidental e os jovens países da África, incluindo as antigas colónias portuguesas.

PONTE ENTRE A EUROPA E ÁFRICA

Andersen regressou a tal tema durante um discurso feito



O ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês referiu, durante as conversações com Melo Antunes, a importância efectiva que Portugal poderá vir a desempenhar como elo de ligação entre a Europa e os países da África Austral — tese aliás, há muito defendida pelo destacado dirigente português.

num banquete oficial dado em honra de Melo Antunes no castelo de Christiansborg, onde funciona o parlamento da Dinamarca.

«Creio certamente que Portugal tem oportunidades especiais — e portanto, também o

pensamos, obrigações — para facilitar um diálogo construtivo entre a Europa e, especialmente, os países da África Austral», afirmou Andersen.

O ministro dinamarquês dos Negócios Estrangeiros também atribuiu grande importância ao

«apoio e cooperação» de Portugal na resolução dos países do Mercado Comum Europeu e dos países escandinavos de rejeitar «quaisquer esforços de qualquer estado para estabelecer uma zona de influência na África», preferindo-lhes as relações de cooperação que os países africanos desejem.

Quanto à NATO, Andersen declarou que o fim da ditadura em Portugal permite agora à aliança viver de acordo com os seus ideais democráticos.

«E — concluiu o ministro — devemos ser muito cuidadosos em manter esta situação, que é de cardeal importância para o apoio popular a dar à aliança nos países membros».

VIA SOCIALISTA

Melo Antunes, usando a seguir a palavra, referiu-se ao processo político em Portugal após o 25 de Abril, tendo sublinhado a tarefa de «democratizar um estado regressivo e fascizante e uma sociedade civil distorcida por profundas injustiças» que os novos dirigentes portugueses empreenderam.

Depois de referir que alguns erros ou incidentes de percurso ocorridos durante o processo não podem «fazer esquecer o progresso histórico fundamental que a descolonização dos territórios sob administração portuguesa e a democratização de Portugal representaram», o ministro português destacou a aprovação e promulgação, em 2 de Abril passado, da nova Constituição como «marco fundamental na história, ainda breve, mas intensamente vivida, da consolidação das instituições democráticas e da abertura de uma via realista e autónoma em direcção a um modelo de sociedade socialista verdadeiramente humano e livre».

Relativamente à política externa, Melo Antunes sublinhou: «Nestes últimos dois anos lançaram-se em Portugal as bases de uma nova política externa, assente no respeito pelos compromissos assumidos no quadro da Aliança Atlântica por um lado, mas sem excluir um projecto específico de independência nacional».

O major Melo Antunes frisou no seu discurso a «inserção efectiva» do seu país na Euro-

pa Ocidental, muito embora, como disse, se procure diversificar amplamente os campos das novas relações externas, de modo a garantir-se a independência política e económica.

«Numa primeira fase — especificou o ministro português — encetaram-se relações com

dois grandes espaços de que anteriormente estávamos quase totalmente isolados — os países do campo Socialista e as nações — não alinhadas do Terceiro Mundo. Posteriormente, sem descurar a busca de relações de cooperação e intercâmbio mais estreitas com as zonas de inserção tradicional, momento a Europa do Mercado Comum e a EFTA, procuramos aprofundar o novo diálogo e as novas trocas comerciais, económicas e culturais com esses grandes conjuntos geopolíticos, agora abertos a Portugal, no respeito e estrito pelos diferentes quadros de inserção da comunidade internacional». Quer as relações

SINDICATOS DOS ELECTRICISTAS DO NORTE, CENTRO E SUL

TERMOS DE RESPONSABILIDADE

CAMARADAS:

No Diário do Governo de 1 de Abril é publicado o Decreto-Lei n.º 229/76 que vem regular e limitar a passagem dos TERMOS DE RESPONSABILIDADE para execução de instalações eléctricas, não permitindo que os Oficiais Electricistas sem curso os possam assinar.

Os Sindicatos dos Electricistas do Norte, Centro e Sul já denunciaram, por telegrama, junto da Secretaria de Estado da Energia e Minas, o carácter limitativo e discriminatório do referido Decreto-Lei e solicitam a sua suspensão até reunião, já requerida, das Direcções Sindicais com o Secretário de Estado da Energia e Minas.

Este Decreto-Lei (229/76) além de onerar substancialmente a obtenção do Termo de Responsabilidade vem, e aqui alertamos todos os Electricistas e o público em geral, fazer com que muitos milhares de trabalhadores Electricistas, profissionais temperados ao longo dos anos nesta actividade, deixem de legalmente poder assumir a responsabilidade das obras que realizam — que se reveste de grande importância para quem o seu ganho-pão é a realização de trabalhos de instalações eléctricas.

A juntar a estas anomalias e como todos sabemos que é na província onde a actividade destes trabalhadores se exerce com mais assiduidade; vemos grandemente limitada essa actividade em áreas consideráveis de Portugal e, em consequência as suas populações ver-se-ão impossibilitadas de usufruir com relativa facilidade dos benefícios da energia eléctrica (a instalação eléctrica da sua casa).

Assim, as Direcções Sindicais signatárias, sabedoras de que a cobertura técnica de grandes áreas de Portugal é feita por esses trabalhadores (sem curso), vêem com apreensão os prejuízos que o Decreto-Lei n.º 229/76 vem causar; não só nos aspectos restritivos do consumo como também na democratização do usufruto dos benefícios da electricidade para amplas camadas da população — aquelas que se encontram a grandes distâncias dos grandes aglomerados urbanos...

Nestes aspectos, é mais um Decreto-Lei infeliz, que não tem em conta as realidades portuguesas tanto no aspecto humano e de habilitações dos seus técnicos como, quando os há habilitados escolarmente, a sua real distribuição geográfica.

Finalmente, as Direcções Sindicais signatárias denunciam o carácter sigiloso com que é feita legislação que vem regulamentar aspectos de trabalho, apresentando-se como factos consumados, não tendo em conta as condições específicas dos trabalhadores abrangidos, sem discussão prévia, sem consulta e parecer das organizações de classe representativas — os Sindicatos.

PELA IMEDIATA ALTERAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 229/76!

6 Abril de 1976

As Direcções Sindicais

U.D.P. em conferência de Imprensa

Padre Sampaio não se admira com atentado de Vila Real

«Qualquer padre que se dê totalmente à causa do povo será perseguido, atacado e difamado, porque é essa a lei que espera a qualquer padre que o seja autenticamente» — afirmou o padre Sampaio, ontem, numa conferência de Imprensa dada pela U.D.P. em Lisboa. Embora não pertença a esta organização política, o pa-

dre Sampaio participou nesta reunião especialmente para falar do papel político da Igreja, a propósito da morte do padre Maximino de Sousa, candidato que era da U.D.P. e pelo distrito de Vila Real às eleições para a Assembleia da República. Maximino de Sousa, mais uma jovem estudante daquela cidade morreram vítimas de um

atentado bombista atribuível, num consenso alargado, a forças de direita.

«Não me admira absolutamente nada que o padre Maximino fosse a vítima, a ser lançada à sepultura, a ser semeado para que renasça uma nova vaga de coragem e valentes no povo português, especialmente entre os padres novos, e aqueles que nas aldeias estão mais ligados ao povo trabalhador, ao povo oprimido» — disse Sampaio. «Não me admira nada porque faz muita afronta, faz cócegas à burguesia, ao capitalismo, o facto de aparecer um padre que se identifique com a luta dos trabalhadores».

Falando mais largamente do papel político da Igreja e do padre nas presentes eleições, Sampaio classificou de «traidores» os padres que se identificam com os interesses representados pelas organizações políticas contrárias aos interesses populares. «O padre não é independente» — disse. Como homem culto que é, o padre vai votar por alguém quer seja pelo C.D.S., P.P.D., P.S., U.D.P. ou qualquer outro, mas vai votar, e, por isso, ele apoia uma situação. O padre terá que se definir de vez pela luta do povo português».

A reunião serviu para a U.D.P. apresentar o seu manifesto eleitoral, documento que foi lido pelo candidato José Mário Branco.

C.R. fiscaliza partidos na rádio e TV

O «Diário do Governo» publica a constituição da comissão especial do Conselho da Revolução encarregada de «determinar a suspensão preventiva do exercício do direito de acesso» dos partidos políticos às estações de televisão e rádio, na presente campanha eleitoral.

Constituem essa comissão o tenente-coronel Costa Neves, o capitão-tenente Martins Guerreiro, o major Canto e Castro e os capitães Sousa e Castro e Marques Junior.

Segundo um decreto-lei do Conselho da Revolução «os partidos políticos e respectivos membros que, durante as campanhas eleitorais e no exercício do direito de acesso,

para propaganda eleitoral, às estações de televisão e rádio, usem expressões ou imagens que possam constituir crime de difamação, calúnia ou injúria, ofensa às instituições democráticas e seus legítimos representantes, apelo à desordem ou à insurreição, incitamento ao ódio, à violência ou à guerra, ou que, de um modo geral, façam perigar a ordem pública, a segurança social ou a normalidade democrática, poderão ser imediatamente punidos com a suspensão do exercício desse direito pelo período de um dia ao número de dias que durar a campanha, consoante a gravidade da falta e o grau da sua repetição, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber».

Trabalho

Lionesa: 11.º dia de greve

"Birra" patronal paralisa 800 trabalhadores têxteis

Um capricho — birra do administrador Adolfo Correia, da fábrica de Tecidos Lionesa, de Leça de Balio, Matosinhos, mantém paralisados cerca de 800 operários têxteis, já lá vão onze dias. Cientes de que os tempos da cédencia a «birrinhas» patronais já lá vão, os operários mantêm-se firmes e unidos, dispostos a não vergar face à «apalpadela» da administração.

No dia 29 de Março, Adolfo Correia sem consultar os delegados sindicais mudou a operária que mais se tinha evidenciado numa luta recente para outro tear em sítio isolado. A atitude foi desde logo entendida como vingança e perseguição pelos companheiros de trabalho que, vendo ineficazes todas as tentativas de demover o administrador, decidiram paralisar no dia imediato. Tecelagem e estamparia baixaram os braços.

«Hoje foi ela, amanhã poderemos ser nós» — foi o juízo de todos.

O patrão aos grupinhos chamou as operárias, admoestou-as, tentando minar a união existente. Nada conseguiu.

Em reuniões na delegação do M.T. o delegado mostrou ao administrador a ilegalidade da sua atitude. Os trabalhadores apresentaram propostas de solução, mas nada o demove. É patrão — não quer voltar atrás. Quem manda aqui dentro sou eu — assim pensa, querendo passar por cima dos direitos dos trabalhadores.

Como justificação para a sua atitude diz que a operária em causa falava muito no local onde estava. No entanto, a Con-

ceição é uma das melhores tecedeiras da empresa, em qualidade e índice de produtividade. Se havia caso de indisciplina o que devia ser feito era no dizer dos trabalhadores instaurar um processo disciplinar. O patrão, porém, não o fez nem quer fazer.

No último plenário, os trabalhadores aprovaram por maioria uma moção na qual exigem a recolocação da Conceição, e o pagamento dos dias de greve, que a Administração recusa.

A situação tem vindo a arrastar-se dia após dia sem que os trabalhadores pensassem que a coisa se prolongava por tanto tempo.

Por duas vezes os trabalhadores chegaram a não permitir a saída da administração da fábrica, como forma de pres-

ção para desfazer o «capricho» patronal. Surgiu a G.N.R. mas os trabalhadores não se amedrontaram, conscientes da sua razão.

O dr. Fernando Matos, conhecido pelas suas ligações ao salazarismo, advogado da empresa, também entrou no processo, mas para agravar o conflito, como foi salientado ontem durante uma conferência de Imprensa, dada pelos delegados sindicais têxteis, nas instalações da Fábrica.

«Aqui há uns meses o M.T. dizia e eles cumpriam. Tinham de cumprir, agora não. O M.T. diz que os trabalhadores têm muita razão mas os patrões não cumprem» — frisou um dos delegados. Foi também referido que o sr. Santos, outro administrador chegou a fomentar confrontos entre os traba-

lhadores paralisados e os de outros sectores da fábrica, cerca de 200.

Para os dirigentes sindicais este caso não se trata de simples «birra», mas de uma ofensiva vasta do patronato que a pretexto de qualquer coisa ou de nada, quer medir a sua força. Na Mondex sucedeu facto semelhante e conforme nos disse um dirigente «as entidades patronais do Porto parecem que estão combinadas para paralisar as grandes fábricas no sentido de causar a desestabilização neste período eleitoral.

Saliente-se que o salário médio dos trabalhadores paralisados é de 4800\$00.

Foi enviado telegrama ao M.T., aguardando a comissão sindical que lhes seja marcada uma entrevista com o ministro.

M.T.: ultimato e ameaça

Se não houver reintegração a Coronado pode fechar

O Ministério do Trabalho fez um ultimato à administração e à Comissão de Trabalhadores da Fábrica Coronado — Manufaturas Têxteis Lda, em S. Romão do Coronado, para a reintegração das 37 operárias suspensas.

No caso de não haver reintegração, a fábrica pode vir a ser encerrada para inquérito, podendo até a partir deste, vir a verificar-se intervenção estatal.

Na próxima segunda-feira, portanto, as operárias suspensas tentarão logo pela manhã, a entrada na fábrica tal como aconteceu anteriormente. Nas reuniões que tem havido com os representantes dos sindicatos

e do Ministério do Trabalho, o patrão afirma que «como democracia que é, tem de estar ao lado das operárias que não querem a entrada das suspensas». Dirigentes do P. P. D., na região do Porto, é conhecido por «senhor cônsul», forma pela qual aliás, gosta de ser tratado.

Tal como haviam decidido as 37 operárias suspensas da Coronado apresentaram-se ontem ao serviço. Trabalhadores da própria empresa, formaram uma verdadeira barreira para impedir a entrada dos suspensos. A G. N. R. presente no local, não actuou, apesar de cenas de pancadaria entre os dois grupos. O próprio delega-

do do Ministério do Trabalho foi impedido de entrar.

Também na Têxtil Manuel Gonçalves, os 17 suspensos não conseguiram entrar. Receberam, contudo, um papel assinado pelo administrador António Gonçalves, dizendo que estavam «suspensos para processo disciplinar». Mais tarde, tomaram conhecimento das novas justificações do patrão para os afastar: faltas injustificadas desde 5/2/76, data da reintegração da administração. Enquanto isso, no exterior, piquetes de «vigilância» impediam a entrada destes trabalhadores, de acordo com a vontade do patrão. A «justificação» suficiente para as faltas.

Sim ou não ao regresso dos patrões?

Durante um plenário efectuado ontem nas instalações da Facer os trabalhadores recusaram categoricamente a proposta dos Carvalhos, de regresso sem condições.

Como referimos em notícias anteriores os trabalhadores da Facer tinham imposto determinadas condições para o regresso da antiga administração, coisa que entretanto numa comunicação recente, os Carvalhos recusaram totalmente. Regressavam sim mas sem condições.

Pela primeira vez, nestes últimos meses, foi possível os trabalhadores discutirem durante o plenário, e livremente, o assunto.

A comissão de trabalhadores fez o relato da exposição da antiga entidade patronal, salientando a atitude de desinteresse dos patrões para com os direitos dos trabalhadores. A oportunidade foi aproveitada também para mostrar quanto a situação actual da empresa é diferente da existente no tempo em que os patrões lá estavam.

Em muitas intervenções, vários trabalhadores de diversos sectores comprovaram a

melhoria registada na situação da empresa.

Para melhor saber da posição dos trabalhadores sobre o «regresso sem condições» a comissão de trabalhadores vai proceder a uma votação secreta sobre a escolha do regresso dos patrões sem condições ou da manutenção da intervenção do Estado. O escrutínio decorrerá, durante o dia de hoje.

O plenário parece ter mostrado que os trabalhadores se vão apercebendo da manobra da recuperação capitalista que a entidade patronal tem vindo a desenvolver desde Setembro do ano passado.

Saliente-se que a situação da Facer que se arrasta já lá vão alguns meses sem que o Governo tenha ainda definido claramente qual o futuro da administração da empresa. A C.A. tem visto o seu mandato prorrogado por períodos de um mês, desde 27 de Fevereiro com todos os inconvenientes que daí advêm.

Apesar dos vários inquéritos já feitos e que deram lugar à intervenção do Estado, decorre ainda neste momento uma fiscalização à empresa por parte da Direcção-Geral de contri-

buição e impostos. Fala-se em mais algumas centenas de milhares de contos de fraude cometidas em prejuízo do Estado pela gerência dos Carvalhos.

1.º de Maio

"Festa da unidade" tem programa nacional

As comemorações do 1.º de Maio, festa do Trabalho, vão decorrer este ano sob o lema de «Festa Nacional de Unidade dos Trabalhadores», promovida pela Intersindical.

Num encontro com a Imprensa, esta manhã, os dirigentes da central sindical divulgaram os objectivos e o programa das comemorações, que abrangem dezasseis capitais de distritos e 13 concelhos.

«Sendo o 1.º de Maio, naturalmente, a festa de todos os trabalhadores, entende-se que a sua unidade é uma questão prioritária e, neste momento, de importância fundamental para a defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à sociedade sem exploradores nem explorados», afirmou-se.

Pretende a Intersindical que as comemorações resultem num

Dr. Magalhães Mota decidiu:

Os ex-administradores voltam ao Pão de Açúcar

Os ex-administradores (foram-no durante o tempo do fascismo) que haviam sido afastados pelos trabalhadores em 23 de Março de 1975, acusados de má gestão, vão agora ser reintegrados por despacho do ministro do Comércio Interno, Magalhães Mota. Trata-se do dr. Joaquim da Silva Gonçalves e os engenheiros Carlos Abreu Faro e César Garcês Palla.

Após a apreciação dos resultados do inquérito, entretanto instaurado, aquele membro do Governo despachou no sentido de que fossem «imediatamente readmitidas as pessoas em relação às quais os elementos apurados em inquérito nada de ilícito ou condenável indicaram».

Em contacto com a comissão de trabalhadores do Pão de Açúcar, fomos informados que está já marcado um plenário de trabalhadores para o próximo domingo, pelas 15 horas no pavilhão da C. D. U. L., frente ao Hospital de Santa Maria. Aí será decidido qual a atitude a tomar face ao regresso dos ex-administradores.

O regresso dos ex-administradores já vinha sendo preparado há muito. No mês de Fevereiro o mesmo dr. Magalhães Mota, havia decidido demitir a

comissão administrativa da confiança dos trabalhadores, a qual tinha assumido a gestão da cadeia dos supermercados integrados (Pão de Açúcar, A. C. Santos, Nutripol e Boa Ajuda Modelar) logo após o 11 de Março. Nessa altura criou-se uma certa divisão entre os trabalhadores. Havia um grupo de trabalhadores que estava disposto a fazer cumprir «zelosamente» as ordens do Comércio Interno.

A Comissão Administrativa nomeada pelo Comércio Interno entrou mesmo em funções: apesar de nunca lhe ter sido expressada a confiança dos trabalhadores. E composta pelo dr. Almeida Silva e eng.º Figueiredo (antigo administrador da CUCa em Angola). Nunca chegou a ser nomeado o representante do Comércio Interno.

Surge agora esta nova decisão do dr. Magalhães Mota. Os ex-administradores voltam ao Pão de Açúcar. Em contacto com os trabalhadores, estes manifestaram a sua mais completa estranheza por este facto. A Comissão Administrativa, agora em funções, e da confiança do Ministério do Comércio Interno cessa a sua actividade para dar lugar aos ex-administradores ou ficam «todos» a gerir o Pão de Açúcar?

Hoje, no Pavilhão dos Desportos

"Contra as recuperação capitalista" — comício da Cintura Industrial

«Jornada de Luta contra a recuperação capitalista» será o tema principal do comício que a Cintura Industrial de Lisboa leva hoje a efeito no Pavilhão dos Desportos, a partir das 21 horas.

«Hoje, perante uma reacção que actua às claras em vários órgãos do Poder mostrando a sua verdadeira face, é mais fácil a cada trabalhador atento perceber de que lado vem o perigo: se daqueles que, embora cometendo erros, procuram construir o País e levar à prática a Organização Popular, único garante dessa construção, ou se daqueles que agitando espantinhos vão confundindo e dividindo os trabalhadores para os distrair do seu objectivo fundamental de acabar com a exploração do homem pelo homem» — afirmam no comunicado em que anunciam o comício para esta noite. «Contra a recuperação capitalista; os trabalhadores e as

eleições» — serão as duas principais questões a abordar. No final, haverá uma sessão de «Canto Livre», na qual intervirão o conjunto «Outubro», José Jorge Letria, Carlos Moniz e Maria do Amparo, e ainda Zeca Afonso.

A propósito das eleições, também os operários da Sorefame, ontem reunidos em plenário, apelaram para a Unidade, exigiram aos Órgãos do Poder que seja assegurada a livre expressão política em todo o território nacional, fazendo-se cumprir a Lei Eleitoral. Depois de considerarem a necessidade de travar a investida reacção das forças de direita «os trabalhadores da Sorefame pediram a todos os antifascistas, que aproveitem a campanha eleitoral, para um amplo esclarecimento do povo, procurando desmascarar os partidos de direita, inimigos dos trabalhadores, aos quais se devem dirigir todas as críticas».

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

(ANÚNCIO)

Concurso N.º 3-0055/76

Fornecimento de uma viatura de caixa fechada para os Hospitais Civis da Lisboa

Recebem-se propostas até às 9.30 horas do dia 26 de Abril corrente, para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições (Campo dos Mártires da Pátria, 91), todos os dias úteis das 9 às 11.30 horas e das 14 às 16 e aos sábados das 9 às 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 2 de Abril de 1976.

O Chefe do Serviço
a) Alexandre Pinheiro

"PERSONA NON GRATA" NA SUÍÇA

SPÍNOLA REGRESSA HOJE AO BRASIL

O ex-general Spínola, expulso ontem pelo Governo suíço, seguirá hoje para o Brasil. Um breve comunicado governamental explica que o antigo presidente português não pode sair ontem da Suíça por dificuldades técnicas de última hora, mas que o faria hoje infalivelmente — revela a agência noticiosa EFE em informação veiculada pela ANOP.

Em cumprimento da ordem de expulsão do país, por ter desenvolvido actividades políticas, na Suíça o ex-general Spínola abandonara ontem à tarde a sua residência em Genebra.

Entrado na Suíça em 7 de Fevereiro alegando motivos de saúde, com o compromisso de abstenção de qualquer activi-

dade política, Spínola, declara o comunicado emitido pela Polícia e pelo Ministério da Justiça suíço, confiou em Fevereiro uma missão especial a dois ajudantes para negociar apoio financeiro e logístico para o M. D. L. P.

A «Stern» pela investigação e pena do jornalista alemão Guenther Wallraff revela os nomes dos mensageiros: Luís Oliveira Dias e José Valle de Figueiredo. A ajuda em material bélico compreendia, a título de exemplo, 5000 armas, 1000 metralhadoras, para cima de 11 milhões de balas, 10 000 granadas de mão e 350 morteiros. Em dinheiro a ajuda ascendia aos 11 milhões de marcos.

Seria o artigo publicado na «Stern» que viria desencadear

o inquérito das autoridades helvéticas. Relata o texto a «aventura» no seio do M. D. L. P. de um jornalista alemão, com os primeiros contactos estabelecidos em Braga e desaguando no encontro de 25 de Março num luxuoso restaurante de Dusseldorf durante um repasto de carne de veado regado a champanhe.

Interrogado pela Polícia helvética António Spínola declarou ter estado na Alemanha Federal com o objectivo de discutir a publicação de um livro. Teria encontrado então ali (versão Spínola) um grupo alemão que lhe ofereceu dinheiro para o M. D. L. P., mas que não comprou nem pretendeu comprar armas. Versão esta que a Imprensa foi informada na quinta-feira passada por Kurt Fuergler, chefe do Departamento (Ministério) Federal da Justiça e da Polícia suíça.

TEIA

O jornalista da Stern tenta desvendar o «puzzle» ou penetrar na teia do M. D. L. P. Começa em Braga, surgem os nomes: a Igreja logo, através do seu responsável maior naquela diocese e o cônego Melo. Como forças políticas, aparece com insistência o nome do C. D. S. Como campo de acção os ataques bombistas e os assaltos às sedes de vários partidos de esquerda. Foi o Verão escaldante de 1975. O M. D. L. P. tem ligações e fortes nas Forças Armadas e no próprio C. R. «O Jornal» que tem o exclusivo do texto da «Stern» entra em contacto com os militares visados. O general chefe do Estado-Maior do Exército Ramalho Eanes considera a reportagem um documento forjado, «sem bases (citamos «O Jornal») para resistir à menor análise crítica, nomeadamente de um ponto de vista militar». O brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte, onde as actividades do M. D. L. P. têm tido o seu maior peso e onde foi, pela primeira vez, anunciada pelo major Corvacho a existência do E. L. P., comenta como um dos visados, que é, pelo artigo da «Stern»: «Repúdio inteiramente qualquer insinuação que pretenda referir qualquer atitude que seja contrária aos princípios da democracia». Quanto ao general Moraes e Silva, também visado, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, encontra-se ausente do País pelo que não pode ser contactado pelo «O Jornal».

Wallraff durante o seu relato dá nomes, precisa os locais, recorda os diálogos. E revela o golpe da direita estar preparado para depois das eleições, pronto o plano de armar, na primeira fase, 10 mil homens e desencadear a acção em Maio ou Junho, de qualquer maneira, sempre depois das eleições.

STRAUSS DEFENDE-SE

«Não pertencem ao grupo dos que celebram Spínola como o salvador da democracia» — declarou, perante o Parlamento de Bona, Franz Josef Strauss, o «leader» da democracia-cristã na Baviera.

Defendia-se Strauss das afirmações do jornalista da «Stern» que o acusava de estar associado a Spínola.

Entretanto, um informado de Strauss revelou ontem que este tinha tido contactos com o ex-general, mas que decidira não os repetir por não crer que Spínola seja importante para a democracia no nosso país. Strauss, recorda-se, declarou num comício em Portugal

aquando do Encontro Nacional do C. D. S. na Póvoa de Varzim o que realmente pensa da democracia no nosso país que acredita assegurada até agora, «não por militares ou políticos, mas pela coragem do seu povo».

OS MENSAGEIROS DO «PROGRESSO»

Ambos os nomes dos mensageiros de Spínola e do M. D. L. P. com um mandato extraordinário assinado pelo próprio Spínola, Luís Oliveira Dias e Valle Figueiredo, foram membros altamente activos e responsáveis do Partido do Progresso, foi activista do «Jovem Portugal» e da cooperativa «Cidade» de cariz fascista. Luís de Oliveira Dias, é natural de Leiria, irmão de Tomás Oliveira Dias, deputado do P. P. D. à Constituinte, ex-A. N. P., era administrador do B. P. A., ligado a Cupertino de Miranda.

Jose Valle Figueiredo, também poeta (livro Poemav), responsável dos serviços de propaganda do extinto Partido do Progresso, foi activista do «Jovem Portugal» e da cooperativa «Cidade» de cariz fascista. Luís de Oliveira Dias, é natural de Leiria, irmão de Tomás Oliveira Dias, deputado do P. P. D. à Constituinte, ex-A. N. P., era administrador do B. P. A., ligado a Cupertino de Miranda.

COM PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA

Exercícios da N.A.T.O. em fins deste mês

Um exercício a desenvolver pela N.A.T.O. e a realizar nas áreas de aproximação Leste-Oeste do estreito de Gibraltar, terá início no próximo dia 26 de Abril e prolongar-se-á até 3 de Maio, foi anunciado ontem durante a conferência de imprensa no Centro de Estudos Militares, presidida pelo contra-almirante Almeida d'Eça, adjunto do CEMGFA, e que teve como conferencista o comodoro Ramos Rocha, comandante-adjunto do Iberland.

No «Open Gate» tomarão parte forças de Portugal, Canadá, Estados Unidos da América, Noruega, Países Baixos, Reino Unido e República Federal Alemã, estando algumas delas englobadas na força naval permanente no Atlântico (Stanavforlant).

O objectivo do exercício «Open Gate» é verificar e me-

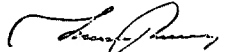
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE
LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL
M. D. L. P.

Mandat Extraordinaire

MM. les Drs. José Valle de Figueiredo et Luis Oliveira Dias (détenteurs des passeports portugais respectivement n.ºs. 13830/72, du 26 Avril 1972 et 23903/72, du 15 Novembre 1972) Adjoints Politiques, sont mandatés comme mes Représentants officiels bien que du Mouvement Démocratique de Libération de Portugal (M.D.L.P.), avec pour mission conclure des conversations relatives à l'aide financière et logistique pour satisfaire aux besoins du Mouvement ci-dessus.

Fait à Genève, le 22 Mars 1976

Le Président


António de Spínola
General

Note: Le passeport brésilien n.º 045003, du 7 Janvier 1975, constitue complément à cette lettre de créance, nommant ci-dessus qui concerne la confirmation de sa signature.

José Valle de Figueiredo e Luis Oliveira Dias seriam mensageiros com plenos poderes, credenciados pelo próprio Spínola como responsáveis pelo M.D.L.P. para concluir «conversações relativas ao apoio financeiro e logístico para atender as necessidades do citado Movimento».

Salgado Zenha voltou de Luxemburgo com empréstimo de seis milhões

Seis milhões de contos é o montante de um empréstimo ontem concedido no Luxemburgo a Portugal, no âmbito do programa de apoio de emergência garantido pelos países que integram a C.E.E. ao VI Governo Provisório. Salgado Zenha assinou no Grão-Ducado, em nome do Governo Português, o contrato para aquele empréstimo que eleva a 11 milhões de contos a totalidade da ajuda do Mercado Comum a Portugal.

Um milhão e 600 mil contos dos seis milhões que ontem foram concedidos destinam-se à Companhia Portuguesa de Electricidade e ao Banco de Fomento Nacional.

Ao desembarcar na Portela, Salgado Zenha declarou aos jornalistas que o empréstimo nos fora concedido em condições excepcionais, e que a sua taxa de juro, embora prevista e combinada para uma ordem de 9,5 por cento, baixara para 6,5. «O empréstimo reveste-se de condições extremamente excepcionais», observou o ministro «que se podem mesmo considerar vantajosas para o nosso País, porque Portugal precisa de desenvolver a sua produção, precisa

de criar novos postos de emprego, precisa de desenvolver a sua economia».

Reportando-se às críticas feitas a estes empréstimos por alguns políticos, o ministro das Finanças sublinhou: «Portugal é um País democrático e a crítica é livre. No entanto, essas críticas não têm razão de ser». Ainda sobre aqueles montantes, e outros que se possam vir a oficializar, Salgado Zenha realçou o facto de se destinarem a projectos precisos e concretos, definidos e claros, «cuja viabilidade económica e financeira é apreciada pelo Banco Europeu».

A irrigação agrícola e diversos aproveitamentos no Alentejo, Centro e Norte do País, bem como outros projectos industriais, estão a ser apreciados pelo Banco Central da C.E.E., prevendo-se que dentro em breve esses financiamentos nos possam ser fornecidos.

Salgado Zenha esclareceu também que o empréstimo de seis milhões pertence à modalidade a longo prazo (11 a 15 anos), e que o empréstimo de emergência se eleva a cinco milhões de contos e fora concedido a Portugal em Outubro do ano passado.

M.E.S. faz reparos a informações a seu respeito

«A constituição do M.E.S. é fruto do esforço de militantes anticapitalistas, saídos das lutas mais avançadas do operariado português, da movimentação no quadro dos sindicatos corporativos, da luta anticolonial e do movimento estudantil no final da década de 60» — diz o M.E.S., numa nota emitida pelo seu Departamento Eleitoral, a propósito da cobertura que a generalidade dos órgãos de Informação têm feito da sua campanha e designadamente a propósito de uma nota publicada no nosso jornal acerca daquele movimento, sua origem, evolução, história. Lembra o M.E.S.: «A nossa Declaração Inicial, de Maio de 1969, era subscrita por 17 desses militantes, entre os quais 9 militantes operários e sindicalistas.»

Diz a nota do M.E.S. a propósito da local publicada na nossa edição da passada se-

gunda-feira: «No que nos diz respeito, fomos surpreendidos com a apreciação que suscitamos a esse vespertino. Referindo que fomos socialistas de esquerda e movimento, não encontra o DL melhor caracterização do M.E.S. do que muitas saídas e entradas e numerosas recomposições na nossa organização. Quanto à nossa origem, é atribuída a diversos grupos de esquerda, onde os intelectuais predominavam».

O M.E.S. lamenta ainda o relevo dado por alguns jornais, entre os quais o «DL», a uma sessão de esclarecimento que não teve senão um reduzido número de participantes por parte da assistência: «o empolamento dado pela Imprensa a esta ocorrência só pode ser entendido como um procedimento incorrecto e tendencioso em relação à nossa candidatura».

EVADIDOS DE CUSTÓIAS AINDA POR LOCALIZAR

PORTO, 9 — Esta manhã não tinham ainda sido localizados os dois fugitivos da Cadeia de Custóias, Raul João da Glória Coelho, de 27 anos, tipógrafo, e António Correia Baptista, de 33 anos, serralheiro, ambos presos naquele estabelecimento prisional à ordem do 1.º Juízo Criminal do Porto. Estes dois, juntamente com mais dois reclusos ali internados, os militares sem graduação José Rogério da Silva, de 27 anos, mecânico e António Nelson Vieira, de 23 anos, electromecânico, detidos à ordem da Casa de Reclusão, tentaram, na manhã de ontem, a fuga daquela Cadeia. Os dois últimos entraram armados no gabinete do director da Cadeia, dr. Pinheiro Torres, e sob ameaça de pistolas obrigaram-no a acompanhá-los até ao exterior. Entretanto, alguns

guardas prisionais, suspeitando do que se estaria a passar, tentaram evitar a fuga dos presos.

Resultado: três deles foram feridos ligeiramente.

Em determinado momento, o guarda Belarmino Matos Alves, que se encontrava no P.B.X. e estava armado, disparou sobre o Nelson que tinha agarrado o director da Cadeia. Este, instintivamente, atirou-se para o chão, sendo Nelson na altura, gravemente atingido.

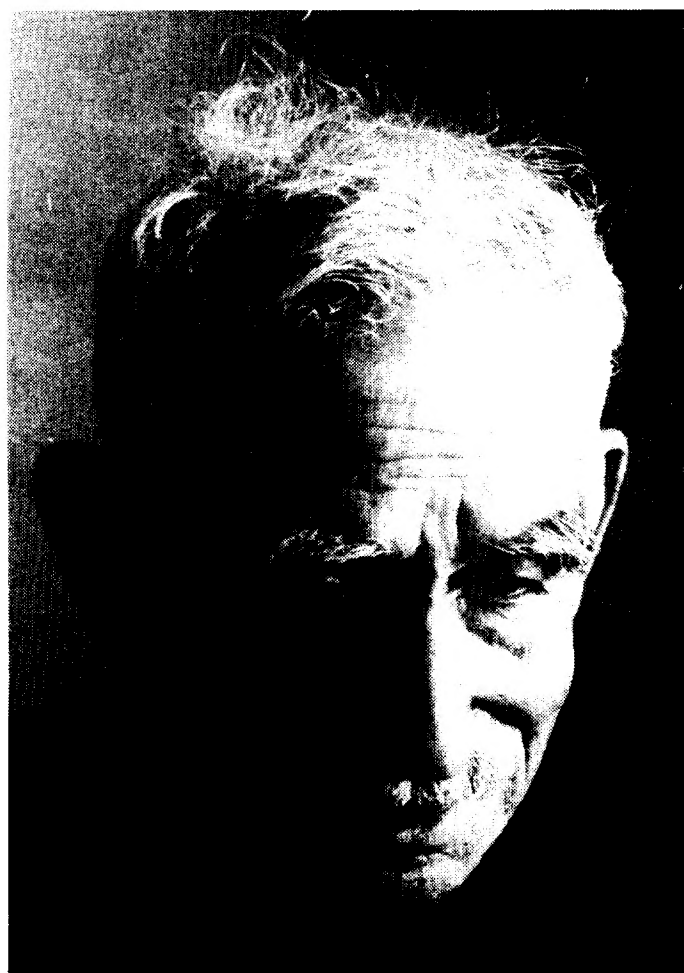
Enquanto se desenrolavam estas cenas, dois dos fugitivos lograram apoderar-se das chaves do portão principal da Cadeia e fugir num automóvel estacionado no exterior pertencente a um dos guardas, levando como refém o guarda Osvaldo Meda, que abandonaram no primeiro cruzamento.

Seguidamente, os fugitivos, sob a ameaça das pistolas, obrigaram o condutor de um «Mercedes» de matrícula belga a sair do veículo que utilizaram em seguida para fugirem, deixando o carro abandonado mais tarde na Foz do Douro.

Entretanto, António Nelson, que ficou gravemente ferido, foi levado para o Hospital de S. João, donde transitou para o Hospital Militar, sendo aí operado para a extracção de dois projecteis que se tinham alojado no pescoço e nos ossos da bacia. Segundo informação obtida esta manhã junto daquele hospital, o Nelson encontrava-se livre de perigo.

Os dois soldados encontrados presos por estarem envolvidos em furtos vários. Um deles é desertor do Exército.

Nacional



Manuel Patrício, memória de um passado de luta e organização



TI JACINTO

Das minas ao sindicato com estágio na pr

Reportagem de EDUARDO LOBO (texto) e RUI PACHECO (fotos)

Os mineiros do nosso País tem um passado de trabalho insano, de exploração, de pobreza e miséria. Mas também uma honrosa história de luta que data dos tempos da I República, e nem sequer esmoreceu durante os tais quarenta e oito anos. Os operários de Aljustrel, S. Domingos (hoje uma vila abandonada) e Lousal, ainda hoje lembram os momentos altos do combate que, ao longo de anos travaram contra a exploração do capital estrangeiro.

Cada mineiro tem uma história para contar. História que não é apenas sua, mas que passa pelas acções colectivas de luta e organização. É o caso de Manuel Patrício, que foi dirigente sindical em Aljustrel, e um dos principais impulsionadores do movimento associativo da classe.

«Ti» Patrício tem hoje 80 anos, está reformado, e é um dos principais dinamizadores do movimento de pensionistas do concelho de Aljustrel. Ainda a Casa de Bragança governava Portugal, já Manuel Patrício trabalhava nas minas de São Domingos, desde os doze anos, idade mínima de admissão naquele tempo. Ganhava seis vinténs por dia como servente de pedreiro.

Com a implantação da República, o jovem ligou-se ao ideário democrático e republicano. 10 de Outubro de 1910: «Estava trabalhando em casa de um empregado superior das minas, que era republicano. Quando fomos almoçar, ainda não havia conhecimento de nada. Voltámos, disseram-nos: implantou-se a República! A primeira bebedeira que apa-

nhei foi nessa altura. Era novo, e não estava acostumado a beber...».

Dois meses depois, em São Domingos, participou numa marcha republicana: «Viemos a depor as fotografias monárquicas que havia, a arriar e queimar a bandeira da monarquia».

Entrou para a tropa em 1917, e, no ano seguinte, marchou para o Norte, a combater as forças insurreccionais de Paiva Couceiro. Foram três meses em Vieira do Minho («podia lá estar trinta anos, que não estava aqui assim», diz).

TRABALHO SINDICAL

Em 1920, foi destacado para a Guarda Republicana, que abandonou ao fim de três anos, passados em Odemira e Aljus-

"QUE LINDO SERIA O MUNDO"

O Natal de 27, passou-o Ti Patrício na cadeia. Foi permitido, nessa consoada, que os presos políticos, por questões sociais, confraternizassem com os de delito comum.

«Fomos para uma sala muito grande, que se encheu com doutores, advogados, operários, enfim, muita gente», conta Manuel Patrício. «Foi

uma noite grande, não fico com pena de a lá ter passado. Eles tinham as suas garrafinhas escondidas, os seus bolinhos... assim passámos a noite de Natal. Havia umas violas, uma guitarrinha, uns fadinhos. Uns mais moderados, outros mais revolucionários».

Foi então que lhe perguntaram se não sabia «qualquer coisinha». Ma-

nuel Patrício em fados não era perito, mas sabia umas poesias. Vai daí, disse umas décimas escritas pelo irmão, 19 anos e dedicadas à namorada. Eram assim:

Não tenho vagar, amor, para te dar atenção. Tenho muito que fazer na minha Associação. Desejo transformar esta podre sociedade que seria a iniquidade para nos escravizar

Temos muito que lutar com força, audácia e valor, para extinguirmos a dor a miséria e o sofrimento, e por isso neste momento não tenho vagar, amor.

Olha para todo o Mundo verás tanta dor tanta desgraça nunca uma beleza uma graça um bem-estar profundo.

O capital iracundo procura-nos prevenir mas nós havemos de vencer, apeando os comodistas e amando os idealistas. Tenho muito que fazer. Se a vida fosse a sorrir e de encantos fosse o viver, e se num breve alvorecer a luta não redimir então poder-te-ei garantir imorredoura afeição. Mas enquanto a escravidão fizer mal e desgosto não posso vir de gosto para te dar atenção.

A poesia era mais longa, mas houve versos que a memória de Manuel Patrício não reteve. Certo é que os presos gostaram. «Vai lá a ver outras». E saiu outra.

Que lindo seria o Mundo se não houvesse fronteiras, se uma língua se falasse sem divisão de bandeiras

Maria, às vezes medito no que este Mundo seria, tão simples e tão bonito, se nele reinasse a harmonia.

Que lindo, minha Maria, que o Mundo era fecundo, se o milhão vampiro imundo não imperasse na terra provocando a fome e a guerra. Que lindo seria o Mundo!

Manuel Patrício não ficou por aqui, nem a festa acabou tão cedo, é lembrar aquela: «O mineiro, ó meu irmão/tua vida é um calvário/tu arrancas um milhão/em proveito do milionário».

Ao raiar da manhã, voltaram aos calabouços.



Manuel Luís de Brito tem 56 anos, e é reformado. Filho de trabalhadores, emigrou do campo para Aljustrel, com seu pai, que trabalhou nas minas. Com 16 anos, em 1936, entrou para a companhia, sector de carregamento de minério. Ganhava, então, oito escudos por dia. Quanto transitou para os moinhos (trituração) passou a receber mais um escudo. Algum tempo depois colocado no trabalho de fundo, turno da noite. Mudou várias vezes de funções, e viu-se forçado a continuar a trabalhar, mesmo depois de um acidente numa perna: ficou a coxear. Hoje tem uma pensão (magra, como todas as pensões de mineiro), e é um elemento dinamizador do movimento de reformados do concelho e destacado militante político da região.

Manuel de Brito viveu o período de crise gerado pela Grande Guerra. Primeiro, redução do período de trabalho semanal para cinco dias, depois, em Julho de 1940, paralisação total. Regressou à terra. Quando, em Agosto, o pessoal foi de novo chamado para trabalhar três dias por semana, ficou na aldeia.

O tempo correu, e os mineiros começaram a ser contratados para trabalhos no Norte do

País. Muitos encarreiraram para o Pejão, onde se explorava o carvão. Manuel de Brito foi para o volfrâmio, na zona de Viseu. Em 42, juntou-se ao pai trabalhou como marteleiro, em Vilar Formoso, ganhando 17\$50 diários.

Quando acabou a corrida ao volfrâmio, em meados de 44, regressou a Aljustrel, depois de ter passado pelas pedreiras. Colocado nas oficinas, ganhava 12\$40. Casara-se dois

PUB

Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa

Encontro de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa

PARA O REFORÇO DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES PELA DEFESA DAS LIBERDADES E DA DEMOCRACIA

Sábado, dia 10 de Abril, às 9 horas

SOCIEDADE VOZ DO OPERÁRIO

PROGRAMA

9.30 HORAS - SESSÃO DE ABERTURA

10.30 HORAS - INÍCIO DOS TRABALHOS NAS SECÇÕES

SECÇÕES	TEMAS
1	A Organização na Empresa A Organização Regional
2	A Organização por ramo de actividade
3	A Recuperação Capitalista

Das 13 às 15 horas - Intervalo para almoço

Das 15 às 17 horas - Reabertura dos trabalhos nas secções

As 17.30 horas - GRANDE SESSÃO PÚBLICA DE ENCERRAMENTO

NOTA: INSCRIÇÕES

Os Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores interessados em participar no Encontro, podem inscrever-se para:

Secretariado Organizador

Rua Victor Cordon, n.º 1-2

Telf. 365286 - 365287 - 323840 - 323140

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa

Av. D. Carlos I, n.º 42-2

Telf. 607052 - 607053 - 607054 - 607055

Pelo Secretariado Organizador

A DIRECÇÃO

licato isão

trél. «Assisti aqui à greve de 1922; foi isso que me fez ausentar da Guarda». Convivia muito com os mineiros em greve. Foi, então, chamado ao comandante do posto.

«Oíça lá, ó 57, consta-me que você anda aí a acompanhar, fazendo o jogo dos grevistas».

«Eu não, meu tenente. Acompanho como acompanhava. Tenho aí famílias conhecidas».

Decidiu abandonar a GNR, e apresentou um requerimento. O outro:

«Oíça, ó 57! Que futuro será o seu lá na paisana?».

«É trabalhar, pois então. Vou para aspirante a pedreiro».

«Eu guardo aqui o seu requerimento durante três dias. Você tem exemplar comportamento, tem curso para seguir para cabo; porque é que você

não há-de ficar? Pense lá bem na sua vida!».

Passaram os três dias. Saiu. Voltou à mina, juntando-se ao grupo que estava a preparar a associação sindical das minas de São Domingos. «A poder do sacrifício, conseguimos inaugurar o sindicato».

Na altura da inauguração, foi preso um grupo de operários. Estiveram 28 dias detidos, mas a pressão dos trabalhadores e da população levou as autoridades a libertá-los.

«Quando voltaram, vieram por Beja. As pessoas muniram-se de uma grande porção de foguetes, morteiros, etc. O povo estava esperando à entrada da mina, e aí... Houve festa. A polícia quis intervir, mas desistiu».

Algum tempo depois, foi despedido das minas de São Do-

mingos, e veio com um irmão, Valentim, para Aljustrel. Trazia, também, uma missão: estabelecer laços de união entre os sindicatos de uma e outra vila.

Quando se filiou na Associação Sindical dos Mineiros de Aljustrel, ainda o convidaram para se inscrever na dos metalúrgicos, já que o Manuel Patrício estava a trabalhar no sector das oficinas. Que não. «Os metalúrgicos ainda têm alguns homens capazes de dirigirem a coisa, e os mineiros estão desarmados. Tem de haver alguém que os ajude».

«Ti» Patrício vai, então, dedicar-se à organização de classe dos mineiros, fortalecendo o sindicato de Aljustrel. Em 1927 foi nomeado sindicato administrativo da associação e, em

Continua na pág. 12



Trabalhar no fundo da mina: poeira, barulho, insegurança

Trabalhar de perna às costas

anos atrás.

«Como aquilo não chegava para nada — já tinha dois filhos — não chegava para quatro pessoas, pedi passagem para as vias férreas, que eram, na altura, dezasseis escudos por dia».

Durou pouco. Em 1946 voltou para o fundo da mina. Em Fevereiro do ano seguinte, teve o desastre: caiu-lhe um bloco de minério em cima de uma perna. Até 1950, esteve quase sempre internado no hospital da companhia de seguros, em Lisboa. Quando lhe deram alta, regressou ao trabalho.

«Passado tempo, verifiquei que não podia andar, de forma nenhuma. Não podia caminhar. Fui operado. Lá estive, mais uns meses largos. Quando saí, vim novamente trabalhar no fundo da mina».

Com fracturado peróneo, adinham-se as dificuldades. Depois de nova operação cirúrgica, a companhia atribuiu-lhe uma pensão temporária de pouco mais de trezentos escudos por mês. Submetiam-no a exames periódicos e cortavam-lhe na pensão à medida das melhoras que experimentava.

«A pontos que eu discordai da coisa, e meti-os em tribunal. E ganhei. Mas para quê? Para chegar à conclusão de que tinha de ficar com uma pensão de 27 escudos por mês? Nem dava para os transportes que tinha de utilizar, para ir a Beja receber o dinheiro. «Vendi» a pensão. Recebi, na altura, cerca de dez contos, mas perten-

ciam-me perto de vinte. Ora, o Tribunal do Trabalho, que naquele tempo era aquilo que todos nós sabemos, comeu-me metade. Meti a calar-me. Aí, comecei a lutar pela minha vida».

Voltou a trabalhar, desta vez como apontador.

MILITANTE

Manuel Brito milita politicamente desde 1947. Acompanha regularmente os acontecimentos pela leitura dos jornais, e tirava as suas conclusões. Abordado por um companheiro de trabalho, filiou-se politicamente, na clandestinidade. «Era o meu partido, o parti-

do do trabalhador». Milita há 29 anos.

Nunca foi preso. Mas, depois da queda do fascismo, tomou conhecimento de que a P.I.D.E. preparava prisões em massa para Maio de 74. Das listas de pessoas a deter, constava o seu nome. «Eramos nove que estávamos para ser engavetados».

Já quando esteve internado, se safou a ser preso, com um grupo de camaradas, que foram barbaramente torturados no Aljube.

Os filhos, emigrados, regressaram já da Alemanha.

Manuel Brito, reformado, continua a lutar.

ROMANOS E MAOMETANOS

«Estácio da Veiga, nas Antiquidades monumentais do Algarve, diz que «a exploração das minas dos Alagares e S. João do Deserto, perto de Aljustrel, datam de tempos pré-históricos, e ainda na época romana uma e outra foram exploradas, e é por isso notável que então escapassem alguns artefactos pré-históricos; mas já muito posteriormente aquelas minas foram utilizadas durante o domínio maometano». Sobre a exploração das minas pelos Romanos não pode haver dúvidas, porque a afirmam documentos de irrecusável valor e autenticidade. Mas Estácio da Veiga

iretende que a primeira exploração se fez em tempos neolíticos, servindo-lhe de base a esta presunção o facto de se terem encontrado nas minas algumas frechas e machados de cobre, instrumentos rudimentares de todo o ponto semelhantes, na forma, a outros, da mesma natureza, encontrados por Nery Delgado, numa gruta de Cesareda (p. 127, vol. 3.º), formando um inapreciável depósito neolítico».

Do «Guia de Portugal», 2.º volume, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1927, pág. 177.

PUB

ENCONTRO DE DELEGADOS SINDICAIS E COMISSÕES DE TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA

SÁBADO, 10 DE ABRIL, 9 HORAS
VOZ DO OPERÁRIO

PROGRAMA:

- 9.30 HORAS — SESSÃO DE ABERTURA
- 10.30 HORAS — TRABALHOS NAS SECÇÕES
 - 1 — A ORGANIZAÇÃO NA EMPRESA
 - A ORGANIZAÇÃO REGIONAL
 - 2 — A ORGANIZAÇÃO POR RAMO DE ACTIVIDADE
 - 3 — A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
- 13.00 HORAS — ALMOÇO
- 15.00 HORAS — TRABALHOS NAS SECÇÕES
- 17.00 HORAS — SESSÃO PÚBLICA DE ENCERRAMENTO

Para o reforço da Unidade e Organização dos Trabalhadores
Pela defesa das Liberdades e da Democracia

O SECRETARIADO ORGANIZADOR

União dos Sindicatos de Lisboa
Sindicatos dos Cerâmicos, C. Civil, Químicos, Metalúrgicos
Rodoviários e Vidreiros
Sec. pró Conselho Nac. Trab. Const. Civil
Comissão Coord. Grupo CUF
Sec. Provisório Empresas Autogestão

Nacional

C. P.—Informações

PÁSCOA DE 1976

SERVIÇO INTERNACIONAL

Por motivo das férias de Páscoa, efectua-se para transporte de trabalhadores portugueses no estrangeiro, os comboios especiais seguintes:

A H. M.	Estações	B H. M.
12-45	P. LISBOA (ST. APOLONIA)	C. 15-01
13-00	P. Santarém	C. 14-07
13-05	P. Entroncamento	C. 13-43
13-10	P. Fátima	C. 13-24
13-15	P. Caxarias	C. 13-15
13-20	P. Albergaria dos Doze	C. 13-05
13-25	P. Vermon	C. 12-54
13-30	P. Pombal	C. 12-45
13-35	P. Soure	C. 12-32
13-40	P. Alfaiates	C. 12-20
13-45	P. Coimbra-B	C. 12-04
13-50	P. Pampilhosa	C. 11-52
14-10	P. Porto (Campanhã)	C. 13-45
14-15	P. Gaia	C. 13-33
14-20	P. Espinho	C. 13-17
14-25	P. Ovar	C. 13-01
14-30	P. Estarreja	C. 12-46
14-35	P. Aveiro	C. 12-29
14-40	P. Pampilhosa	C. 12-00
16-10	P. Pampilhosa	C. 11-39
16-15	P. Mortágua	C. 11-10
16-20	P. Santa Comba Dão	C. 10-57
16-25	P. Nelas	C. 10-30
16-30	P. Mangualde	C. 10-19
16-35	P. Gouveia	C. 10-01
16-40	P. Celorico da Beira	C. 9-41
16-45	P. Vila Franca das Naves	C. 9-28
16-50	C. Guarda	C. 9-08
16-55	P. Ovar	C. 9-06
17-00	P. Cerdeira	C. 8-47
17-05	C. Vilar Formoso	C. 8-25
17-10	C. Fátima	C. 8-00 (H.E.)
17-15	C. Fátima	C. 8-55
17-20	C. Fátima	C. 8-40
17-25	C. Fátima	C. 8-25
17-30	C. Fátima	C. 8-10
17-35	C. Fátima	C. 7-55
17-40	C. Fátima	C. 7-40
17-45	C. Fátima	C. 7-25
17-50	C. Fátima	C. 7-10
17-55	C. Fátima	C. 6-55
18-00	C. Fátima	C. 6-40
18-05	C. Fátima	C. 6-25
18-10	C. Fátima	C. 6-10
18-15	C. Fátima	C. 5-55
18-20	C. Fátima	C. 5-40
18-25	C. Fátima	C. 5-25
18-30	C. Fátima	C. 5-10
18-35	C. Fátima	C. 4-55
18-40	C. Fátima	C. 4-40
18-45	C. Fátima	C. 4-25
18-50	C. Fátima	C. 4-10
18-55	C. Fátima	C. 3-55
19-00	C. Fátima	C. 3-40
19-05	C. Fátima	C. 3-25
19-10	C. Fátima	C. 3-10
19-15	C. Fátima	C. 2-55
19-20	C. Fátima	C. 2-40
19-25	C. Fátima	C. 2-25
19-30	C. Fátima	C. 2-10
19-35	C. Fátima	C. 1-55
19-40	C. Fátima	C. 1-40
19-45	C. Fátima	C. 1-25
19-50	C. Fátima	C. 1-10
19-55	C. Fátima	C. 0-55
20-00	C. Fátima	C. 0-40
20-05	C. Fátima	C. 0-25
20-10	C. Fátima	C. 0-10
20-15	C. Fátima	C. 0-55
20-20	C. Fátima	C. 0-40
20-25	C. Fátima	C. 0-25
20-30	C. Fátima	C. 0-10
20-35	C. Fátima	C. 0-55
20-40	C. Fátima	C. 0-40
20-45	C. Fátima	C. 0-25
20-50	C. Fátima	C. 0-10
20-55	C. Fátima	C. 0-55
21-00	C. Fátima	C. 0-40
21-05	C. Fátima	C. 0-25
21-10	C. Fátima	C. 0-10
21-15	C. Fátima	C. 0-55
21-20	C. Fátima	C. 0-40
21-25	C. Fátima	C. 0-25
21-30	C. Fátima	C. 0-10
21-35	C. Fátima	C. 0-55
21-40	C. Fátima	C. 0-40
21-45	C. Fátima	C. 0-25
21-50	C. Fátima	C. 0-10
21-55	C. Fátima	C. 0-55

A — Efectua-se nos dias 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 de Abril de 1976.
B — Efectua-se nos dias 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 de Abril de 1976.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO FARMACÊUTICOS

ENCONTRO DE JOVENS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO FARMACÊUTICOS

A participação nas actividades sindicais e a discussão de problemas que afectam a juventude trabalhadora do nosso sector, são os dois grandes objectivos da realização do nosso Encontro.

Considerando que a motivação dos jovens trabalhadores para estes objectivos teria de ser conseguida fundamentalmente nos locais de trabalho, a Comissão Organizadora do Encontro teve reuniões em cerca de 25 Empresas, onde foram discutidos os problemas mais sentidos pelos trabalhadores, e a participação da juventude nas actividades sindicais.

Em função das respostas dos inquéritos recebidos, foi decidido levar à discussão no Encontro os seguintes três textos-base:

- 1 — A Juventude na Empresa
- 2 — A Juventude e o Sindicato
- 3 — A Juventude e os Tempos Livres

Como já foi anunciado, o Encontro realiza-se no próximo dia 10 de Abril, sábado, no Instituto Superior Técnico, Pavilhão das Minas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 10 Horas — Plenário, Abertura e justificação do Encontro, intervenção da Comissão Organizadora.
- 10.15 H. — Intervenção dum elemento da Direcção do Sindicato.
- 10.30 H. — Leitura dos textos-base e quaisquer participações de trabalhadores presentes no Encontro.
- 12 Horas — Almoço.
- 14 Horas — Discussão por secções dos textos-base e participações.
- 16 Horas — Reunião das Mesas das Secções para apuramento das conclusões.
- 16.30 H. — Leitura e votação das Conclusões.
- 17 Horas — Encerramento dos Trabalhos do Encontro.
- 17.15 H. — Convívio.

Canto Livre
Baile

Francisco Lopes
Lourdes António

"Terceira Idade" defende-se sozinha

Pôr fim à velhice e encontrar uma solução para o problema da terceira idade é a vontade que anima Duarte Carlos da Silva Princepulina de Oliveira Matos que, ultrapassados já os setenta anos, contactaram a nossa redacção no sentido de fazerem um apelo para que se ponha termo ao esquecimento a que tem sido votada a terceira idade.

«Velho é aquele ou aquela que atingiu a idade avançada com todos os preconceitos que o tornam incapaz de encarar um futuro diferente», afirma Duarte Carlos da Silva, que, por outro lado, define a entrada na terceira idade como «a necessidade de pôr ao serviço da colectividade a experiência colhida ao longo de 60 anos». Se a terceira idade é um problema social, não há dúvida que, recusando o abandono e a marginalização aqueles que nela se encontram têm de combater uma mentalidade conservadora e extremamente negativa que continua a perpetuar os explorados no papel de vítimas que têm um caso pessoal a resolver...

Dentro desta necessidade de combater a mentalidade tradicional, Duarte da Silva chama a atenção para as vantagens de acabar de uma vez para sempre «com a ideia de que os filhos é que têm obrigação de manter os pais». A sobrecarga económica que os pais

idosos representam para os filhos à custa de quem vivem, acaba por alterar as relações afectivas. Se nós trabalhamos uma vida inteira — afirma o nosso entrevistado — e ainda nos sentimos estimulados a pôr ao serviço dos outros a nossa experiência, não é justo que nos atirem para um canto como se já não tivéssemos préstimo. Queremos a autonomia para dar um sentido à nossa vida».

UM SALÁRIO-BASE

Como não há autonomia sem independência económica, o nosso leitor sugere que seja instituído um salário base para todos os que atingiram os 60 anos. A instituição deste salário constitui, na sua opinião, um direito do homem.

Princepulina de Oliveira Matos que também este presente na nossa redacção, vive actualmente da renda de dois dos seus hóspedes uma vez que a situação económica do seu filho não dá para ajudas. Entretanto, a doença priva-a de algumas das tarefas quotidianas do trabalho de qualquer dona de casa o que vem ainda tornar mais incerto o seu futuro.

Neste apelo para que o problema da terceira idade seja discutido e sejam encontradas soluções, colaborou ainda um operário precocemente reformado, António de Sousa Santos, que ainda longe da terceira idade conhece já o situação degradante que o espera.

Os nossos amigos fazem parte de um Centro da Defesa dos Direitos Humanos da terceira idade, com sede provisória, em Lisboa, na Rua Pinheiro Chagas, 27, 2.º. Aqui deixamos o seu apelo para que o problema da terceira idade comece a ser discutido a nível nacional acabando assim o silêncio a que tem sido condenada.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/57379, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Pinhal Novo, concelho de Palmela, de uma linha aérea a 15 kV com 244 m, do apoio n.º 47 da linha S. Sebastião — Pinhal Novo ao Posto de Transformação da Câmara Municipal de Palmela «Pinhal Novo (Águas)».

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

"Ti" Jacinto Mineiro e sindicalista

Continuação da pág. 11

1930, eleito presidente. Mais tarde, o fascismo impediu-o de exercer cargos dirigentes.

"BOLCHEVISTA"

Em 1927, foi preso pela primeira vez: três dias incomunicável em Beja. Foram 38 dias nos calabouços do Governo Civil, sem que lhe dissessem razões. Em vésperas do Natal foi interrogado.

«Você sabe por que é que está preso?»

«Não, ainda ninguém me disse. A polícia foi lá, prendeu-me, não me disse nada».

«Você é acusado de bolchevista agitado?»

«Bolchevista? Nem sei o que é bolchevismo! Se me acusassem de socialismo, socialismo reformista, está bem... Agora, bolchevista e agitado, isso não».

«Bom, você vai responder ao que eu lhe pergunto, e responda concretamente».

Findo o interrogatório, e depois da intervenção do comandante da polícia, deram-lhe esperanças de passar o Natal com a família. Tinham concluído que «o outro, o que lhe fez as acusações, é mais bolchevista do que ele».

Mentira. Passou a consoada na cadeia e saiu para o Ano Novo. Regressou ao trabalho e à luta sindical. Três anos depois, foi de novo preso. Desta vez, pela Pide, entretanto constituída. Vasculharam, fecharam e selaram o sindicato. Quando, à tardinha, os trabalhadores chegaram, partiram os lacres e procuraram o administrador do concelho, que se fez de novas.

Devido à pressão popular — o povo concentrou-se frente ao sindicato — Manuel Patrício foi libertado nessa noite.

«No outro dia de manhã, andava eu a passear no mercado, às compras, vieram dizer-me: Olhe «Ti» Patrício, chegou a polícia ao sindicato. Está uma patrulha lá à esquina armada de metralhadoras... Bom, fui lá ver o que é que havia».

Quando se aproximou, prenderam-no. Foi só tempo de ir a casa mudar de roupa e «comer qualquer coisinha», sob vigilância policial. Depois de uma acidentada viagem de camioneta, de cambulhada com o material apreendido no sindicato, ficou detido em Beja. Foram cinco dias.

«O senhor trate lá da sua vidinha, cuide dos seus filhinhos, e deixe-se de políticas, disseram-lhe».

«Será por eu me interessar pela vida da minha casa, a vida dos meus filhos e dos filhos dos meus companheiros que a polícia me vai buscar? Conheço indivíduos lá em Aljustrel que são borrachos, fazem descalços, e a polícia não os vai buscar», respondeu Manuel Patrício.

Foi libertado. Mas o comandante da polícia ordenou-lhe o encerramento do sindicato, e a entrega das chaves ao administrador do concelho. A medida não chegou a concretizar-se.

"BOMBISTA"

Alguns meses depois, os operários mineiros de São Domingos entraram em greve, por melhores condições de vida. «Ti» Patrício promoveu uma subscrição em Aljustrel, a favor dos companheiros de trabalho. No caminho para São Domingos, perto de Mértola, foi detido por forças da GNR. De nada lhe valeu argumentar com a prisão do irmão mais novo, António, nem com a doença da mãe. Mais uma noite de calabouço.

Dois dias depois, encontrou-se nas prisões de Beja com os grevistas detidos em São Domingos, entre os quais um irmão. Desta vez, foram 48 dias. Apesar de uma amnistia que, entretanto, abrangia os presos políticos, os mineiros ficaram detidos. Porquê? «Bombistas», afirmou a polícia.

Sairam algum tempo depois, em virtude de um abaixo-assinado que enviaram a entidades superiores. Espantavam-se os detidos que lhe fosse atribuído aquele qualificativo: quando se verificaram as explosões na linha de caminho-de-ferro, perto do Marão, eles já estavam presos há cerca de dez dias. Bombistas não eram com certeza.

Proibido de exercer cargos dirigentes no sindicato, nem por isso Manuel Patrício abandonou as suas instalações: ficou como continuo. Aliviou-se cerca de 34 anos, lá casou e teve «a criação».

Como eram magros os proventos, a família comia «umas sopas, um gaspacho», enfim, aquilo de que a população trabalhadora de um meio industrial se alimentava, no tempo do fascismo.

«Muitas vezes comia a crédito, comprava fiado nas lojas. Não me acusa a consciência de ter ficado a dever nada. A primeira vez que estávamos ai atacados, com três ou quatro contos em dívida, tive a sorte de minhamulher ter comprado uma cautela em que saíram dez contos. Marchou tudo: mercearia, sapateiros, alfaiates... Ficámos com as portas abertas outra vez».

Isto, nos anos 40, altura de grande crise, em que o próprio pão faltava.

Trabalhou sempre até 1961, altura em que se reformou. Ano fatídico: um dos filhos morreu-lhe em Angola, na guerra. Como era de uso, o Estado concedeu-lhe uma «pensão de sangue».

Tem hoje, para ele e para a sua Evangelina, uma pensão pensal de 2.050 escudos.

COMUNA — COOP COOPERATIVA POPULAR DOS MORADRES DE MIRA-SINTRA CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 22.º dos Estatutos desta Cooperativa, convocam-se os Sócios para Assembleia Geral a efectuar nos Pavilhões Verdes dia 24 do corrente pelas 15.30 h.

§ ÚNICO — Nos termos do Art.º 21.º se à hora marcada não estiverem presentes 2/3 dos Sócios, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de sócios.

ORDEM DE TRABALHOS ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES

NOTA — Pelo Art.º 39.º dos Estatutos, as listas de candidatos aos corpos gerentes, devem ser entregues nos S. A. da Cooperativa até ao dia 10 do corrente.

Mira-Sintra, 8 de Abril de 1976

A COMISSÃO INSTALADORA

Em ALCOBACA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Tabacaria de José Narciso da Costa, Suc. Praça dr. Oliveira Salazar 54



grande cabeleireiro de senhoras EVA, lda.

manicuras, pedicuras, esteticistas, massagistas, sauna, boutique e um simpático serviço de refeições ligeiras e cafetaria.

E UM CABELEIREIRO PARA AS SENHORAS QUE TÊM POUCO TEMPO E QUE QUEREM GASTAR POUCO DINHEIRO

Pr. Marquês de Pombal, 1 e R. Camilo Castelo Branco, 23 LISBOA

Estrangeiro

Michael Foot confirmado como a segunda figura do governo trabalhista

LONDRES, 9 — (R) — O novo chefe de Governo da Grã-Bretanha, James Callaghan, demitiu quatro ministros veteranos da era de Wilson e escolheu um gabinete de homens experientes, embora relativamente jovens.

A grande surpresa foi a nomeação de Anthony Crosland, um intelectual, de 57 anos, com pouca experiência de política externa, para o cargo de ministros dos Negócios Estrangeiros.

Roy Jenkins, um pró-europeu dedicado, continua a sobraçar a pasta do Interior e não lhe foi oferecida a dos Negócios Estrangeiros como pretendia. Jenkins é considerado agora o principal pretendente à presidência da comissão do Mercado Comum Europeu, em

Bruxelas, quando o cargo ficar vago, no fim do ano.

Notícias de que se registou uma grande luta pelo poder por causa da pasta dos Negócios Estrangeiros foram desmentidas oficialmente em Londres, mas alguns esquerdistas no Partido Trabalhista, que ocupa o poder, não gostaram claramente da ideia de um defensor tão veemente do Euro-mercado como Jenkins se tornar chefe do Foreign Office. Crosland é um pró-europeu, mas não defende apaixonadamente a Comunidade Económica Europeia.

Os quatro ministros que abandonaram o Governo foram a senhora Barbara Castle, da Assistência Social, Edward Short, lord e presidente do Conselho, William Ross, ministro para a Escócia, e Robert Mellish, porta-voz do Labour no Parlamento, todos com mais de 60 anos.

Do gabinete fazem parte, pela primeira vez, David Ennals, de 53 anos, que é o novo ministro da Assistência Social, Edmund Dell, de 54, ministro do Comércio, Bruce Millan, de 48, ministro para a Escócia, e Al- bert Booth, de 47, ministro do Trabalho.

Ennals criou reputação de tacto e de subtileza no estrangeiro, particularmente junto de dirigentes negros africanos, por causa da disputa da independência da Rodésia quando prestou serviço, durante dois anos, como adjunto de Callaghan, no Foreign Office. Substituiu a senhora Castle, uma esquerdista e aliada de Wilson no partido.

Booth substituiu Michael

Foot no Ministério do Trabalho cargo que envolve ligação estreita com os sindicatos.

Millan e Dell são considerados como dois dos mais brilhantes novos políticos trabalhistas, ansiosos por ganharem renome.

Foot, lord, presidente do Conselho, foi confirmado como o segundo homem mais influente do Governo, logo a seguir a Callaghan, que representará, quando necessário, na Câmara dos Comuns.



Michael Foot, o segundo homem mais forte do governo inglês



O «Diário do Povo», de Pequim, revela que cerca de um milhão de pessoas participaram na manifestação organizada ontem na capital chinesa em apoio da nomeação de Hua Kuo-feng como primeiro-ministro efectivo. Na gravura: à frente, um retrato de Mao Tsé-tung, transportado por manifestantes. (Telefoto UPI-Telimprensa)

Última tentativa em Itália para solucionar a crise

ROMA, 9 — (ANOP, FP e R) — Dirigentes políticos italianos devem fazer hoje, segundo se espera, uma última tentativa para solucionar a crise política e económica que o país atravessa e que se agudiza cada vez mais, sem marcarem uma eleição geral prematura.

Fontes políticas observaram que um fracasso, agora quase certo após uma semana de intensas conversações, obrigaria o Governo minoritário democrata-cristão do primeiro-ministro Aldo Moro a recorrer às urnas, provavelmente em Junho.

Aguarda-se que o forte Partido Comunista Italiano se porte bem numa próxima consulta às urnas, podendo até mesmo surgir como o maior agrupamento político do país.

Durante o dia de ontem, a lira continuou a descer nos mercados de câmbios e a Bolsa de valores de milão atingiu

a sua média mais baixa, em 19 anos.

Agravou-se também a vaga de violência nas ruas, com dezenas de bombas incendiárias lançadas contra o Ministério da Justiça e a sede do Partido Democrata-Cristão, durante protestos contra a morte de um manifestante da extrema esquerda, na quarta-feira.

Os democratas-cristãos rejeitaram ontem, à noite, uma proposta comunista para um acordo de emergência entre todos os partidos sobre urgentes questões políticas e económicas.

O panorama político complica-se ainda mais com o possível referendo sobre a discutida questão da lei do aborto.

A não ser que o Parlamento seja dissolvido, dentro dos próximos dias, ou possa chegar subitamente a um acordo so-

bre nova legislação quanto ao aborto, o presidente Giovanni Leone terá de marcar uma data para a realização de um referendo, em que os democratas-cristãos, que contam com o apoio da Igreja deverão ser vencidos.

A noite passada, cerca de cinco mil pessoas manifestaram-se correspondendo ao apelo de movimentos de extrema-esquerda, para protestar contra a morte de um liceal, Mario Salvi, morto por um guarda do Ministério da Justiça, na quarta-feira, ao serem atirados vários «cocktails Molotov» contra o portão do edifício.

O guarda, Domenico Velluto, que foi interrogado por duas vezes pelo juiz de instrução, acabou por ser pronunciado por «homicídio por impru-

dência». No seu depoimento assegurou que disparou primeiro três tiros para o ar, antes de atirar na direcção dos jovens que fugiam, atingindo Mario Salvi na nuca.

Entretanto, foi revelado que a dívida externa italiana ascende a quase 15 mil milhões de dólares, incluídas as recentes operações com a Comunidade Económica Europeia, o Banco Central alemão e o Fundo Monetário Internacional.

Pelas dívidas contraídas no exterior, a Itália deverá pagar, este ano, 3430 milhões de dólares.

Estes dados são fornecidos pelo próprio banco de Itália, que indica também as percentagens de juro estabelecidas para os empréstimos mais importantes contraídos pela Itália.

Mais perseguições em Espanha

MADRID, 9 — (R.) — Mulheres de dirigentes da oposição presos afirmaram haver agora mais perseguições em Espanha por motivos políticos do que no último ano da ditadura do generalíssimo Franco.

As mulheres de quatro chefes oposicionistas presos, incluindo o dirigente sindical comunista Jerzy Pawlowski, foram ontem à noite, uma conferência de imprensa em Madrid.

Os maridos foram detidos, na semana passada, pouco antes de uma conferência de imprensa em que planeavam lançar uma nova aliança de comunistas, socialistas e democratas-cristãos.

A sr.^a Camacho, observou: «Não houve qualquer mudança política. Vigora o mesmo velho sistema de Franco».

Entretanto, Angel Berazadi, o industrial espanhol morto a tiro por separatistas bascos, será sepultado hoje em San Sebastian, a sua terra natal, a seguir à condenação do crime tanto por bascos como pelo Governo espanhol.

Jerusalém, dos lugares santos e do povo palestino. Sadat partiu depois de Roma para a Jugoslávia, devendo entabular hoje conversações com o marechal Tito.

■ VARSÓVIA, 9 (R) — O antigo campeão mundial de sabre da Polónia, Jerzy Pawlowski, foi condenado a 25 anos de cadeia por fazer espionagem para um país da N. A. T. O. — anunciou hoje a agência noticiosa oficial PAP.

COCOA BEACH (Florida), 9 (ANOP) — Virginia Bennett, sogra do senador Edward Kennedy, foi encontrada morta, ontem, no seu apartamento, nesta localidade.

■ AMSTERDÃO, 9 (R) — Sete jovens das Molucas do Sul foram condenados, cada um a seis anos de cadeia, por conservarem 43 pessoas como reféns no consulado da Indonésia, em Amesterdão, em Dezembro último.

Caleidoscópio

■ TELAVIVE, 9 (ANOP) — O primeiro-ministro sul-africano, John Vorster, chegou ontem a Israel, para uma visita de carácter quase oficial que observadores diplomáticos dizem estar relacionada com um possível acordo de compra de caças e mísseis mar-mar.

■ BEIRUTE, 9 (R) — Travou-se luta entre grupos de guerrilheiros palestinos rivais ao longo da auto-estrada para o Aeroporto de Beirute, pouco depois do envio de paz francês Georges Gorse chegar ontem, à noite, à capital libanesa.

■ CIDADE DO MÉXICO, 9 (ANOP) — As revoltas de trabalhadores rurais que ultimamente têm atingido vários Estados mexicanos provocaram ontem nova intervenção do Exército.

■ CIDADE DO VATICANO, 9 (FP e R) — O Papa Paulo VI recebeu ontem em audiência o presidente egípcio, Anwar Sadat, tendo sido discutidas nomeadamente as questões de

PUB

SANIMAR APELO

Hoje, dia 8 de Abril, os Trabalhadores da SANIMAR continuam sem receber os salários prometidos, pois aqueles a quem interessa a derrota dos trabalhadores sabem que continuando as instalações encerradas e a falta de salários, pode ser o processo mais «eficiente» para obter o que a GNR/PSP e as G-3 não conseguiram.

É de apuro a nossa situação, se o impasse continuar, e só com a tua ajuda com o apoio de todos os trabalhadores conseguiremos levar por diante a luta a que nos propusemos contra as forças do capital reaccionário.

Solidariza-te connosco no teu local de trabalho, cotiza-te, e aos teus camaradas, pois a luta dos trabalhadores da Sanimar é a tua luta.

Lisboa, 8 de Abril de 1976.

A COMISSÃO DE TRABALHADORES DA SANIMAR

NOTA: Todas as contribuições devem ser enviadas à Comissão de Trabalhadores da SANIMAR, para o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, na Av. Visconde de Valmor, 34-2.º em Lisboa.

Espectáculos

"A nível de programação a RTP regressa a antes do 25 de Abril"

denuncia o M.U.T.I., a propósito da demissão de Mário Dionísio

O MUTI — Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais — tomou posição, em assembleia popular, sobre a demissão de Mário Dionísio do cargo de director de programas da RTP, o que motivou a saída de Fernando Pernes, seu próximo colaborador.

Assim, e segundo uma moção aprovada naquela assembleia, o MUTI considera «preocupante» o facto ocorrido na RTP. A demissão de Mário Dionísio é considerada «particularmente grave, no momento em que da chefia de todos os departamentos da RTP, depen-

des da Direcção de Programas, continuam ausentes outras tantas figuras de grande mérito, ali colocadas depois do 25 de Abril de 1974 — encontrando-se assim criada a paradoxal situação de uma RTP que, a nível de programação regressa, em alarmante medida, às condições anteriores àquela data».

O MUTI chama a atenção para o facto de ser bem visível «a escalada da direita em grande parte da Comunicação Social», pelo que decide:

«Fazer-se eco destas preocupações junto do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, do Conselho da Revolução, do Ministério da Comunicação Social e do Presidente da Comissão Administrativa da RTP;

Insistir na imediata normalização das situações na Radiotelevisão Portuguesa e na Radiodifusão Portuguesa, com a reintegração dos responsáveis suspensos, repudiando desde já toda e qualquer argumentação falaciosa com que se tente contribuir para a criação de pretensas justas causas de despedimento;

Apelar a uma redobrada vigilância de todos os intelectuais democratas e progressistas para as situações atrás expostas e para as que delas venha a decorrer;

Exigir que o cargo agora vago, de director de Programas da RTP, seja preenchido por uma personalidade de incontável mérito intelectual e de inequívoca e incontestada posição progressista.»

Jeanne Moreau: de actriz a realizadora

Jeanne Moreau vem juntar-se ao número reduzido das mulheres que escrevem para o cinema ou que realizam filmes. «Lumière» é uma história difusa, uma análise fragmentada de sentimentos muito vulgares. Mas a sinceridade da realizadora, a sua curiosidade pelos seres, e ainda a paixão que tem pelo cinema, guiaram-lhe os passos, e ela conseguiu o essencial, que era mostrar-nos, com a sua actividade e a sua sensibilidade de mulher, quatro mulheres em liberdade, quatro actrizes. Talvez lhe censuramos o facto de ter limitado a sua pintura a um mundo privilegiado, por vezes egoísta e frívolo. Mas ela não quis fazer batota. O que diz neste filme é o que sabe, o que sente. Pode, de resto, imaginar-se que essas quatro actrizes formam uma única, em diversas idades, e que essa mulher tem o nome da autora.



LE MONDE Jeanne Moreau escreveu e dirigiu o filme «Lumière»

Moradores de Palhais e Santo André repudiam os assaltos a centros de cultura popular

As comissões de moradores das freguesias de Palhais e de Santo André divulgaram moções nas quais repudiam os recentes assaltos ao Cineclube do Barreiro e ao Teatro de Pesquisa «A Comuna», que «pelo ódio à cultura que revelam denotam bem a sua origem fascista».

As comissões protestam contra a «passividade ou indi-

ferença das autoridades e dos órgãos de decisão estatal que com o seu silêncio se tornam corresponsáveis».

Os moradores de Santo André apelam a todas as organizações progressistas para que se engrosse o movimento de repúdio às actividades fascistas, que neste caso visaram centros de cultura popular.

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Jerry, primeiro turista no espaço" de Norman Taurog



Uma mediocre realização a camuflar o génio de Jerry Lewis

Título original: Visit to a small planet

Realização: Norman Taurog (USA-1960)

Argumento: Edmond Beloin e Henri Garson, baseado na peça de Gore Vidal.

Fotografia: Loyal Griggs

Música: Leigh Harlin

Interpretação: Jerry Lewis (Kreton), Joan Blackman (Ellen), Earl Holliman (Conrad), Fred Clark (Roger Spelding), Lee Patrick (Rheba Spelding), Barbara Lawson, etc.

Distribuição em Portugal SIF

Cinema: Borna

Classificação: Para todos

A importância de quem é o realizador de um filme é evidentemente, fundamental. Mesmo quando o filme se baseia mais no prestígio de um actor que no nome de quem está por detrás da câmara. Este filme é disso prova provada.

Produzido em 1960, Jerry, primeiro turista no espaço encontra Lewis na sua viragem para os dez anos que o iriam colocar no topo da galeria de criadores do cómica mundial. É, por assim dizer, a época de plena maturidade de Jerry Lewis. E no entanto este filme raramente o mostra. Diríamos mesmo que poderia ter sido

feito dez anos antes (ou quase) dada a estrutura em que se baseia.

Centrando os gags nos efeitos especiais (procedimento por demais fácil) e na piada de show de casino (trocadilhos falados, breves incursões de non-sense verbal), esta película de Taurog só muito parcamente dá conta do verdadeiro talento de que Lewis já dera provas sobejas. É o caso da cena com o patrão do canal televisivo ou da «conversa» com o televisor, brevíssimos rasgos, ou seja, eis como se perde um actor nas mãos mediocres de Taurog.

Claro que a gente ri. Com Lewis é impossível não o fazer, mesmo quando dói vê-lo encostado à mediania. Mas, decididamente, estamos longe do melhor Lewis, do próprio Lewis de 1960 (é só comparar com Jerry no Grande Hotel ou Cinderelo dos pés grandes).

Um pequeno apontamento paralelo: as fotografias cartonadas da publicidade e o próprio programa (que inclui uma falsa filmografia) indicam que o filme é em Technicolor. No écran surge-nos um preto e branco, aliás razoável. É bom evitar erros destes, senhor exibidor.

teatro do bairro alto

R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato) Tel. 861515

Bilhetes à venda Proibida a ent. após início do espectáculo

Última semana



Teatro da Cornucopia

Ar Mio
3.ª a sábado, às 21.15 h
domingo, só às 18.00h.
(Não acons. a men. de 13 anos)
Bilhet. abre às 17.00h.

MARIA VITÓRIA

Todos os dias 2 sessões
(Não aconselhável às a menores de 18 anos) 20,30 e 22,45

A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

SALVADOR MARIA DULCE

HENRIQUE SANTANA
CARLOS GONÇALVES
LURDES LIMA
ANTÓNIO SEMEDO
LUÍS MÁRIO

Atracção nacional:
CIDÁLIA MOREIRA
Num momento da abertura da revista
ZITA DUARTE

Domingo, «matinée», às 16 h. 2.ª Feira, há espectáculo às 20.30 e 22.45. Descanso da Companhia na 6.ª Feira Santa

Aos Sábados:
TEATRO INFANTIL às 16 h. (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (só!)

Teatro D. Maria vai reabrir

O Teatro D. Maria II, o velho «Nacional», destruído por um incêndio, em Dezembro de 1964, vai reabrir aproximadamente dentro de três meses, após quase oito anos de obras. A sala foi reconstruída com

os requisitos mais modernos da técnica, entre os quais salientamos um circuito interno de televisão, e um palco giratório. A lotação prevista é de 800 lugares havendo no interior um teatro experimental para 200 espectadores.

trabalhadores de teatro da CASA DA COMÉDIA

OS ENCANTOS DE MEDEIA
ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA (9 JORNOS)
enc. norberto barroca
terça a sábado 21,30 h
domingo só às 18 h.

Última semana Só até ao dia 11

Em AJUSTREL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFE ALIANÇA

Restaurante CASTANHEIRA
DECLARADO DE UTILIDADE TURÍSTICA
ESTRADA DA TORRE — TELEF. 790169 — LUMIAR
SALAS PRIVATIVAS PARA CONFRATERNIZAÇÕES E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES (Encerrado às 2.ª feiras)
Parque automóvel

RESTAURANTE QUINTA DE S. VICENTE
TELHEIRAS DE CIMA, 144 (Campo Grande)
CHURRASQUEIRA ADEGA TÍPICA
PARQUE AUTOMÓVEL PRIVATIVO
Encerrado às 2.ª-feiras a partir das 16 h e 3.ª-feiras todo o dia

marrocos
TANGER
FIM DE SEMANA desde 2.390\$
UMA SEMANA
CIDADES IMPERIAIS
UMA SEMANA
PARTIDAS SEMANAIS AOS SÁBADOS E SEGUNDAS-FEIRAS DE ABRIL A DEZEMBRO
* Avião da Royal Air Maroc
* Bons hotéis, quartos de banho
* Alojamento e gas. almoço ru
* 1/2 pensão, ou pensão comp.
* Transporte aerop/hotel/aerop.
* Qualidade + economia
RESERVE JÁ!
VIAGENS RAWES
Lisboa-Correspondência R. Bernardino Costa 47
Expediente Trav. do Corpo Santo 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 2319516

Novos discos

Um disco de alta qualidade, de primeira apanha: Luís Cília em «Novembro» e «A festa nunca acaba», composições de Cília com música de Manuel Correia. Na gravação (em 45 rotações) participam ainda Pedro Caldeira Cabral, Arturo Cipriano e Edmundo Silva. «A festa nunca acaba» é dedicada a um grande nome da música do nosso tempo: Chico Buarque de Holanda.

De novo, a dupla Maria do Amparo-Carlos Alberto Moniz. Os cançonetistas surgem em «Ceifa, ceifeira» e «Vai dentro», trechos com arranjos de Pedro Osório e do próprio Carlos Alberto Moniz, a demonstrarem evolução nos processos interpretativos do casal açoriano. Linguagem *nossa* e excelente sonoridade: um passo na inovação que se impõe fazer na música popular portuguesa.

«Ceifa, ceifeira» é uma canção de apoio aos trabalhadores rurais que assumem o controlo e a responsabilidade da produção agrícola. «Vai dentro» é a denúncia (de certo modo jocosa) dos exploradores, de quantos tentam a mistificação através de posições aparentemente conciliatórias.

«Bilú Tétéia» (de Mauro Celso) e «Você zombou de mim» (da autoria de Rossini Pinto) estão num «EP» gravado pelo conjunto brasileiro «Juventude em embalo».



César Batalha: uma luta de aplaudir

Os famosos «Blood, Sweat e Tears» em «Yesterday's music» (Clayton-Thomas-Smith) e «No Show» (R. McClure): produção de Jimmy Ienner com arranjos de Ron McClure.

Tem magnífico nível o «Coro de Santo Amaro de Oeiras» que, dirigido pelo maestro César Batalha, torna ao convívio dos seus admiradores em dois 45 rotações. «Hino da Maria da Fonte» (de Frondini) e «Vem companheiro» (Ipolito Ivanoff-Lúcia de Carvalho)

preenchem o primeiro disco, gravado com percussão por João Vicente e João B. da Costa. No segundo, temos «Dona Nobis «Pacem»» («Dai-nos a Paz») com a solista Ema Gonçalves. César Batalha e os trabalhadores, de vários campos de actividade, que integram o puro e amador «Coro de Santo Amaro de Oeiras», merecem o melhor incentivo e o aplauso incondicional em face da excelente obra já produzida.

Glória e o cozinheiro

NOVA IORQUE. Aos setenta e três anos, Gloria Swanson acaba de casar pela sexta vez. «Não me casei desde os anos 40...», disse Gloria. Na vida, a vedeta do *Sunset Boulevard* é incrivelmente baixa (1 m 50) e calça 34. Dir-se-ia ter encolhido, à excepção das pestanas, que quase lhe tocam as altas sobancelhas.

O novo marido de Gloria, Dufty, tem menos trinta anos que ela. Mas não é isso que causa espanto, mas sim, as fotografias que ele gosta de mostrar. Fotos suas há dez anos, quando era um enorme jornalista com 130 quilos, que acabava de escrever uma biografia

de Billie Holh (*Lady Sings the blues*). Hoje é magro e muito atraente, e parece ter menos dez anos do que nessa altura.

Que se passou? Romantismo dietético. Glória Swanson prefere desde 1927 os alimentos são, a água pura e os regimes sem açúcar. Quando conheceu Dufty fez dele seu discípulo, depois seu cozinheiro, por fim seu marido.

Dufty acaba de escrever um livro de dietética (*Sugar Blues*), e o casal está a percorrer os Estados Unidos a fim de difundir a obra, que é um pouco o filho de ambos. Amor à dietética ou simplesmente

amor? É a mesma coisa, gosta de repetir a idosa recém-casada. Em japonês, amo-o pode dizer-se: Quero cozinhar para si.

© Le Monde

Para salvar Canergie Hall da demolição

Vai realizar-se a 18 de Maio um concerto em que participará gratuitamente o pianista Vladimir Horowitz, o violinista Isaac Stern, o violoncelista Mstislav Rostropovitch, o barítono Dietrich Fischer-Dieskau e a soprano Martine Arroyo, acompanhados pela New York Philharmonic Orchestra. Objectivo do concerto: salvar a sala do Canergie Hall, que tem oitenta e cinco anos de idade e está ameaçada de demolição.

Os melómanos americanos (os que são ricos, está bem de ver), vão pagar 1000 dólares (à volta de três mil escudos) por lugar, para assistir a este concerto excepcional consagrado a obras de Tchaikowsky, Mahler, Toscanini e Rachmaninoff.

C. P. — Caminhos de Ferro Portugueses

A VISO CONCURSO

Até às 17 horas do dia 13 de Abril de 1976, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a exploração do restaurante e cantina da estação de Funcheira.

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação das instalações é de 25 000\$00 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C. P., a caução provisória de 4 000\$ e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais, que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

- Funcheira
- Tunes
- Beja
- Serviço Comercial da Região Sul

BARREIRO

- Serviço Comercial da Região Centro
- LISBOA (Santa Apolónia)
- Serviço Comercial de Passageiros

Estação de Santa Apolónia 1.º andar LISBOA - 2

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses, Estação de Santa Apolónia, 1.º andar - LISBOA - 2, acrescentando-se aquele endereço, no invólucro, o seguinte:

«Proposta para a exploração do restaurante e cantina da estação de Funcheira».

Televisão

Hoje

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e «Era uma Vez... Três» — programa produzido pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis.
- 19.15 Filme Infantil
- 19.25 As Pedras e o Homem Portalegre.
- 19.50 Momento Desportivo
- 20.30 Telegiornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.00 Campanha Eleitoral — Frente Socialista Popular (F.S.P.), Liga Comunista Internacionalista (L.C.I.), Partido Popular Monárquico (P.P.M.).
- 21.40 Cenas de Ópera — os cantores Álvaro Malta, Luís França, Elsa Saque, Elisette Bayan e Hugo Casais interpretam algumas das árias conhecidas das óperas «Traviata», D. João e «Bodas de Figaro». Orquestra Filarmónica de Lisboa, sob a direcção de Manuel Ivo Cruz (1973). Realização de Pedro Martins. Uma apresentação do D.P.M.R. (em repetição).
- 22.00 Terra a Terra - Minha Gente — concurso — sessão dedicada ao Distrito de Aveiro.
- 23.30 Cinema 76 — nesta edição de Cinema 76 além de noticiário apresentado por Alfredo Tropa, transmitiremos uma curiosa película sobre «Os Monstros no Cinema».
- 23.55 Telegiornal — 3.ª edição
- 00.15 Fecho

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e «Túlipa Negra»
- 20.25 Fronteiras do Amanhã
- 20.40 «O Mágico» — série filmada.
- 21.35 Passatempo
- 22.20 Telegiornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
- 22.50 Fecho

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LISBOA



GRANDE JORNADA DO MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO DE APOIO A REFORMA AGRÁRIA TODOS A BEJA, NO DOMINGO, 11/4 CONCENTRAÇÃO - COMÍCIO

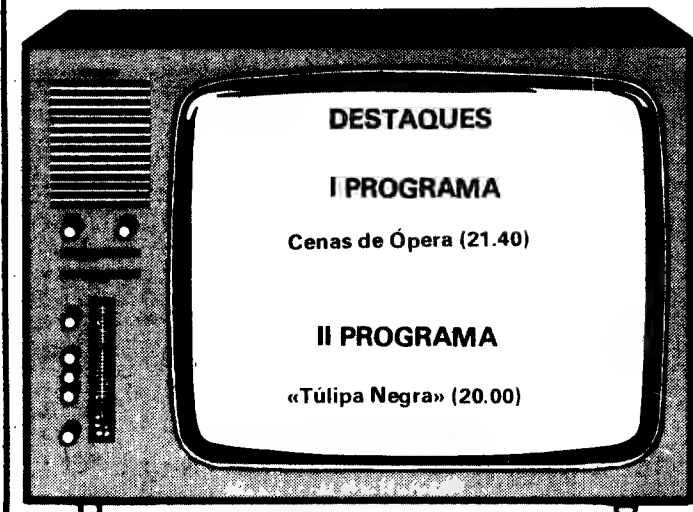
NUMA GRANDE DEMONSTRAÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES DO CAMPO.

APOIAR A REFORMA AGRÁRIA, UMA DAS CONQUISTAS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES, É DEFENDER A REVOLUÇÃO.

CAMARADA

- ORGANIZA EXCURSÕES NA TUA EMPRESA.
- OU INSCREVE-TE PARA A EXCURSÃO NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA.

NÃO FALTES!



Amanhã

I PROGRAMA

- 13.15: Abertura e Telegiornal — 1.ª edição; 13.30: Campanha eleitoral
- 13.40: Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e cinemas e da TV;
- 13.45: Desenhos Animados; 13.45: Stop — um programa da Prevenção Rodoviária Portuguesa apresentado por Joaquim Filipe Nogueira; 14.00: Retrospectiva — revista de acontecimentos desportivos da semana no País e no estrangeiro; 14.10: Culinária — transmissão dos Estudos do Porto; 14.35: Falas Educação; 15.10: Função da Bicharada; 16.00: Hipismo
- 17.00: Saber não faz Mal; 17.30: Cinema de Animação — um programa de Vasco Granja; 18.00: «A Casa de Jahn» — o famoso romance de Mazo de La Roche; 18.55: Concerto — Banda da Guarda Nacional Republicana. Abertura do «Fidélis», de Beethoven; Concerto em do, para flautim, de Vivaldi; Variações Sinfónicas, de Joly Braga Santos. Direcção do tenente Idílio Fernandes. Produção do Departamento de Programas Musicais e Recreativos; 19.55: Cartaz TV — selecção dos programas da semana, por Jorge Alves; 20.15: Desenhos Animados; 20.30: Telegiornal — 2.ª edição; 21.00: Campanha Eleitoral 21.45: Cantigamente (n.º 2) — realização de António Pedro Vasconcelos Co-produção C.P.C./RTP; 22.45: Memórias do Nosso Tempo — a Grande Guerra — «É Nosso Dever Suportar Tudo Isto» — realização de Correlli Barnett; 23.30: Telegiornal — 3.ª edição; 23.40: Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00: Abertura e Desenhos Animados; 20.30: Os Clássicos do Cinema; 22.10: Telegiornal; 22.45: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ

E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto



Sporting derrotou ontem (1-0), em Alvalade, o Benfica, mas em jogo a contar para o Torneio de Veteranos da A.F.L.

VOLTA AO PAÍS BASCO

Agostinho não larga Baronchelli

ARECHAVALETA (GUIPUZCOA), o espanhol Domingo Perurena, perigoso e temido pela sua extraordinária ponta final, venceu ontem a quinta etapa da Volta ao País Basco, entre Durango e Arechavaleta, na distância de 169 km, com o tempo de 4 h., 37 m. e 27 s.

Oitaliano Giambastista Baronchelli, com o mesmo tempo do vencedor, e em sexto lugar ao cortar o risco final, conserva a camisola amarela, na prova que hoje termina, depois da etapa desta manhã, entre Arechavaleta e Irun, com o contra-relógio Irun-Sant Marcial, de sete quilómetros.

Elorriaga, José Maria Lasa, Jimenez e Heredia gastaram o mesmo tempo de Domingos Pe-

reuna e Baronchelli, pelo que nos primeiros lugares não se verificaram alterações de tomo e, assim, parece-nos que tanto Ocaña como Panizza, dois dos mais categorizados ciclistas, juntamente com Agostinho e Giambastista, a quase quatro minutos do «leader», não têm possibilidades de aspirar ao triunfo final.

Após a etapa de ontem (a antepenúltima), é esta a classificação geral: 1.º, Baronchelli (Ita.), 17 h., 06 m. e 56 s.; 2.º, Elorriaga (Esp.), 17.07.45; 3.º, Agostinho (Port), 17.08.09; 4.º, Lasa (Esp.), 17.08.16; 5.º, Cima (Esp.), 17.08.44; 6.º, Nazabal (Esp.), 17.08.54; 7.º, Panizza (Ita.), 17.10.38; 8.º, Rocomi (Ita.), 17.10.43; e 9.º, Ocaña (Esp.), 17.10.57.

EM FRANÇA, COM AS "ESPERANÇAS"

Andebol português: azul na Côte d'Azur

Ao princípio da tarde de hoje, as «esperanças» do andebol português embarcaram para França: a «Taça Latina» é o objectivo que começa em ponto de mira pelas 19 e 30 de amanhã, com o embate inaugural de um cartaz aliciente (o Itália-Marrocos, na sala «Maurice-Baket», em La Seyne), a prolongar-se até ao tombar de domingo, 18 do corrente, quando o Palácio das Exposições, em Nice) os maiores subirem ao «podium».

PROGRAMA

A Federação Francesa de Andebol organiza, pela 2.ª vez, a «Taça Latina»: promotores da primeira edição da prova, os tricolores gastaram agora cerca de 35 milhões de francos antigos (coisa como dois milhões e meio de escudos). A «Taça» será, neste abrir de portas ao sol de Verão, uma chamada ao turista para zona privilegiada por excelência: o sul mediterrânico, de Toulon a Nice, com passeios a La Seyne, Draguignan, Vallaurins e Cannes, consoante o programa de jogos assim elaborado: amanhã, em La Seyne (sala «Maurice-Baket»): 19 e 30 — Itália-Marrocos e 21 — Roménia-Portugal.

Cannes (Palácio dos Desportos): 10 e 30 — Espanha-México e 21 — França-Bélgica. Domingo, Toulon (sala «Sainte-Musse»): 16 e 30 — Portugal-Marrocos e 18 — Roménia-Canadá.

Cannes (Palácio dos Desportos): 16 e 30 — México-Bélgica e 18 — Espanha-Brasil.

2.ª-Feira, em La Seyne (sala «Maurice-Baket»): 19 e 30 — Itália-Portugal e 21 — Canadá-Marrocos.

Draguignan (Casa dos Desportos): 19 e 30 — Brasil-Bélgica e 21 — França-México. 4.ª-Feira, Toulon (sala «Sainte-Musse»): 19 e 30 — Roménia-Marrocos e 21 — Itália-Canadá.

Vallaurins (sala Municipal): 19 e 30 — Espanha-Bélgica e 21 — França-Brasil.

5.ª-Feira, Draguignan (casa dos Desportos): 19 e 30 — Canadá-Portugal e 21 — Roménia-Itália.

Nice (Palácio das Exposições): 19 e 30 — Brasil-México e 21 — França-Espanha.

Sábado, 17 (Palácio das Exposições): 18 — lugares 9.º e 10.º (5.º da «poule»); 19 e 30 — lugares 7.º e 8.º (4.º da «poule»), medalha de cobre).

Domingo, 18 Abril, em Nice (Palácio das Exposições): 15 e 30 — lugares 5.º e 6.º (3.º da «poule») e 17 — final (1.º e 2.º lugares, medalhas de ouro e prata).

Antes de nos debruçarmos sobre a tarefa que espera pelos portugueses (logo de entrada sujeitos ao duro duelo com o «sete» romeno, o maior favorito em qualquer competição andebolística a nível mundial...) digamos que, para além da presença em encontros e treinos, a delegação federativa tem ao dispor a ida até localidades na quase maioria desconhecidas dos seus jovens jogadores: Marselha («onde joga o Yazalde») ou o Monaco («para espreitar o local do circuito automobilístico»), com etapas já previstas para as Ilhas de Hyères, Avinhão e, se possível, até à cosmopolita S. Remo, que fica ali a um passo, do lado de lá de uma fronteira que não abranda um segundo de escoar passeantes.

— Gostava de ir ver o Palácio dos Papas, em Avinhão — conta-nos Mesquita, o guard-redes que frequenta o Instituto Superior Técnico e (logi-

camente) é um apaixonado pela Arquitectura. Mas há, também, quem esteja disposto a ir deitar umas fichitas no pano verde, ainda que apenas por brincadeira. Gostos...

RELANCE

Lembremos, agora, como tem ficado arquivada a participação portuguesa na «Taça Latina» em andebol, a partir do seu nascimento, em 1968: aí, depois de jogado em Bordéus, Agen e Toulouse, o grupo português quedou-se pelo rodapé classificativo. Isso mesmo: 4.º e último lugar, após três derrotas (12-13, com a França; 13-17, face à Espanha; 12-16, perante Marrocos).

A 2.ª «Taça Latina» ocorreu em 1969, na cidade espanhola de Pontevedra: nova derrota com a Espanha (10-22), desaire com a França (10-14) e triunfo no duelo com os marroquinos (20-13).

A terceira «Taça Latina» foi cá em casa, no pavilhão lisboeta dos Desportos: 4.º lugar, três derrotas e três vitórias. Perdemos com a Espanha (14-24), com a França (15-24) e com a Roménia (12-36). Saímos airoso das «conversas» com brasileiros (29-18), marroquinos (22-15) e italianos (41-6), o sucesso mais expressivo até hoje verificado em competições internacionais por andebolistas portugueses).

Em 1971 fomos até Marrocos: só vencemos o grupo local (16-12), ficando em desvantagem em dois dos demais cotops desenrolados em Casablanca (5-7) com a Espanha e 6-13 com a Roménia, registando um brilhante nulo com os franceses (empate a 12 pontos).

Um ano mais tarde, quinta «Taça Latina», em Gheorgiu-Dei, no norte da Roménia, pertinho da U. R. S. S. O cronista teve enjô de presenciar toda a prova e relatar, para os leitores do «Diário de Lisboa», como a coisa correu: numa cidade belíssima, exemplarmente limpa e despoluída, moderníssima e repleta de recinto para Desporto e zonas verdes, o «sete» luso ficou em 4.º lugar pois, embora batendo a Itália (11-7) e o Brasil (30-14), apesar mesmo do empate com a França (a 17 pontos), fomos inevitavelmente levados de vinda pela Roménia (25-5) e pela Espanha (13-16).

Para nós, como jornalista iniciado nas altas andanças do andebol, foi uma experiência muito agradável: de 17 a 24 de Abril de 1972, perto de 50 pessoas (jogadores, técnicos, dirigentes, jornalistas, simples adeptos do andebol) viveram num país que é topo no socialismo, aprendendo e assimilando processos de vida que, decorridos quatro anos, seriam perfeitamente actuais na nossa terra. Quanto aos praticantes que se deslocaram, já sob as ordens dos treinadores Angelo Pintado e Armando Campos, uma só definição: excelente comportamento social e muito aprumo desportivo. Desse bloco apenas dois saltaram para a actualidade, nesta turma de

Por NEVES DE SOUSA nosso enviado especial

«esperança» que parte para França: o guardião Mesquita e o «meia distância» João Gonçalves. Lembremos quem eram os demais atletas e quantos golos lograram nas suas actuações: Carlos Silva, Jorge Guimarães, Vasco Vasconcelos (31, segunda melhor produção de todo o torneio), Armindo Leite (3), Estevão Lafuente (4), José Agostinho (6), José Luís, João Gonçalves (5), Manuel Sousa (8), Adelino Calado (7), Poças Martins, Ernani Correia (5 e uma mão fracturada...), João Mendes (2), Manuel Pilar (5) e Luís Mota (1). Sete técnicos foram aprender com os mestres do andebol: Abranhes de Sousa, Eduardo Saraiwa, Eugénio Carvalheira, Damas Paiva, Carlos Lisboa, Ave-lino Batista, Fernando Albino e Fernando Tavares José Manuel Gomes Machado dirigiu o elenco directivo com uma diplomacia e um trato que ficaram como notas marcantes do passeio.

Andemos para a frente: 1974 foi o ano da Itália organizar a «Taça Latina», com jogos em Teramo e em 5.º lugar para os portugueses. Vencemos os canadianos (19-12), empatamos com os espanhóis (6-6),

fomos derrotados por italianos (9-10) mas levámos a melhor no derradeiro confronto (14-11 perante brasileiros). Atletas utilizados e golos logrados: Joaquim Fonseca, Joaquim Mesquita, Ernani Correia (12), João Mendes (6), João Gonçalves (15), José Agostinho (4), Jorge Manuel (1), Armindo Sousa (2), José Rocha (3), Adelino Calado, João Miranda (2), António Morais e Filipe Manuel (2).

Finalmente, em Março do ano passado, a «Taça Latina» subiu ao palco em Buenos Aires (Argentina) mas Portugal primou pela ausência. Dificuldades financeiras, aliadas a uma quase total incompreensão da banda de dirigentes altamente cotados no desporto nacional, impediram que as «esperanças» andebolísticas cruzassem o grande mar. Somente por intermédio do dirigente José António Arsénio (e graças à sua bolsa particular) foi possível aparecer um português na mesa de honra da prova; a equipa, a principal interessada, ficou com a mala feita mas sem chegar à Portela de Sacavém... Este ano, que nos reservará a competição?

Futebol em parada

CHICOTADA EM MATOSINHOS

Descontentes com os resultados que a sua equipa vem obtendo nas últimas jornadas, dirigentes e adeptos do Leixões acordaram em dispensar os serviços do técnico Janos Hrotko, que ainda ontem não acreditava na história da «chicotada psicológica». Para o técnico leixoiense, dois pontos seriam suficientes para salvar a equipa de Matosinhos dos lugares incómodos e, portanto, ao alcance das suas possibilidades e das aspirações da equipa.

Mas ontem mesmo Júlio Galante, que recusa ser reconduzido no cargo que ocupa na equipa (presidente da direcção), concedeu posse a Raul, velha dedicação matosinhense, que entretanto já vai fazendo contas e espera, na sua terra, derrotar o Farense, e a CUF, equipadas do «campeonato» do Leixões, além de ter esperanças pelo menos em ponto na cidade dos arcebispos.

BENFICA EM VIGO

O Benfica participará na sexta edição do Troféu Ciudad de Vigo, no próximo Verão. Para o efeito, parece existir perfeito acordo entre a organização e os dirigentes encarnados, notícia a ANOP que cita a EFE, adiantando a mesma agência que o Celta de Vigo garantirá a informação espanhola o facto.

RESERVAS DA AFL

A contar para o Campeonato de Reservas da AFL, o Benfica venceu, na Tapadinha, o Atlético (2-0), enquanto o Sporting perdeu em Sintra (1-0). A contenda Torriense-Oriental foi adiada.

TONI

A UEFA deliberou punir com um jogo de suspensão Toni, considerando as duas advertências de António da Conceição, no encontro com o Bayern de Munique.

TORNEIO DA PÁSCOA DO BENFICA

A Comissão de Andebol leva

a efeito, de hoje a 11 do corrente, no Pavilhão do Benfica, na Luz, um torneio reservado à categoria de SENIORES, denominada TORNEIO DA PASCOA, com a participação das equipas do Clube de Futebol «Os Belenenses», Almada Atlético Clube, Vitória Futebol Clube e do Sport Lisboa e Benfica.

As duas jornadas da prova obedecem a esta ordem: Belenenses-Setúbal, hoje às 21 horas, assim como o Atlético-Benfica, que se disputará às 22 horas.

No dia 11, jogo de apuramento para os 3.º e 4.º classificados, às 17.45 e a final às 19 horas, entre os 1.º e 2.º classificados da primeira jornada.

MORREU PASCOAL DE ALMEIDA

Morreu Pascoal de Almeida, antigo atleta internacional do Sporting, recordista nacional do alto em altura com corrida (marca de 1,82 alcançada em 8 de Agosto de 1915), internacional contra a Espanha em 1925 e 1926, ano em que se guindou, na sua especialidade, a melhor atleta ibérico.

Pascoal de Almeida, que nasceu em S. Tomé e Príncipe, em 1896, foi campeão nacional em 1914 e 1915, e de 1926 a 1929. Em 1923, praticando o salto sem balanços e vários lançamentos, foi igualmente campeão, o que voltaria a acontecer em 1927, no salto em altura, especialidade em que foi campeão com 1,75 m.

O funeral de Pascoal de Almeida efectuou-se esta manhã, do instituto de Medicina Legal para o cemitério de Benfica.

A família enlutada e ao Sporting o «DL» apresenta sentidas condolências.

OPORTUNIDADE

NA



RUA JOÃO DAS REGRAS, 4-B-C
RUA DA MADALENA, 203 a 217
PRAÇA DA FIGUEIRA, 12-1.º-Drt.

EDIFÍCIO-SEDE — RUA DOS FANQUEIROS, 226-232

LOTE DE EXPORTAÇÃO

Composto de 120 000 Lençóis de Casal cujo valor real é de 2X\$, vendemos a

119\$00

120 000 almofadões, valor real X\$, vendemos a

20\$00

30 000 Jogos Turcos de Banho — 5 Peças Vários padrões, lindos — lindos — lindos!!! Valor real 3X\$. Vendemos a

199\$00

Além do nosso espectacular sortido em Sensacional Campanha de Preços Baixos

ATENÇÃO

COMERCIANTES - REVENDEDORES E FEIRANTES

Consultem-nos para quantidades dos artigos que anunciamos. São preços sem hipótese de repetição. É uma oportunidade a não perder.

Enviamos à Cobrança para todo o País

Telefones 87 33 40 - 87 21 56 - 86 85 72

beba Sumol

Geral

Rosa Coutinho denuncia

TENTARAM CRIAR EM ANGOLA
UM REGIME A RODESIANA

A descolonização em geral, com especial destaque sobre o caso da República Popular de Angola e o papel de Portugal em todo este processo,

Cartas

de condução
das ex-colónias

Os titulares de cartas de condução emitidas nas ex-colónias em data anterior à da sua independência ou até esta se verificar, podem trocá-las gratuitamente por outras emitidas em Portugal durante o seu período de validade, com dispensa de outra documentação — estabelece uma portaria dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, publicada no «Diário do Governo», 1.ª Série, n.º 83.

O mesmo diploma estabelece também que os titulares de licenças de instrutor emitidas nas ex-colónias beneficiam de igual faculdade, podendo trocá-las durante o seu período de validade.

constituíram os pontos fundamentais de um debate realizado, a noite passada, no Instituto Superior de Economia e no qual participaram, com numerosa assistência, o almirante Rosa Coutinho, o dr. Luis Moita, do Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC) e o prof. Eduardo Sousa Ferreira.

Após a intervenção do prof. Eduardo Sousa Ferreira, que fez uma exposição sobre a descolonização, debruçando-se mais propriamente sobre o sector económico, o almirante Rosa Coutinho passou a analisar as fases do processo de descolonização, nomeadamente em Angola, onde permaneceu até aos Acordos do Alvor, como chefe da Junta Governativa.

O facto de 40 por cento do orçamento do Estado fascista ser gasto na guerra colonial o desenvolvimento da luta de guerrilha na Guiné, a posição do Povo Português «que era contra a guerra colonial» e a incapacidade dos governantes em chegar a uma solução política do problema, foram alguns dos pontos dados por Rosa Coutinho e que levaram ao

25 de Abril de 1974.

«Então — afirmou o almirante — havia em certos sectores tendência para encerrar o 25 de Abril como um simples golpe de Estado», o que acarretaria, no aspecto da descolonização, atitudes neocoloniais», enquanto outros sectores pretendiam desencadear «profundas reformas sociais».

Relembrando «as pretensões neocolonialistas de Spínola», Rosa Coutinho afirmou que só após o 28 de Setembro «a descolonização se pôde fazer de modo progressista, no cumprimento do programa do M. F. A., denunciando as tentativas de criar em Angola «um regime de tipo rodesiano». Sobre os Acordos do Alvor, Rosa Coutinho considerou ser, «na altura, uma solução política brilhante», vindo-se contudo, pouco depois, que o Governo de transição era inoperacional, lançando Angola para um caos económico desastroso, nomeadamente pelo relatório do então ministro pela parte portuguesa, dr. Vieira de Almeida.

Realçando o facto de o M. P. L. A. ser «o único represen-

tante do povo angolano» e dando exemplos da sua «implantação no povo de Angola», Rosa Coutinho acusou a U. N. I. T. A. de ter demonstrado, nas zonas em que chegou a exercer um controlo, «completa incapacidade administrativa», e de ser «um movimento com características tribaisistas». Quanto à F. N. L. A., o orador afirmou que esse movimento «não pretendia senão estabelecer um Governo no qual substituiria uma burguesia colonial por uma burguesia negra».

Rosa Coutinho referiu ainda, antes de se passar ao debate, o problema dos retornados, tendo, afirmado que estes «não compreendiam ser vítimas de uma manobra provocada por certas forças» que pretendiam «esvaziar Angola» provocando assim grandes dificuldades a todos os níveis. Quanto à ajuda cubana ao M. P. L. A., o almirante Rosa Coutinho afirmou que esta tinha sido necessária.

Durante o debate em que intervieram o dr. Luis Moita e o prof. Eduardo Sousa Ferreira, foram focados diversos aspectos da República Popular de Angola, tendo um dos oradores destacado a sua posição de não-alinhamento e de «defesa intransigente dos interesses do povo angolano». Por outro lado, foi focada a necessidade de uma ampla colaboração e criação de laços de amizade entre o Povo Português e os povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

HOJE: ÀS 21.30 H.
DOMINGO
«MATINÉE» ÀS 16 H.

TEATRO
VASCO SANTANA
(Tel. 76 86 09)

PREÇO DA VIDA

de MICHAEL O'NEIL e JEREMY SEABROOCK

UM ESPECTÁCULO
DO TEATRO ESTÚDIO DE LISBOA

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

CARAVANAS PYC

Estimados clientes e amigos, ESTE ANO não estamos presentes na Nauticampo, mas sim em EXPOSIÇÃO na

LUARCAMPO

NÃO COMPRE sem apreciar OS NOSSOS CINCO MODELOS para CINCO PESSOAS de 1976. Aos MELHORES PREÇOS do mercado

Aguardamos a vossa visita na

Praça Gonçalo Trancoso, n.º 2-B — Bairro S. Miguel
(A Avenida de Roma)

S. R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve a que se refere o processo 8/57361, arquivo 5460 para o estabelecimento na freguesia de Neves, concelho de Beja, de uma linha aérea a 30 kV com 10 metros do poste n.º 54 da linha Beja-Serpa ao posto de transformação da Herdade da Fonte dos Padres.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve a que se refere o processo 8/57425, arquivo 4 para o estabelecimento na freguesia e concelho de Silves de uma linha aérea a 30 kV com 342 metros do poste n.º 200 da linha Loulé-Porto de Lagos ao posto de transformação da Quinta de Mata Mouros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve a que se refere o processo 8/57287, arquivo 5460, para o concelho de Alentejo, de uma linha aérea a 30 kV com 10 metros do poste n.º 79 da linha Cuba-Alcáçovas ao posto de transformação da Estação Eléctrica de Esgotos de Alentejo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56567, arquivo 4, para o estabelecimento em Cerampa, freguesia de Pinhal Novo, concelho de Palmela, de uma linha mista a 15 kV com 203 metros, constituída por um troço aéreo com 98 metros e por um troço subterrâneo com 105 metros, do apoio n.º 50 da linha S. Sebastião-Pinhal Novo ao posto de transformação da Cerâmica António Pedrosa Amado.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve a que se refere o processo 8/57304, arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia de Rosário, concelho de Almodôvar, de uma linha aérea a 15 kV com 181 metros do poste n.º 210 da linha Aljustrel-Almodôvar ao posto de transformação de A. do Neves.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA
E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Palmela em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/42191, arquivo 4 para o estabelecimento no lugar de Alagoinha, freguesia e concelho de Palmela, de uma linha aérea a 15 kV com 2444 m. do apoio n.º 39 da linha S. Sebastião - Pinhal Novo ao Posto de Transformação n.º 2-080 Alagoinha, integrando um troço existente com 1419 m. de linha a 6 kV (depois de modificação) para o referido Posto de Transformação.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Geral

Pereira Neto no Instituto de Tecnologia Educativa

Toma posse amanhã do cargo de presidente (vago há longos meses) do Instituto de Tecnologia Educativa o dr. José Augusto Pereira Neto. A cerimónia que decorrerá no 13.º andar do edifício central do M.E.I.C. será presidida pelo secretário de Estado de Orientação Pedagógica.

Recorda-se que o nome anteriormente indigitado fora o de José Augusto Seabra, dissidente do P.P.D., actualmente elemento do M.S.D. Para já desta posse, o Instituto de Tecnologia Educativa está a sofrer uma transformação profunda iniciada por um despacho de nove de Janeiro passado. Tendo sido até agora um centro de tecnologia ligado à educação e ao ensino, particularmente conhecido pelos cursos da Telescola, transformado em Instituto de Inovação Pedagógica vai dedicar-se preferencialmente à formação de professores, à regionalização do ensino, à criação e desenvolvimento de centros de ajuda no campo da tecnologia educativa. Existem já quatro Centros Regionais de Apoio Pedagógico (CRAPS), no Porto, Faro, Ponta Delgada e Funchal. A propósto da função e funcionamento dos CRAPS decorreu recentemente no nosso País um seminário internacional patrocinado pela OCDE.

Quanto à Telescola que ainda atinge 60 mil crianças concentradas especialmente no meio rural, foi elaborado um novo organigrama.

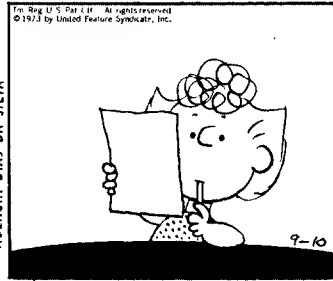
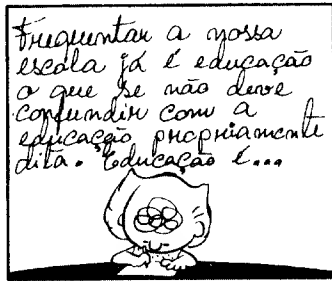
Cristãos vão lançar revista de reflexão

Vai sair dentro de dias uma nova revista mensal destinada especialmente ao meio cristão.

Tem por título «Actos Cristãos na Sociedade Nova» e resulta da iniciativa de um grupo, proveniente de diversas experiências no interior da Igreja, quer a nível de leigos, quer de sacerdotes e religiosos.

Director: o jornalista João Gomes, antigo redactor do «DL» e hoje chefe de redacção de «A Luta».

A nova publicação visa ser expressão da acção de cristãos comprometidos, a título individual e de grupo, numa perspectiva de dimensão nacional, pretendendo abarcar as



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral muito nublado o vento era fraco e chovia em vários locais do centro e sul

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	14°
P. DOURADAS	11°
COIMBRA	11°
PORTALEGRE	9°
LISBOA	11°
FARO	15°
FUNCHAL	14°

TEMPERATURAS EXTREMAS

SERRA DO PILAR
Máxima 22,9°

PENHAS DA SAÚDE
Minima 0,3°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
11.44 3,3 m	5.06 1,5 m
12.50 3,5 m	17.33 1,5 m
13.46 3,8 m	18.36 1,3 m
14.13 3,7 m	19.31 1,0 m

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Periodos de céu muito nublado em especial nas regiões de Centro e Sul onde poderão ocorrer aguaceiros e possibilidade de trovoadas dispersas. Em todo o território o vento era fraco predominando de Leste.

AMANHÃ

NAScer AS 7.08
OCASO AS 20.09

DIA 14 DIA 21 DIA 29 DIA 7

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
---------	-------	--------	-------

OBRIGAÇÕES DO ESTADO

Cons. 23/4 %	310\$	275\$	-
Cons. 3 %	350\$	310\$	-
Cons. 3 1/2 %	-	350\$	-
Centenários	-	800\$	810\$
Tes 5 %	-	820\$	840\$
Tes 10 %	535\$	535\$	540\$
Extern. 1.ª - S.	-	450\$	-
Extern. 1.ª - C.	-	450\$	-
Extern. 3.ª - S.	460\$	460\$	-
Extern. 3.ª - C.	-	460\$	-
Caut. 3.ª - S.	-	-	-

FUNDOS PÚBLICOS

A. Lx 6 %	-	750\$	-
C.M.L. 5 3/4 %	-	835\$	-
C.P. 5 1/2 %	67	-	-
C.P. 5 1/2 %	68	690\$	700\$
C.P. 5 1/4 %	69	-	-
Corr. 5 3/4 %	-	-	-
Metr. 5 3/4 %	810\$	810\$	-
Tur. 5 3/4 %	-	830\$	850\$
C.P. 6 3/4 %	-	820\$	-

ELÉCTRICAS

G. 5 %	-	690\$	-
G. 5 %	59	670\$	700\$
G. 5 %	62	-	-
G. 5 %	63	-	-
G. 5 %	64	-	-
G. 5 %	65	-	-
G. 6 %	67	-	850\$
G. 6 %	69	-	-
G. 7 %	900\$	-	900\$
H.E.A. 5 %	-	650\$	-
H.E.C. 5 %	-	700\$	-
H.E.C. 6 %	-	755\$	-
H.E.D. 5 %	-	620\$	-
H.E.D. 6 %	-	710\$	-
H.E.N.P. 5 %	-	-	-
H.E.S.E. 5 %	-	-	-
H.E.S.E. 6 %	-	-	-
H.E.Z. 5 %	57	-	650\$
H.E.Z. 6 %	-	750\$	-
N. Elec. 6 %	-	710\$	-
Termoel. 5 %	-	-	610\$
U.E.P. 5 %	60	-	700\$
U.E.P. 5 %	63	-	-
U.E.P. 6 %	-	760\$	-
U.E.P. 7 %	-	800\$	-

DIVERSAS

A.P.T. 5 %	56	720\$	-
A.P.T. 5 %	58	700\$	-
Lisnave 6 %	-	755\$	800\$
Nitratos 60	-	-	600\$
Pet. 2.ª e 3.ª	-	-	-
Sacor 7 %	-	830\$	-
Sacor 5 %	54	-	-
Sacor 5 %	60	850\$	-
Sid. 5 %	2.ª	-	-
Sid. 5 %	3.ª	-	-
Sid. 5 %	4.ª	-	750\$
Socel 5 %	-	-	-
R. Fabril	67	840\$	845\$
R. Fabril	68	800\$	800\$

ULTRAMARINAS

Carbonif. 5 %	-	-	-
Rev. 5 %	57	-	-
Rev. 5 %	59-60	-	-
Mocambique 5 %	-	-	-
Sonefe 5 %	-	-	-

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Atlântico	-	-	-
F.I.D.E.S.	-	-	-

S. R.

Tribunal do Trabalho de Lisboa

7.ª VARA — 2.ª SECÇÃO

Ex. Sent.ª n.º 124/75

ANÚNCIO
(1.ª Publicação)

O DR. JOSÉ MANUEL PAIVA DE CARVALHO, Juiz da 7.ª Vara do Tribunal do Trabalho de Lisboa, manda anunciar que pela 2.ª Secção desta vara correm termos uns autos de execução de sentença à margem indicados, em que é exequente o Sr. CARLOS DIAS IESTEVES, residente na Calçada Bento da Rocha Cabral, n.º 123, em Lisboa, e executada a firma A. AGUIAR & NEVES, L.D., com sede na Rua do Salitre, n.º 82-1.º, Dt.º, em Lisboa, e nos quais correm créditos de vinte dias para citação de quaisquer credores desconhecidos que, no prazo de 10 dias, findos o dos editos e a contar da 2.ª publicação do presente anúncio, poderão deduzir os seus direitos, nos termos do art.º 804.º do Código de Processo Civil.

Lisboa, 6 de Abril de 1976

O Juiz da 7.ª Vara

Dr. José Manuel Paiva de Carvalho

escrivão da 2.ª Secção (ilegível)

BARES • BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Strip-tease

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11342

HORIZONTAIS

- Vasilha com asas. Atravessa.
- Murchar. Equipar.
- Aquela que depois de morta foi rainha. Preposição. Niquel (s.q.)
- Romeiro de Meca. Rema para trás. Procede.
- Estro. Artigo definido. Cruéis.
- Nota musical. Estaque.
- Ribeira de Portugal, afluente do Guadiana.
- Aquele que opera. Porco.
- Cério (s.q.) Voz usual entre os índios e caboclos da Amazônia e que exprime espanto ou mofa. Pertences.
- Estive unido por aderência. Cidade de Portugal.
- Tornava a ler. Ecoara.

VERTICAIS

- Aguçam. Tanger.
- A vida (fig.) Roga.
- Argolas. Cério (s.q.) Artigo definido (ant.)
- Oferece. Passada. Tempo do verbo ir.
- Escudeiro. Cidade dos Países Baixos.
- Pe de animal. De inferiores qualidades.
- Medida de superfície. Montão de castanhas.
- Samários (s. q.). Rã (pop). Vossa Alteza.
- Raça. Maquinismo para tecer.
- Constelação também chamada Carneiro. Embarcação de Banguela, espécie de canoa.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7502

HORIZONTAIS

- Freguesia do conelho de Felgueiras. Fixe.
- Ilha do Estado da Baía. Nome de um planeta. Peso indiano, que varia entre 15 e 20 arrobas.
- Apelido. Nome de dois antigos pequenos condados da Alemanha.
- Guarnecia de asas. Verruga na pele.
- Escovavas.
- Lagoa ao N. do rio Amazonas.
- Amónio (s.q.) Submete.
- Implorava. Encolerizava.
- Desacertado. Exclamação que remata algumas cantigas populares.
- O lado do vento. Retoques.
- Sufixo que designa abundância. Um cento. Sua Santidade.

VERTICAIS

- Montões. Chamada.
- Aniversário. Ossos do braço.
- Cidade do Brasil. Doutor.
- Despachariam.
- Artigo definido (ant.) Preposição latina que designa movimento.
- Artigo indefinido. O sustento. Composição poética.
- Centiare. Desordem. Preposição.
- Dariam tunda em.
- Abaixe. Tempo do verbo ir.
- Sepulturas em que se reúnem os cadáveres de indivíduos que não deixaram meios para covas em separado. Macho adulto de galinha doméstica (pl.).
- Deserto. Factos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11341

HORIZONTAIS:

- Remaremos.
- Os. Aer.
- Ida. Trigo.
- Ne. Doara. Aa
- Carroças.
- Chiarom.
- Tia. Lua. Ilo.
- Rapo. Agar.
- Are. Cravo
- Gaulês. Asas.
- Os AMIGO SO

VERTICAIS:

- Ruina Trago.
- DE. Ciaras.
- Mo. CHAPEU.
- As. Dai. La.
- Moral. Sem.
- Em. Arrua. Si.
- Tróia.
- Raça. Arão.
- Sai. Amigas.
- Egas. Lavas.
- Broa. Moroso.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7501

HORIZONTAIS:

- Cap. Asamos.
- Lousada.
- Ag. Riamos.
- Sei. Via. Aa.
- Sabão. Cami.
- Adia. Pargos.
- Ras. Matias.
- Es. Aereo. Ta.
- Arda. Cre.
- Ordeiros. Ar
- Soias Manso.

VERTICAIS:

- Massarelos.
- Geadas. Ro.
- Al. Ibis. Adi.
- Por. Aa. Area.
- Clivo. Medis.
- Asai. Parar.
- Sama. Até. Om.
- Ado. Crio. Sa.
- Más. Agã.
- Amostras
- Secais. Aero

Provérbio: AMIGO SÓ DE CHAPEU.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO P-1

TODA A NOITE

AJUDA

Dilena, R. Aliança Operária, 49-A/B (T.636620)

ALVALADE

Neoterapia, Campo Grande, 138 (T.774682); Estados Unidos, Av. Estados Unidos da América, 16-B (T.725859)

AMORÉAS

Pátria, C. dos Mestres, 30-A (T.680627)

ANJOS

Góis, R. dos Anjos, 12-C (antiga R. Registo Civil) (T.840101)

AVENIDAS NOVAS

Fátima, Av. 5 de Outubro, 147-A (à Av. Barbosa du Bocage) (T.763107)

BENFICA

Levinha, R. Eng. Paulo de Barros, 28-A (à R. do Casquinho) (T.708242)

CAMPO DE OURIQUE

Condestável, R. Coelho da Rocha, 119 (T.666206)

CARNIDE

Leal de Matos, R. Neves Costa, 33 (T.780181)

CASTELO

Ziler, R. S. Tomé, 54 (T.862835)

LAPA

Alba, R. de Santana à Lapa, 156 (T.663562)

LUMIAR

S. Tomé, E. do Desvio, lote 2-C (T.790704)

PICHELEIRA

Marlux, C. da Picheleira, 140-B/C (T.720703/728395)

S. PAULO

Apareana, L. Conde Barão, 2 (T.661330)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA

Novais, Av. Luis Bivar, 11 (T.44324)

TURNO P-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALCANTARA

Proibidade, R. de Alcântara, 15-A (T.638589)

ALTO DE S. JOÃO

Nova Luz, R. D. Domingos Jardo, 28-A (à Av. D. Afonso III) (T.843439)

ALVALADE

Paris, R. Reinado Ferreira, 5-A/B (ao Po. de Água) (T.710131)

ACO DO CEGO

Palma, Av. Duque d'Ávila, 25/31 (T.47068)

AREIRO

Vera Cruz, P. Afrânio Peixoto, 2-B (à Av. S. João de Deus) (T.724941)

BAIRRO ACTORES

Esperança, 101-B (T.722668)

BAIRRO DA ENCARNACÃO

Zira, P. Casas Novas, lote 66 (T.310172)

BAIXA

Morão, R. da Assunção, 1 (T.321289)

BENFICA

Sousa, E. de Benfca, 429 (T.780027)

CAMPO DE OURIQUE

Ivone, R. Silva Carvalho, 232-C (T.650760)

LUMIAR

Matos Viegas, Av. Rainha D. Amélia, 34-B (Quinta das Mouras) (T.794174)

PENHA DE FRANÇA

Brinquinho, R. de Sapadores, 87 (T.842725)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA

Latina, Av. António Augusto de Aguiar, 17-A (T.82312)

XABREGAS

Romana, R. Actor Augusto de Melo, 7-4 (T.383800)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Branco, Av. C. G. Guerra, 29 (T.2112081)

PAÇO DE ARCOS

Pargana, Av. Eng. Bonnevill le Franco (T.2435147). Toda a noite

OEIRAS

Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS

Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS

Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA

Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PARADE

Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite

AMOREIRA

Amoreira, Até às 22 horas

ESTORIL

Parque, Arcadas do Parque, 3 (T.260191). Toda a noite

CASCAIS

Cascais, R. Conde de Monte Real, B. das Caixas (T.282407). Até às 22 horas; Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T.280141). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (T.934589); Campos, R. Elias Garcia, 185 (T.930072); Cláudio, R. António Sardinha, 23-D (T.938551)

DAMAIA

Confiança, E. Militar, lote D (T.9710231)

VENDA NOVA

Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (T.974161)

QUELUZ

Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T.951841)

CACÉM

Araújo e Sá, E. de Paço de Arcos, lote 1-B (T.2940781)

MEM MARTINS

Rodrigues Rato (T.2912038)

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (T.980456)

SINTRA

Marrazes, Estefânia (T.2930058)

COLARES

Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Gamero, L. António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS

Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA

Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A (T.2650076)

BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, E. Nacional, 244-A (T.2040141)

BARREIRO

Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (T.2073035)

COVA DA PIEDADE

Louro

MOITA

União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTUJO

Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (T.2310008)

SESIMBRA

Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETUBAL

Rosado Pinto, P. do Bocage (T.22484); Nova, R. Genera Gomes Freire (T.22025)

SEIXAL

Soromenho, R. Pava Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 16

ATÉ ÀS 22 HORAS

Vilarinha, R. d. Vilarinha, 161 Bonfim, R. d. Bonfim, 73 Guerra, R. de Costa Cabral, 43 Guimarães, R. d. Francos, 37 Lemos e Filhos, P. de Carlos Alberto, 31 Liga das Ass. Soc. Mútuas, R. do Bonjardim, 286 Moreno, Ld., L. d. S. Domingos, 44 Vasques, R. das Condições, 794

TODA A NOITE

Castro Carneiro, R. do Padre Cruz, 146 Henriques, P. da Batalha, 64-A: Serpa Pinto, R. de Serpa Pinto, 645

COIMBRA

Rodrigues da Silva, R. Ferreira Borges, 32 (T.24348); S. José, Arcos do Jardim, 41 (T.24697)

cinemas

CASTIL

T.530194 15.30, 18.30 e 21.15

Int. a men. 18 anos

DELÍCIAS FRANCESAS

Um filme de Jean-Claude Laureaux 7.ª semana

Amanhã ante-estreia às 24 horas Int. a men. de 18 anos

O BOMBISTA LOUCO

IMPÉRIO

T.555134 15.15-18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

Marcello Mastroianni / Catherine Deneuve

«O ACONTECIMENTO MAIS IMPORTANTE DESDE QUE O HOMEM CHEGOU À LUA»

POLITEAMA

T.326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

Não acons. men. 13 anos

O SARGENTO ROMPIGLIONE o melhor super-farsa do ano c/ Franco Franchi 2.ª semana

VOX

T.720808 14.15-16.30-19.00 e 21.15

DECAMERONS N.º 2

Os Contos Eroticos de Bocaccio

ROMA

T.727778 Estreia às 21.15

Para todos OS DOIS MISSIONÁRIOS c/ Bud Spencer-Terence Hill

D. JOÃO V

Tel. 971794 As 21 h

Grupo B-M. 10 anos OS MALUCOS EM ESPANHA

PALACIO FOZ

15-18.15 e 21.00

Int. a men. de 18 anos REPULSION — REPULSA (1964) Realização de Roman Polanski (Inglaterra)

Interpretes: Catherine Deneuve e Yvonne Furneaux

A enorme desumanidade da nossa sociedade aparentemente perfeita

1.º Programa

15.00: Pánel da tarde; 18.00: Música portuguesa; 19.00: Campanha eleitoral; 20.30: Conjuntos instrumentais; 21.00: Pánel da noite; 00.00: Último jornal; 00.30: Retrospectiva; 01.00: Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta música na noite; 02.00: Música na noite.

2.º Programa

15.45: Música coral sinfónica; 16.45: Uma obra, duas interpretações; 17.55: «A Canção da Terra», de Mahler; 19.00: Suite «Saul», de Handel; 19.40: Poema sinfónico «Os Preludios», de Liszt; 20.00: Dueto de piano; 20.30: «Variações Bach», de P. I. Dessau; 20.50: Concerto em do maior, para bandom e orquestra, de Vivaldi; 21.00: Música sinfónica; 22.00: Árias e coros da «Páxão Se und S. Ma eus», de Bach; 22.30: Quarto n.º 3, em ré maior, op. 18, n.º 3, de Beethoven; 23.00: Mudança do MF 2 de Mono para Estereo intercâmbio musical; 01.00: Fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão nacional — ela por elas — casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo; 16.30: Vamos ao médico, com o dr. José Matilde (repetição); 18.00: Em sãa regional conta-to teatro trágico, dos Paroiantes de Lisboa; 20.15: Folhetim: «A Queda de um Anjo» (repetição); 21.00: Música, so música; 21.30: Quando o telefone toca; 23.00: A música e as vozes.

4.º Programa

16.00: Música variada; 17.00: Canções; 18.00: Apenas música; 19.00: Em órbita; 20.00: Orquestras; 21.00: Concerto; 22.00: Jazz; 24.00: Prisma; 02.00: Fecho.

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Para todos

«O LOBO SOLITÁRIO» Um filme que fala de amizade, amor e justiça!

Um filme de Obrad Gluscevic

EDEN

T.320768 Hoje estreia às 21.15

Para todos maiores de 6 anos OS DOIS MISSIONÁRIOS Um filme de Franco Rossi

Bud Spencer-Terence Hill O Espectáculo do ano!

Hoje às 14.00-16.30 e 19.00 Últimas exhibições do filme

A CIDADE DO CRIME

ODEON

T.326283 15.15-18.15 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

Exito sensacional permanente gargalhada

AS NOITES LOUCAS DO HOTEL LIA MEL c/ Isabella Biaggini e Ninello Davoli

Um pandémio de segredos sexuais devolutos por um buraco escondido

APOLO 70

T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAVOTA

16.ª semana

Hoje às 24 H. Grupo D M. 18 anos

AMORES VAMPIROS de Dan Curtis

CASINO ESTORIL

T.264621 17.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

O INSPECTOR MARTELADA

S. JORGE

T.54153/4 15.15-18.15 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

Jean Paul Belmondo «O LADRÃO DE PARIS» 2.ª semana

RESTELO

T.610375 21.00

Não acons. a men. de 18 anos

O HOMEM DE HONG-KONG

AVIS

T.47161 15.30-18.30-21.15

Não acons. a men. de 13 anos

2 Raparigas Num Pijama um filme de Jean Girault

ESTÚDIO

T.555135 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

A INGLESA ROMANTICA um filme de Joseph Losey

5.ª Semana

ESTÚDIO 444

T.779095 14.30-16.45-19 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA c/ Darlene Glória

MUNDIAL

T.538743 15.15,



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
 RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
 TEL. 654631/23/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
 RUA LUIZ SONIANO, 44
 TEL. 321154/5, 320271/2/3
 RUA DA ROSA, 75
 END. TEL. DÍGUA TELEX 12362
 LISBOA-PORTUGAL

Duas escritoras à frente da Associação

Efectuaram-se anteontem as eleições para a Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Escritores. Sophia de Mello Breyner Andresen preside à Assembleia Geral, de que José Palla e Carmo são vice-presidentes. Esta Assembleia será secretariada por Casimiro de Brito e Isabel da Nóbrega.

Para a presidência da Direcção foi eleita Maria Velho da Costa e para a vice-presidência, E. M. Mello e Castro. Serão vogais da direcção Maria da Graça Varela Cid, Nelson de Matos, Maria Lúcia Luppecki, Wanda Ramos, Egito Gonçalves, Orlando da Costa, Ana Hatherly, Luisa Ducla Soa-

res, Orlanda Amarilys, José Alberto Marques, José Carlos Gonzalez e Maria da Glória Padrao. O Conselho Fiscal será presidido por Pedro Tamen, doado por Antunes da Silva, Fernando Grade, Alexandre Cabral, Carlos Porto e Virgílio Martinho.

A posse dos novos corpos gerentes terá lugar no próximo dia 14, pelas 19 horas.

Porto: um petardo "apartidário"

PORTO, 9 — Deflagrou esta madrugada, por volta das 5 horas, um petardo de fraca potência debaixo da viatura de José Manuel Magalhães Filipe, residente na Avenida da Boavista, 820. A viatura, que se encontrava estacionada à porta da casa do seu proprietário sofreu estragos ligeiros, tudo levando a crer que o responsável pela colocação do petardo não teria a intenção de a destruir ou, sequer, de a danificar gravemente. O facto do seu proprietário não ter qualquer filiação política parece confirmar a hipótese de que o incidente se deve atribuir a uma «brincadeira» de mau gosto ou a uma vingança pessoal.

Silvano Ribeiro: novas funções?

Promovida por alunos e instrutores da Escola Naval, a que se associou também significativo número de oficiais da Armada, foi servido ontem no Clube Militar Naval um beberete de confraternização. Presente o comandante Silvano Ribeiro, até há pouco director da Escola Naval.

Segundo fontes fidedignas, aquele oficial vai assumir importantes funções no gabinete da presidência do Conselho de Ministros.

Coca-Cola no Brasil tem sabor a morte

SÃO PAULO (IPS) — Em Janeiro último os rumores começaram a circular no Rio de Janeiro e aos poucos foram-se tornando incontáveis. De repente, toda a gente sabia que um operário negro havia morrido num dos tanques da Coca-Cola, no bairro carioca de Bonsucesso. E que deste tanque haviam saído — e haviam sido consumidos — milhares de litros de refrigerante.

Os rumores, como era de esperar, chegaram às redacções dos diários e alguns deles saíram atrás da notícia, especialmente a «Folha de São Paulo», através do seu repórter António Castiglioni.

No dia 30 de Janeiro foi publicada a primeira notícia. Com base em testemunhos e denúncias dizia que não eram apenas um, mas dois, os operários mortos. Dava os seus nomes: Carlos Alberto de Oliveira, 23 anos, e Marcelino Cardoso da Silva, 25 anos. Dia das mortes: 12 de Outubro de 1975, um domingo. Circunstâncias: os dois ficaram presos num dos tanques em que se processa o xarope concentrado, utilizado para dar coloração e gosto à bebida. Não se sabe bem porque, os corpos dos dois operários, ou o que deles restou, só foram encontrados 24 horas depois quando mais de 10 000 litros de Coca-Cola já haviam sido distribuídos para consumo. O local do acidente foi a própria fábrica da Coca-Cola (Refrigerantes Sociedade Anónima), subsidiária da Coca-Cola Corporation.

Imediatamente após a publicação o gerente do departamento de Pessoal da Coca-Cola, António de Almeida, emitiu um violento desmentido. Disse ao repórter: «Pare com esta «onda» que vai ser prejudicial para vocês. Vou cortar as verbas publicitárias para os jornais que divulguem alguma coisa a respeito disso. Se houvesse mortos, teriam que aparecer os cadáveres. Quero os cadáveres». Mostrem-me os cadáveres».

Outro funcionário ironizava: «A Coca-Cola vai dar um prémio a quem encontrar numa garrafa o negro que caiu no tanque».

Não numa garrafa, mas sim num cemitério, apareceu o cadáver de Carlos Alberto de Oliveira, negro, sepultado como indigente na manhã do dia 26 de Outubro, no cemitério de Cacuia, na ilha do governador. O corpo do outro operário, Marcelino Cardoso da Silva, estaria sepultado no cemitério de Ricardo de Albuquerque, pequena cidade no interior do Estado do Rio. Entretanto os jornalistas não tiveram acesso ao livro de registo, do cemitério, expressamente negado pela administração.

AS REVELAÇÕES

Os documentos disponíveis indicavam que Carlos Alberto de Oliveira havia morrido de «edema pulmonar», para ser enterrado no dia 7 de Setembro de 1974, portanto um ano antes da data provável do acidente na Coca-Cola. Acontece, por exemplo, que se verificou que os documentos (atestado de óbito e guia do Hospital da Santa Casa da Misericórdia) haviam sido arrancados. A verdadeira data do enterro seria o dia 15 de Outubro de 1975. A solução para a dúvida seria a exumação do cadáver e a realização dos exames necessários, mas o encarregado do caso, Godofredo Cesar de Matos, da 21.ª Delegacia de Polícia

não solicitou a exumação. Felizmente chegou a enviar um ofício à Secretaria de Segurança, anunciando o propósito de levá-la a cabo.

Havia três testemunhas do caso, uma das quais morreu em circunstâncias misteriosas. As duas que sobram são Felisberto José Ventura e Jorge da Silva, ambos empregados da Coca-Cola até ao momento em que contaram o que sabiam. Foram logo despedidos. Em todo caso as suas declarações obrigaram à reabertura das investigações, uma policial a outra laboral, feitas pela Delegacia Regional do Trabalho, chefiada por Luís Carlos de Brito. Nos primeiros dias de Fevereiro, Brito prometia: «Levo este caso até ao fim, nem que seja a última coisa que faça na vida».

O delegado regional do Trabalho destacou o eng.º Murilo Ribeiro Junqueira para inspecionar a fábrica de Bonsucesso e especialmente os tanques de xarope, e mandou inspectores efectuar uma pesquisa nos mapas e nas listas de empregados da Coca-Cola. Entre a data em que se dispuseram essas medidas e o momento da divulgação dos resultados, no dia 16 de Fevereiro, transcorreram duas semanas. Nesse intervalo a Delegacia do Trabalho recebeu duas visitas «de cortesia» do presidente da Coca-Cola Sul-americana, Gerald R. Shaw. As visitas foram, a princípio, negadas. Mas depois tiveram que ser admitidas, ainda que não se conheça o tema tratado.

MANOBRAS,

Os factos são os seguintes: o eng.º Junqueira, que desapareceu por uns tempos e não recebeu os jornalistas, preparou três informações mas apenas uma foi divulgada. É vaga, curta, mas diz que é possível que um operário caia nos tanques. Nada mais.

Os inspectores que deviam efectuar a pesquisa não encontraram nos registos os nomes de Carlos Alberto de Oliveira e Marcelino Cardoso da Silva, mas verificaram que as fichas de registo dos empregados estavam arquivadas por ordem alfabética quando normalmente devem estar por ordem cronológica, registando-se, dia a dia, cada funcionário novo. Por isso, concluem os inspectores, não foi possível verificar se faltavam uma ou mais fichas do registo de empregados. Não foi feita qualquer outra investigação.

Sabe-se, entretanto, que a Coca-Cola «aluga» mão-de-obra, quer dizer: utiliza operários contratados pela firma Wyner Malope. Esta empresa negou-se a fornecer lista de contratados e não foi obrigada a fazê-lo.

No âmbito policial a investigação foi aberta e fechada várias vezes, mudando de rumo frequentemente. Por exemplo: no dia 23 de Fevereiro o comissário Godofredo Cesar de Matos declarava: «Já temos provas suficientes capazes de justificarem o início de um julgamento e também de levar pelo menos três pessoas para a cadeia». As provas eram o testemunho de Jorge Luis da Silva, a confissão de outros três empregados da Coca-Cola, que haviam contado o caso a um espião que a polícia colocou na fábrica, e um registo da guarnição do Corpo de Bombeiros de Vila Isabel, no qual se comunicava a saída de um testamento para atender um acidente na Estrada de Ita-

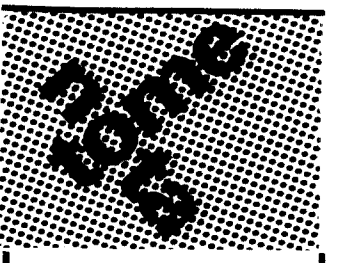
raré, n.º 1071, fábrica da Coca-Cola, na no dia 12 de Outubro. Entretanto, um dia depois, na noite de 24 de Fevereiro, o caso mudava de feição: Jorge Luis da Silva passava de testemunha a réu.

Seria processado por calúnia pois, segundo o comissário, «não conseguiu provar o que dizia». Nesse dia Jorge estava preso noutra Delegacia policial, acusado de «alcooolismo», e em boa verdade o seu testemunho não chegou a ser tomado formalmente.

O testemunho de Felisberto José Ventura somente foi ouvido, de forma reservada, no passado dia 2 de Abril, numa segunda ronda de investigações, depois da reabertura do caso. Outra testemunha, Sebastião Dinis Filho, foi morto. O corpo foi identificado por um irmão e encontrado num matagal da Baixada Fluminense, lugar onde costumam aparecer os corpos das vítimas do Esquadrão da Morte. O cadáver estava mutilado, os dedos das mãos e dos pés destruídos por ácido. Foi reconhecido pela tatuagem de uma âncora no braço direito. O irmão, Hélio Diniz, acusou a Coca-Cola, dizendo que Sebastião deixou uma carta que será entregue ao general Geisel, presidente da República, por não ter confiado na Polícia. A viúva de Sebastião, também entrevistada pela «Folha de São Paulo», confirmou que o marido lhe havia relatado ter sido testemunha da morte de dois operários: Sebastião era motorista-vendedor da Coca-Cola.

Entretanto, o comissário Godofredo dizia a 12 de Março que o «Caso Coca-Cola» estava encerrado: «Não houve nada. Podem aparecer mortos todos os operários da fábrica de Bonsucesso que eu não vou tomar conhecimento». E ironizou: «Vocês, jornalistas, têm sorte. Até agora só apareceu um operário morto».

Apesar disso, ou exactamente por terem aparecido tantas perguntas sem resposta, o caso foi reaberto. A recolha de testemunhos prossegue de maneira reservada e ainda não há uma conclusão. Ou seja: o mistério está exactamente como começou, ou melhor, ainda continua a ser mistério, mais e mais denso, mas cheio de zonas escuras e perigosas.



DOMINIQUE NO CINEMA

O «jornalista» Dominique de Roux, que em Portugal se tornou muito conhecido quando da descoberta das actividades da «Aginter Press», logo após o 25 de Abril, foi visto a sair, calmamente, do cinema Universal, uma noite destas. Recordar-se que, sob a capa de «agência de imprensa», a «Aginter Press» encobria outro ramo de operações, com íntimas ligações com a extrema-direita europeia.

ESCLARECIMENTOS

O secretário-geral do M.R.P., na sua intervenção de ontem na Televisão, mediu pela mesma raso o P.S., o P.P.D. e o P.C.P., considerando-os «burgueses, conciliadores, traidores». Freitas do Amaral, atacando igualmente os governos provisórios formados mais ou menos por estes partidos, considerou-os, porém, «governos de esquerda». O primeiro referiu-se aos retornados, ao desemprego e à carestia. O segundo falou de desempregados, retornados e crise económica. Um em nome da «candidatura operária», o outro em nome do «novo destino histórico de Portugal».

A EXPULSÃO

Espera-se que certos jornais portugueses não digam agora que o Governo da Suíça, o qual após investigações expulsou o ex-general Spínola do seu território, também foi manobrado «pelas forças de esquerda que estão interessadas em desestabilizar Portugal». Não consta que a esquerda portuguesa tenha grande penetração nos meandros do Governo helvético. Portanto...

Expulsos de França dois delegados de trabalhadores (um deles português)

PARIS, 9 (Especial para o «DL») — Em cerca de cinquenta residências para trabalhadores da Sanacotra, na região parisiense, trava-se há um mês uma «greve» de pagamento de rendas (semanais).

Há dois dias, nas instalações da Sanacotra, em Cahmpigny, a Polícia francesa prendeu, cerca das cinco horas da madrugada, dois delegados dos

trabalhadores: um argelino e um português.

Entretanto, ontem, quinta-feira, aqueles delegados foram expulsos do território francês, numa medida manifestamente ilegal face à legislação francesa. A expulsão verificou-se às três horas da tarde.

Chama-se José Ferreira o trabalhador português agora expulso de França.

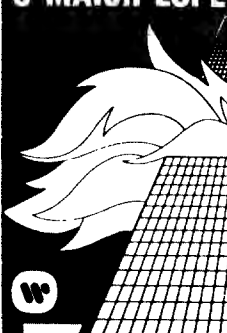
Spinola-Wallraff

Continuação da pág. 1

onde está marcada para esse dia «uma jornada de solidariedade com o P. C. P., organizada pelo jornal «Unserer Zeit», órgão do Partido Comunista Alemão, e que visa, sobretudo, dar apoio material para a reconstrução dos Centros de Trabalho do P. C. P.».

Dias Lourenço disse-nos ainda considerar parte das declarações de Spinola como fantasiosas e dignas de um «conspirador de opereta» como o próprio Wallraff o designa. Considerou no entanto os propósitos do golpe militar de Spinola ligados às tentativas de forças políticas internas, de extrema-direita, que a todo o custo tentaram evitar a aprovação e promulgação da Constituição portuguesa.

O MAIOR ESPECTÁCULO JAMAIS FILMADO!



A TORRE DO INFERNO
 (The Towering Inferno)

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

brevemente em Lisboa

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

DELÍCIAS TURCAS
 (TURKISH DELIGHT)



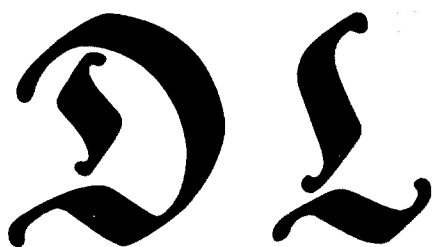
...É UMA HISTÓRIA DE AMOR.

MONIQUE VAN DE VEN - RUTGER HAUR
 num filme de JAN WOLKER

real de PAUL VERHOEVEN prod. de ROB HOUWER

9.ª SEMANA agora só no **quarteto**

AVISO AO PÚBLICO
 este filme contém cenas eventualmente chocantes



eleições

O OUTRO
ABRIL

A "vaga de fundo"

O voto expresso pelo povo português, nas eleições de 75, reflecte fielmente o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o modo de produção e a forma de propriedade nas diversas regiões. Em anteriores edições do nosso suplemento, vimos como o Porto, a 2.ª área urbano-industrial do país, constituiu o único parêntese significativo no triunfo generalizado da direita em distritos nortenhos. Verificámos depois como a vantagem reaccionária foi minguando, até desaparecer, nas deslocções do Norte para o centro e do centro para Lisboa, acompanhando o parcelamento da terra em propriedade minúscula, pequena propriedade, média propriedade e, já na área de Lisboa, grande propriedade, paralelamente ao aumento da concentração industrial, muito disseminada nas áreas do Norte.

Em Lisboa, o conjunto de forças de esquerda suplanta a direita estrondosamente: 46 — 19 — 4,1 e 4,5 por cento, respectivamente ao PS, PCP, MDP/CDE e aos outros partidos, contra os 4 e os 14,8 por cento do CDS e do PPD, percentagem baixíssima se pensarmos que a capital é um sítio onde a legião dos burocratas do antigo regime curte projectos de vigança, além de ser também o centro onde vivia a maioria dos privilegiados do país.

Lisboa precede e prepara o triunfo da esquerda a sul do Tejo, onde finalmente, no distrito industrial de Setúbal, o PCP surge à cabeça com 38,3 por cento dos votos, seguido pelo PS, com 37,7 pelo MDP/CDE, com 5,9 e pelos outros grupos, com 4,9. Mas antes de avançarmos para Évora e Beja, distritos de grande latifúndio, com um combativo proletariado agrícolas, será conveniente fixarmo-nos, por momentos, na análise de um pormenor importante: a constância relativa dos índices de votação no PS.

Enquanto os sufrágios do PCP, por exemplo, são na sua grande maioria, claramente operários e camponeses, os do PS são mais compostos. Votaram neste partido, é certo, além da classe média urbana, muitos estratos do proletariado urbano e rural, mas também concorreram para o seu êxito muitos votos, digamos cautelosos, de intenção moderada, atraídos pelas posições assumidas, a partir de Janeiro, desse ano pela direcção do PS, que ateou a fogueira de uma violenta polémica anticomunista e, mais veladamente, contra o MFA, procurando captar os sufrágios de uma parte importante dos estratos sociais que sentiam ameaçados os seus privilégios e queriam pôr um freio no processo revolucionário. Digamos que entre dois males, não viam outro remédio senão escolher o menor.

Esta tática, muito bem concebida e bastante rentável em termos eleitoralistas, trouxe a curto prazo grandes lucros ao PS. A longo prazo, ou talvez mesmo a médio não sabemos se a «vaga de fundo» anticomunista não acabará por nos afogar a todos, incluindo o dr. Mário Soares e os seus inteligentes camaradas. Adoptar uma linha de direita, com o fim de disputar às forças reaccionárias grandes parte dos votos moderados, é uma boa ideia para ganhar as eleições. Mas na medida em que nenhum partido se pode desvincular radicalmente da sua base eleitoral, é uma ideia muito má para construir e garantir, em Portugal o futuro da democracia e do socialismo.

E.S.

Rui Polónio Sampaio (P.S.): "É preocupante o avanço da direita"

A importância das palavras de Rui Polónio Sampaio, advogado português e figura proeminente do Partido Socialista na região, advém do reconhecimento do avanço da direita, relacionando-se com os erros que considera terem sido cometidos pela esquerda ao longo de dois anos de Revolução.

Esse avanço da direita reflecte-se, de acordo com as palavras de Rui Polónio, até no campo da «caça ao voto» que, entrando no terreno do PS pode vir a agudizar as lutas políticas conduzidas pelos caciques e restante reacção, ao nível local.

Por outro lado, este dirigente do PS nega que o partido, a nível distrital, alguma vez tenha dado cobertura a actividades que se possam considerar da direita.

Igualmente de realçar é o facto de, nesta entrevista se confirmarem determinados casos de alianças práticas, de «bases» do Partido Socialista com outras forças de esquerda, na defesa das liberdades, no local exacto onde não passam os dirigentes, mas as dificuldades de exercício das liberdades se fazem sentir no dia-a-dia. Falamos dos assaltos, das bombas, do terrorismo na provincia, a Norte.

No entanto, reconhece Rui Polónio que não se definiu ainda, entre nós, um partido de extrema-direita. Mas se isso acontecer e conseguir conquistar o Poder...

— Neste período em que se preparam as eleições para a Assembleia da República, a situação aqui no Norte do País tem características próprias. Como se pode descrever, de uma óptica partidária, essa situação?

— Bem, a situação caracteriza-se pela desestabilização a que estamos a assistir... É um termo agora muito em voga mas que corresponde a uma realidade, com um determinado número de manifestações que, a meu ver e também do Partido Socialista, são manifestações puras de uma reacção que procura levantar a cabeça e criar condições para que as eleições do 25 de Abril tenham determinado significado, ao mesmo tempo acompanhada de reivindicações laborais que, legítimas ou ilegítimas, contribuem, de certo modo, para este clima de agitação.

A juntar a isto, temos as querelas partidárias, que estão a acentuar-se cada vez mais, a radicalização de posições, a intolerância de atitudes que, a meu ver, é extremamente preocupante porque constitui um perigo para a democracia.

Nós temos, aqui em Portu-

gal, um exemplo muito concreto que foi o que se passou a seguir à Revolução de 1910. O 28 de Maio de 1926 não apareceu por acaso: para além dos erros de estrutura e das deficiências orgânicas e básicas do regime aconteceu também um pouco na sequência dessas querelas partidárias.

Um aspecto preocupante, para mim, é o avanço da direita. Diz-se que a direita portuguesa é a mais estúpida do Mundo, mas eu estou em crer que a esquerda portuguesa comete a mesma coisa. A direita, quase sem fazer nada, tem vindo a recolher os frutos das asneiras e erros cometidos pela esquerda ao longo destes dois anos.

Talvez não estivéssemos efectivamente preparados, nós a oposição, para assumir as responsabilidades do Poder, um dia, quando o fascismo fosse derrubado. Talvez tenhamos sido demasiado manuais, e pensado pouco nas perspectivas que poderiam orientar a nossa governação. Isto foi trágico e, foi isso, a meu ver, que determinou a incapacidade de que a esquerda tem mani-



festado e, inclusivamente, tem de se reconhecer, de um ponto de vista objectivo, que nós demos ao País uma péssima imagem do socialismo. O povo neste momento, tem algumas razões para se interrogar: então o socialismo é isto? Se é isto nós não queremos.

Ora, é evidente que o socialismo não é isto, nós nem sequer nos aproximamos de uma sociedade socialista. Isto poderá ter reflexos extremamente graves não só nas eleições, mas neste período pré-eleitoral.

ANTICAMPANHA

No ano passado, quando se talava em socialismo nas sessões e comícios, havia uma re-

ceptividade imensa. Agora, assiste-se à prática de determinados partidos que fazem contra outros uma anticampanha baseada exactamente nos mesmos valores que no ano passado contribuíram para dar uma vitória, em maioria, às forças de esquerda, incluindo nelas fundamentalmente o Partido Socialista e o Partido Comunista.

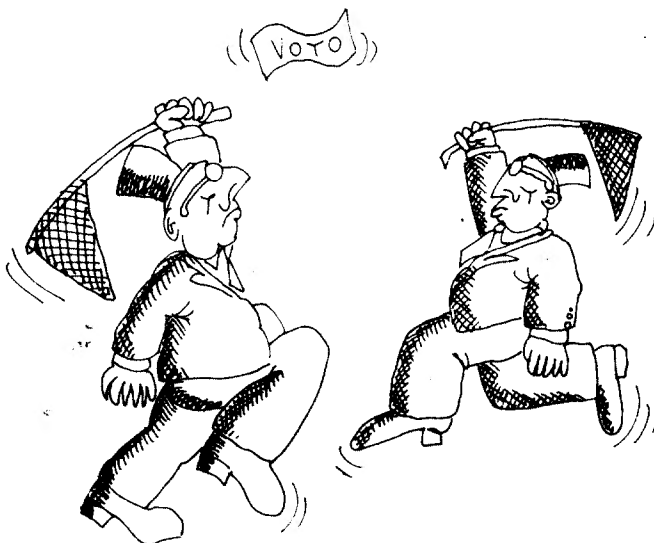
Não encaro, portanto, a situação com optimismo, mas tenho a impressão de que, haverá uma última possibilidade que, por estranho que pareça, passa pelo PS. Quero dizer: se o PS não tiver uma maioria muito confortável de votos nas eleições, suponho que não há outra saída que não seja a constituição de um Governo de direita. E, nas condições actuais, um Governo de direita equivale necessariamente a um Governo de ditadura. Não me parece que um Governo de direita, aqui, possa governar ser através de uma repressão, e uma repressão extremamente violenta...

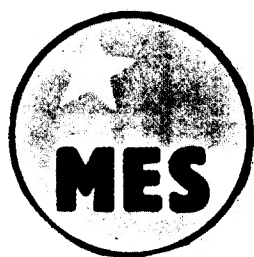
PS JÁ TEM DIFICULDADES

— No seu entender estão ou não criadas as condições, no Norte do País, para a prática das liberdades de propaganda e de reunião, durante o período da campanha eleitoral? Parece que o PC tem tido sérias dificuldades e, mesmo o PS, nomeadamente em Trás-os-Montes, começa a enfrentar a mesma situação...

— Bem, o PS começa a ter dificuldades no Norte, no ano passado não as teve, a não

Continua na página seguinte





PROGRAMA ELEITORAL DO M.E.S. (Resumo)

"NA DEFESA DO PODER POPULAR"

Na actual situação está em marcha uma forte contra-ofensiva dos exploradores do povo e enfrentamos de novo a ameaça fascista, bem patentes:

— Nas fábricas — pelo regresso dos patrões saboteadores, pela recusa das credenciais às comissões de trabalhadores, pelo saneamento à esquerda dos trabalhadores mais activos, pelo boicote dos bancos às empresas geridas pelos trabalhadores.

— Nos campos — pelo ataque à Reforma Agrária e pelo aproveitamento da miséria dos camponeses pobres por parte dos caciques fascistas;

— Por todo o País — pelo terrorismo bombista contra sindicatos e organizações progressistas, pelo corte do acesso dos trabalhadores e suas organizações aos jornais, rádio e TV cujas portas se escancararam para acolher a mentira e a calúnia organizada pelas forças de direita;

— No aumento do custo de vida e na falta de géneros alimentícios, enquanto os salários são congelados, os contratos não são publicados e os alimentos apo-decemem nalgumas regiões do País;

— No aumento do desemprego — e na clara intenção dos novos senhores do Poder em fazer os trabalhadores pagar a crise e sofrer com a miséria e a exploração redobradas todas as consequências do seu agravamento;

— Nas caras dos fascistas, que tendo-se sumido apressadamente após o 25 de Abril ou o 28 de Setembro, voltam hoje a ocupar não só as capas dos jornais e revistas, como também, no ver-se nos ministérios, nas administrações das empresas nacionalizadas e até nas Forças Armadas!

Mas os 48 anos de opressão fascista e os 2 anos de luta acesa contra as manobras traçoceiras dos burgueses ensinam que só na luta, unidade e organização do povo está a força capaz de vencer o fascismo e o capitalismo.

2. Unir a classe operária e os trabalhadores, unir o povo, erguer a resistência popular.

Perante o avanço dos exploradores do povo e da ameaça fascista, perante a repressão que se organiza e se abate já sobre ele, perante a mentira e a calúnia que imperam e com que tentam dividir o povo, perante a ameaça da miséria e da exploração redobradas, o M.E.S., Partido da esquerda revolucionária empenha-se com todas as forças e apela à luta;

— pela unidade dos revolucionários;

— pela unidade da classe operária;

— pela unidade dos trabalhadores nas cidades, nos campos, nas minas, e no mar;

— pela unidade do povo! Mas que unidade?

O M.E.S. recusa frontal-

mente a falsa unidade negociada em gabinetes e nas costas dos trabalhadores e do povo.

O M.E.S. aponta à classe operária e ao povo trabalhador a unidade real, a única unidade real, a unidade forjada na luta pela defesa dos interesses comuns, em que com a classe operária e o povo se constrói um movimento popular capaz de opor uma muralha à contra-ofensiva da burguesia e destruir a ameaça fascista.

O M.E.S. luta e os seus deputados — deputados pelo Poder Popular — lutarão contra tudo e todos os que tentam dividir os trabalhadores e destruir as suas organizações.

O M.E.S. luta contra o pluralismo e o controlo burocrático dos sindicatos, luta pela unidade e democratização das organizações sindicais.

O M.E.S. luta contra o sectarismo e o dirigismo que fazem da Intersindical um instrumento de conciliação de classes e aponta aos trabalhadores a construção duma central sindical única onde a democracia interna e uma linha sindical de classe estejam asseguradas, como objectivo imediato e inadiável.

O M.E.S. luta e chama a classe operária e o povo a lutar pela defesa intransigente dos órgãos de Poder Popular.

O M.E.S. diz aos trabalhadores e ao povo para que se unam e organizem localmente, regionalmente e ao nível nacional nas suas comissões de trabalhadores, nas suas comissões de moradores, nas assembleias populares.

O M.E.S. apela a todo o povo trabalhador, a todos os revolucionários e antifascistas que se unam e organizem por todo o País em comités unitários, lançando as bases de uma poderosa frente de massas antifascistas, anticapitalista e anti-imperialista.

3. Lutar contra o fascismo, contra a repressão e a mentira, pela democracia e pela liberdade.

O M.E.S. luta e lutará na vanguarda do movimento popular pela democracia e pela liberdade contra o fascismo que de novo ameaça o nosso País.

O M.E.S. luta e lutará contra o ataque cerrado dos exploradores que manejam as suas armas de sempre, a repressão e a mentira, para restaurar os privilégios e o poder ameaçados pelo vigor e determinação do movimento popular.

Em torno de cada uma das conquistas populares, na resposta a cada um dos ataques dos reacçãoários, o M.E.S. une os seus esforços com todos os que querem resistir, lutar e vencer as forças da reacção e do fascismo.

Unidos e organizados sabemos defender as organizações e as conquistas revolucionárias do povo.

As comissões de trabalhadores e de moradores, os conselhos de aldeia e as assembleias populares;

Os sindicatos e a unidade

do movimento sindical;

As liberdades de reunião, associação e manifestação do povo trabalhador;

As ligas e associações camponesas, que são a mais forte barreira contra a repressão e o fascismo em volta da qual devemos cercar fileiras.

Unidos e organizados sabemos fazer face à repressão.

O M.E.S. — Partido da esquerda revolucionária — diz à classe operária e ao povo:

Lutemos pela libertação e reintegração nos seus postos de todos os militares antifascistas e revolucionários presos e saneados!

Lutemos pelas liberdades de reunião e informação nos quartéis!

O M.E.S. denuncia a profissionalização das Forças Armadas!

O povo não quer mercenários nos quartéis!

O M.E.S. denuncia a reorganização da PSP e da GNR novas e monstruosas polícias de choque ao serviço do capital!

O M.E.S. denuncia a libertação descarada dos pides e criminosos racistas!

O M.E.S. — Partido da esquerda revolucionária — diz à classe operária e ao povo: Defendamos os meios de Informação progressistas.

Reintegração dos progressistas da Informação saneados, já!

Ergamos uma Informação livre e popular na Imprensa e nos bairros, uma Imprensa regional livre e popular!

4. Lutar contra a exploração e a miséria

Que medidas interessam aos trabalhadores e ao povo?

Que objectivos apontamos à luta do povo contra a exploração e a miséria?

O M.E.S. está com o povo na luta pelas medidas que servem os interesses das massas exploradas:

— as que garantam o emprego e o salário a todos os trabalhadores;

— as que garantam a melhoria das condições de vida dos operários, dos camponeses e de todo o povo trabalhador;

— as que ponham a economia ao serviço dos trabalhadores e não ao serviço do lucro e dos que exploram;

— as que acabem com os intermediários parasitas e com a venda da nossa Pátria ao imperialismo!

— as que garantam a consolidação das nacionalizações e da Reforma Agrária.

Neste sentido, o M.E.S. — Partido da esquerda revolucionária — define como programa de luta como programa de luta dos seus deputados e como programa de luta contra a miséria e a exploração que aponta à classe operária e ao povo o seguinte:

1. Lutar pela melhoria das condições de trabalho e de vida.

— aumento dos salários e redução dos leques.

— aumento do subsídio de desemprego e das pensões de reforma.

— salário completo na doença.

— redução do horário e dos ritmos do trabalho e limitação das horas extraordi-

nárias.

— congelamento do preço dos produtos de primeira necessidade e combate à sua escassez motivada pela especulação e pelo mercado negro.

— fim aos despedimentos colectivos e sem justa causa.

— defesa das ocupações e dos abaixamentos de rendas.

— realojamento educação saúde e transportes melhores e mais baratos

— uma Previdência ao serviço dos trabalhadores e gerida por eles.

2. Consolidação das nacionalizações e da Reforma Agrária.

— desmantelamento dos grupos financeiros.

— desenvolvimento do controlo operário.

— organização dos trabalhadores rurais garantindo a gestão colectiva das herdades e cooperativas a organização do campesinato pobre com vista a resolução dos seus problemas mais imediatos em ligação crescente com os trabalhadores rurais e a classe operária.

3. Combate à reconversão capitalista da economia portuguesa.

— contra o aumento dos horários e ritmos de trabalho.

— contra o regresso dos patrões.

— contra o boicote da contratação colectiva.

— contra o boicote das empresas geridas pelos trabalhadores.

— contra a política que visa fazer dos sectores nacionalizados a base de acumulação do capital privado e preparar o enfeudamento de Portugal ao capital estrangeiro.

4. Combate às medidas políticas antipopulares.

— pelo direito à greve — greve sim, «lockout» não!

— revogação da lei que permite os despedimentos sem justa causa. Direito ao trabalho sim, desemprego não!

— revogação da lei da contratação colectiva.

— contra a discriminação de que são vítimas os trabalhadores da função pública, quanto ao exercício da acção sindical e contratação.

— contra a ingerência do Governo nos Sindicatos.

5. Lutar contra o imperialismo e pela independência nacional

O M.E.S. que coloca como grande objectivo de luta do povo a independência nacional diz:

Não à dependência do nosso país ao imperialismo internacional!

Não à venda do País ao capital estrangeiro! Portugal fora da NATO! NATO fora de Portugal!

Portugal não será joguete das grandes potências!

Sim à aliança entre os povos e países em luta contra o imperialismo e pela independência nacional! Sim à aliança com os povos irmãos da Guiné-Cabo Verde, Angola e Moçambique!

6. Lutar contra o capitalismo pelo Poder Popular pelo Socialismo!

Hoje a tarefa imediata

que o M.E.S. aponta à classe operária e ao povo é unir para resistir.

Mas lutando contra o fascismo e a repressão burguesas, não perdemos um minuto em reagrupar as forças populares para retomar a ofensiva lutando e vencendo o capitalismo e o imperialismo.

Defendendo as preciosas conquistas do movimento popular, defendendo o controlo operário e o Poder Popular, preparamos o futuro radioso e livre do povo português na construção dum País socialista e independente.

O caminho que o M.E.S. aponta à classe operária e ao povo é o caminho que a experiência encetada com o 25 de Abril comprovou.

É o caminho do Poder Popular.

É o caminho do controlo operário dos trabalhadores sobre a produção.

É o caminho das Assembleias Populares em que o povo não delega em ninguém a expressão da sua vontade e toma nas suas próprias mãos a direcção de toda a sociedade.

É o caminho do socialismo e da independência nacional aspiração universal de todas as classes operárias para construirmos uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados. (...)

Por isso dizemos: é indispensável votar no M.E.S. porque só os deputados do M.E.S. saberão colocar-se na Assembleia da República inteiramente ao serviço e na defesa do Poder Popular!

"A DIREITA TEM RECUPERADO"

Continuação da página anterior

ser um outro caso esporádico. E tem-nos também no Sul. O que é estranho e só se pode compreender sendo o PS uma espécie de partido-charneira, através do qual se defrontam duas concepções muito opostas do projecto social.

Aqui, no caso concreto do Norte, é um facto que o Partido Socialista começa a ter dificuldades em realizar, nalguns pontos, as suas sessões. Para não falar no Partido Comunista que esse então tem condições muito mais difíceis, para em liberdade, democraticamente, poder fazer a sua campanha em pé de igualdade com os outros partidos.

É a situação oposta do que aconteceu, também, há relativamente pouco tempo, com os partidos de direita. Suponho que foi um erro que se fez em relação aos partidos de direita, no ano passado.

No Porto, em certos meios de esquerda acusa-se o PS de ter dado cobertura, não só política mas também a outros níveis, de determinadas actividades da direita. Aí surge até a acção do governador civil, um homem do PS... Que lhe parece?

Bem, em relação ao sr. governador civil não me pronuncio. Mas, confesso que desconheço essa cobertura... Muito concretamente, aqui no Porto, a Federação Distrital do PS tem tomado sempre posições muito claras. Talvez até, por vezes, escandalosamente cla-

Divulgamos hoje as listas da República pela Frente Socialista os círculos do continente, m. os Açores. Em relação aos d. apenas se candidata pela Euroq.

As listas da FSP incluem militantes da União Revolucionária (16 domésticas), 51 operários técnicos (8 por cento), 20 intelectuais de serviços (35 por cento de escritório e 12 funcionários profissionais não mencionados), oficiais da marinha mercante hoteleira.

São os seguintes os nomes

Aveiro — José António Arantes Ferreira, António Maria Queimado, Carmelino Rodrigues, Lúcia Maria de Lemos Vaz Velho, Lomêlio Carapau Quarenta, Joaquim Carlos Castanheira da Silva Laço, Maria Amélia Gonçalves, Jorge Alberto Franco Pereira da Silva (independente), Maria Augusta Costa Ferreira (independente), Helena Maria Neves Branco Soares, Albertina Pereira Diogo Bonifácio (independente), Carlos Manuel dos Santos Valente Baldaia, Orlando Blanco Bousada, Ema da Costa Silva Monteiro.

Suplentes: Dália da Conceição Moraes Leite de Sousa, Fernanda Judite da Silva Pinheiro Pereira da Silva (independente).

Beja — Mário José Albuquerque da Costa, João Guerreiro Mestre, Angelino Viterbo Bernardino dos Santos, José António Branco Saías, António Afonso Raposo, José Ernesto Mira Cansado.

Suplentes: Alexandrina Falé Ribeiro de Moraes, Eugénio António Henrique Carvalho de Moraes.

Braga — Vitor Manuel dos Santos, Mário Fernando Peixoto dos Santos, Vasco Miguel Soares Palmeira, António Cândido de Azevedo Lavado, Maria Teresa Bastos Ferreira de Melo Faria, José António Magro da Silva (independente), Joaquim Trindade da Silva, Severino Antero Cruz da Costa, Daniel Sampaio do Rêgo, João do Nascimento Cameirão Leite da Cunha, Manuel Ribeiro Vaz, Victorino Martins Ferreira, Fernando Duarte Bastos Ferreira de Melo, José Alberto de Men-

ras, porque nem sempre têm sido interpretadas nos seus precisos termos. São posições corajosas e claras que lhe têm valido a animosidade de outros partidos, esses de direita, designadamente o CDS e o PPD, em relação a afirmações da Federação...

Nesta dinâmica da caça ao voto, e numa altura em que o Partido Socialista começa a ser um tanto «eliminado» do jogo, parece que o PPD tentará caçar votos no campo do PS. Não lhe parece que isto pode conduzir à agudização de certas lutas, através do caciquismo, e de uma guerra declarada em relação ao PS?

Será, infelizmente, aquilo que mais provavelmente acontecerá. O PPD não terá outro campo para ir buscar os votos de que necessita senão à clientela eventual do CDS e fundamentalmente à do PS. Houve votos no ano passado que talvez não fossem muito autênticos e que foram para o PS, por razões conjunturais conhecidas (as pessoas procuram acobertar-se atrás daquele que consideram mais forte, em relação a quem consideram o inimigo principal, a abater). Reconheço que alguns votos devem ter ido, assim, para o PS. São votos relativamente pouco importantes, mas que suponho este ano não irão para o PS. São os votos inautênticos, que constituem um terreno de caça.

Mas há outro terreno de caça, que são as populações

Intelectuais, quadros e operários nas listas da F.S.P.

Suplentes: Maria de Lourdes da Costa Ferreira e Constança Rita Canhão Rastinbo de Oliveira.

tos Mendes e Fausto Salgado Ferreira de Abreu.

Leiria — Joaquim Luis Soares, Silvio Santos Soares, Luis Manuel Jacinto (independente), João Martins Reis, Maria Helena Furtado de Barros de Almeida e Sá, Maria Fernanda de Matos Ferreira Soares, Manuel Ferreira Mendes, João António Mesquita de Almeida e Sá, João Albino Amorim Ribeiro Cabral (independente), Cecília Pinto Branco (independente) e Maria Leonor de Jesus Costa

Rosa, Raul Miguel Marques, Fernando de Jesus Nunes, Filomeno António Monteiro Sobreira, Francisco José Ficalho Maciel (independente), Vitor Manuel Monteiro de Almeida, Joaquim Manuel de Campos Batalha Guerra, Abel Ferreira Tavares, José Lourenço da Costa (independente), António Dias da Costa, Joaquim Barbas Pires (independente), José Lourenço Amado Franco, António de Matos Neves, Jorge Manuel Pereira Ramos, Maria do Carmo Franco Pereira da Silva Sobreira, José Teodoro Martins dos Santos, José Marques Pereira, Vitor Hugo Godinho José, José dos Santos Salgueiro Lobato Correia, Armandina Ferreira Gonçalves, Maria Odete Afonso, José Manuel Nunes Bizarro, Mário da Silva Ferreira Pacheco, Ana Vieira, Fernando Miranda da Cunha Pedreira, António Eduardo Moraes de Oliveira, Eduardo Acácio Pedro dos Santos Serra, Mário Figueiredo Martins, José Carlos Alves Sequeira, Jaime Salgueiro Regalado, Ângelo Numa Rodrigues Lopes de Almeida, José Augusto de Sousa Vieira de Melo, Manuel Inácio Chumbo, João Manuel Constantino Fernandes, José Alberto Monteiro Gil, Carlos José Vieira de Almeida, Maria da Piedade Trindade Cativo de Sousa, António de Sousa, José Manuel Costeira Oliveira. Branco, Maria da Graça Madeira Garcia Pereira Araújo, Manuela Fortio Ezequiel, Carlos Armando Costa, Carlos Manuel Oliveira Pinto Rolim, Ricardo Ribeiro Chula, José Augusto Vera Cruz Pinto Braz, João Pedro da Silva Pimenta Vasconcelos, António Manuel da Conceição Loureiro, Venceslau Luis Lopes de Almeida, Humberto Rui Marçal e Hermenegildo Pereira Fernandes.

Suplentes: Ana Bela Santi-

nho da Costa Ferreira e Rui António Bana e Costa.

Portalegre — José António Teixeira Araújo, Fernando da Silva Pedro, José Cardoso Esteves Marouco e Humberto da Silva.

Suplentes: Alfredo António Monteiro e Maria Antonieta Pereira da Fonseca Ferreira Silva.

Porto — Rui Carneiro, Mário Augusto de Sousa Moutinho, Nair da Rocha Guimarães, Columbano Alberto Maia da Cunha, Manuela de Oliveira Matos, Maria Carolina Lopes Horta Barreiros, Emiliano Almeida Correia, João Luis Pereira Becco, Manuel Fernando Moreira de Sá Monteiro, Nelson Jorge Moreira Correia Pinto, Evaristo Pereira Santos e Silva, Joaquim de Sousa Cunha, Leonídio José da Silva Coelho Dias, João Carlos Marinho de Abreu, João Alexandre Salgueiro de Vasconcelos e Sá, Vitor Manuel Pereira Albuquerque Passos, Ana Maria de Oliveira Rocha, Vitor Manuel Borges de Figueiredo, Maria Augusta de Almeida Pinto, Bernardino Alberto Freitas Encarnação, Ana Maria Moreira de Sá Monteiro, Amaro António Ferreira das Neves, Maria do Rosário Desmet da Silva Dias, José António Desmet da Silva Dias, Maria Judite Pereira Becco, Ricardo Lopes, Eduardo Alves Simões, Salvador Cipriano N. Manquinho, Joaquim Luis Mateus da Costa Feijão, Joaquim Viegas de Oliveira, Mário da Fonseca Bonifácio, Maria Manuela Brejo Malheiros da Costa Ferreira Almeida, Helder João da Costa Lopes de Almeida, Maria Julieta da Conceição Franco Pereira da Silva (independente), Amélia Lúcia Cristina Ferreira Neto (independente) e João da Costa Ferreira (independente).

Suplentes: Maria da Conceição Constantino de Albuquerque da Costa e Maria José Ferreira Pina (independente).

Santarém — Jaime Carvalho da Silva, António Lopes Patrão, António Maria Lopes Godinho, João São Pedro Lopes, Florindo de Jesus Veludo, José Martins, Francisco de Passos Vieira, Maria Alda Guerra Rodrigues da Silva, Vitor Manuel da Costa Aranha, Luis Manuel da Guia Graça, Maria de Fátima Coelho Costa Cândia, Maria Teresa Pacheco Antunes dos Santos e Jorge de Jesus da Silva.

Suplentes: Maria da Graça Albuquerque da Costa Peixoto e Maria Beatriz Dias Jacinto (independente).

Setúbal — Lourenço da Conceição, Mário Pereira (independente), Mário Augusto Cachoreiro, Abílio Joaquim Mourão de Magalhães, Rogério Manuel Vizinho Severino, António Manuel Paulo de Oliveira, Serafim António Raposo Amador, José Marques Barão, Luis Simões de Aragão Ferreira, José Marques da Silva, José António Cardoso da Silva, Abílio Oliveira Calado, Carlos de Jesus Viegas, Amândia Augusto dos Santos Batista Monteiro, Gilberto da Silva dos Santos e Oscar Graça Correia;

Suplentes: Domingos Marques da Silva e João Faustino das Mercês da Silva.

Viana do Castelo — José Luis Miranda de Faria, Amadeu Barbosa da Rocha Pereira, Daniel Alcindo Pereira Barreto, José Oliveira de Matos, Aleixo Albano Teixeira Bastos Torres



e José Araújo Gomes;

Suplentes: Vitor Manuel Esteves da Silva e Maria Adélia Moraes Leite de Sousa.

Vila Real — Fernando Amaral, José António Monteiro Sobreira, José Luis Olay da Silva Dias, Maria Henriqueta Ribeiro Gonçalves, Frederico Augusto e Maria Manuela Teixeira Araújo Gomes Delgado (independente);

Suplentes: Paulino do Carmo Gil e Fernando Augusto Dinis.

Viseu — Sérgio Montenegro Miquel Grácio, José Nascimento Figueiredo, Viriato António Soares de Abreu, Alberto de Jesus Almeida, António José Ferreira de Magalhães, Ângelo Carvalho da Fonseca, Saúl Correia do Amaral, Maria Manuela Guerreiro Passarinho Amaral, José Luis Pereira da Conceição e Libério Rodrigues de Almeida;

Suplentes: Fortunato Fernando Mendonça Botelho e António José Severino.

EMIGRAÇÃO

Europa — João Pina e António Manuel Ferreira Duarte; Suplentes: Virgílio Paulino dos Santos Cordeiro e Carlos Alberto Dias Aguiar Bravo.

O riso eleitoral

Por BAAR

NÃO HÁ DUVIDA QUE ESTE ANO...



HÁ MUITO MAIS...



LIBERDADE !!!



Os candidatos à Assembleia da População, que concorrem por todos os círculos da emigração, a FSP

independentes, alguns deles do Trabalho (URT), 55 mulheres (18,5 por cento), 22 quadros, 22 estudantes e 95 empregados públicos. Entre as categorias distinguem-se 2 pescadores, 4 10 trabalhadores da indústria

que integram as listas da FSP:

donça de Mello Abreu, Francisco Pereira Carinhos.

Suplentes: Maurício José Vaz Esparteiro e Maria de Lourdes Mendes Reis.

Bragança — Asdrubal Teles Pereira, Horácio Augusto Lopes, Carlos Maria de Jesus Betencourt, Luis Filipe Gonçalves Barroso Lopes.

Suplentes: Vitor Manuel Lopes de Almeida e Maria Luisa Silves Prates de Andrade.

Castelo Branco — João Ferreira, Eduardo Armindo Grácio Aragão de Carvalho, Cândido dos Santos Mendes, Arlindo Dinis de Oliveira, Ernesto Paulo Novo de Oliveira, José de Jesus Antunes e Virgílio dos Santos Mendes.

Suplentes: Maria Luisa de Almeida e César de Oliveira e Sousa.

Coimbra — Marinela Ramires Coelho, António Manuel Mano Azul, Carlos Alberto dos Santos Figueiredo, Maria Manuel Corado Lima, Fernando Henriques Pereira dos Santos, João Manuel Guina Matias, Maria Eugénia Murteira d'Ávila Amaral, Maria Luisa Lencastre da Silva Gomes de Oliveira, José Raimundo Amaro, José Manuel dos Santos Gomes, José Manuel Gomes da Silva e Maria da Conceição dos Santos Reixa.

Suplentes: Albino da Cruz Curado Viana e Francisco José Nobre Fernandes Ferreira.

Évora — Carlos Augusto da Cunha Gomes de Oliveira, Joana Vitória Barão Santos, Sérgio Ramires Coelho, José Verdades das Dores e Inácio da Silva Rações.



Manuel Serra, dirigente da FSP e primeiro na lista daquele partido para o distrito de Lisboa

Suplentes: João Egas Cândido e João Manuel Alvina Correia.

Guarda — José Andrade Piçarra Tracana, Mário Pires dos Santos, Paulo Henrique Quintela Matias, Mário Pedro, Manuel Capelo de Matos e José António Pais Saraiva.

Suplentes: Américo dos San-

Ferreira.

Suplentes: João António Francisco Ferreira e Francisco Rosa Parreira Toscano (independente).

Lisboa — Manuel Serra, Paula Roberto Brás Loureiro, José Luis Martins de Matos, Maria de Lourdes Pacheco da Conceição, Júlio César Silva

OS ERROS DA ESQUERDA

onde se procura explorar o sentido, a conotação negativa de determinadas palavras e isto mesmo nos sectores que votaram autenticamente socialista. Ai, procura-se explorar, negativamente, o socialismo e o marxismo, já que o povo estará numa posição de reserva em relação a isso. Assim, actuando de forma baixa, não-de procurar os nossos votos.

QUE ALIANÇAS

— Isso pressupõe a possibilidade de uma aliança digamos não declarada, mas tácita, com o Partido Comunista?

— Como sabe, a política de alianças está muito claramente definida pelos dirigentes do PS. E é uma decisão que já não vem propriamente de agora.

Pessoalmente sempre fui adepto de uma unidade de esquerda e reconheço que ela não teve lugar, nem o poderá ter, tão cedo, nos moldes que poderiam ser desejáveis para o nosso país. Por culpa de quem? Poderia ser o tema de uma longuíssima conversa... Mas, neste momento não creio que estejam criadas condições para que se realize um determinado compromisso histórico, entre o Partido Socialista e os outros partidos de esquerda.

Acho lamentável mas é a realidade. O PC poderá ter culpas, mas não só. Penso no que aconteceu na madrugada do dia 26 de Abril do ano passa-

do, quando vieram pessoas dizer ao País, pela Televisão, que o povo se tinha enganado ao votar. Isso foi traumatizante...

Recordo o que se passou no dia 1 de Maio que foi o início de uma divisão que não deixou de acentuar-se e teve o seu auge nos meados do ano passado. Tudo isso deixa marcas. E o resultado é este: não vejo como poderá haver uma aliança.

Mas eu falei de uma aliança do tipo de Governo. E talvez não fosse esse sentido da sua pergunta?

— Não, era no campo prático, imediato...

— Nesse aspecto de defesa das liberdades e oportunidades para cada partido durante a campanha eleitoral, penso que todas as alianças serão desejáveis com quem efectivamente queira instaurar um clima, que não seja de violência e de desigualdade.

Se houver necessidade do PS lutar para que em determinada região sejam criadas condições de tolerância e de liberdade para que essa condição venham a existir, o PS estará interessado e empenhado.

— Portanto, o anticomunismo, no Norte, não passa pelo PS?

— Tanto quanto posso ver, nos meios que conheço, não creio que exista anticomunismo. Há efectivamente um repúdio dessa prática que o PC tem levado a cabo, mas um re-

púdio quase até de desgosto. Tomaríamos nós que não fosse assim...

O anticomunismo no sentido em que empregado habitualmente, eu não dou conta dele junto das bases aqui da Federação do Porto. Não me parece que isso seja uma tônica...

— Bem, já tivemos notícia de que em diversos pontos do Norte militantes de bases do PS se tinham aliado, se tinham proposto actuar ao lado dos militantes do PC, na defesa das liberdades...

— Também conheço alguns casos concretos que correspondem, parece-me, a uma orientação generalizada... Mas não será apenas com o PC. Onde não haja possibilidades de exercer uma campanha em pé de igualdade com outras forças, o PS estará empenhado em desfazer esse clima...

Se amanhã for o próprio PPD, com quem as relações neste momento estão um pouco tensas, que tenha dificuldades num determinado local, o PS fará a tal «aliança»...

E A DIREITA?

— Esse princípio de «liberdade total» abrange mesmo os partidos mais à direita? — Faço a pergunta porque, normalmente, os partidos de extrema-direita actuam pela violência o que está um tanto em contradição com o princípio da liberdade total...

— Tem toda a razão. Para

mim é uma preocupação de sempre. Nós sabemos que a direita, que tanto reclama a liberdade enquanto não está no Poder, a primeira coisa que faz quando alcança o Poder é eliminar as liberdades. E não se preocupa absolutamente nada com os métodos democráticos...

Não há nenhuma direita que aproveite umas eleições, acto predominantemente democrático, para depois governar democraticamente. O que acontece é o contrário. E tem sido nesse aspecto que a esquerda tem demonstrado uma certa fraqueza. O exemplo do Chile está presente em todos nós.

Quer dizer, a esquerda que procure respeitar o jogo democrático é fatalmente prejudicada neste plano, em relação a uma prática da direita. A direita não está disposta a deixar-se perturbar e enlevar por mecanismos democráticos. Por definição está contra esses mecanismos...

Suponho, ainda, que uma das virtudes da esquerda é não actuar da mesma maneira em relação aos adversários. Só admito que se tolerem partidos da direita que respeitem o jogo democrático.

Na situação portuguesa, ainda não vi que haja partidos cuja prática se revele imediatamente da extrema-direita. Poderá pensar-se que haverá, pelo menos, um partido de extrema-direita. O que é certo é que ainda não se viu actuar como tal.

HOJE CARTAZ ELEITORAL

Algumas contrariedades técnicas impediram-nos, por vezes, o cumprimento integral da informação relativa aos comícios promovidos pelos diversos partidos, do que pedimos desculpa a estes e aos nossos leitores. A partir de hoje procuraremos evitar, como nos compete, a repetição de tais insuficiências.

panhã (Porto); Santo Ildefonso, Círculo Operário Católico; Valongo esc. da Costa, às 21,30.

túbal: Palmela e Sesimbra, às 21,30. Portalegre: Em Elvas, às 19,30, na Praça da República.

às 21,30; Distrito de Beja: no Alvitto, às 21,30; Distrito de Évora: em Arraiolos, às 21 horas; Distrito de Leiria: Obidos, Pedrógão e Boavista, às 21 horas; Distrito de Portalegre: em Niza e Alter do Chão, às 21 horas; Distrito de Viana do Castelo: comícios em Monção e Viana do Castelo, às 21 horas; Distrito do Porto: Penafiel, Santo Tirso e Amarante, às 21,30; Distrito de Faro: Comício em Tavira, às 21,30.



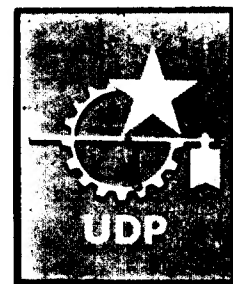
Distrito de Lisboa: em Lisboa, na Neograma, às 18 horas; no refeitório da AGPL, às 18,15; no Banco de Portugal, às 18,30; na Bemposta (Bucelas), às 20,30; em Alvalade, Suberra (S. João dos Montes), Cachoeiros (V.F. Xira), Unhos, Santa Iria da Azóia, Odivelas, Paredes e Campelos (Torres Vedras), às 21 horas; em Marvila (no Lazer de Prata Clube), no Liberdade Atlético Clube, no Beato (Império da Picheleira), em Baratã (Algueirão), Venda Seca (Belas), Vila Verde, Azenhas do Mar e Almoçageme (Sintra), Camarate (V.F. Xira), Manique, Sassoires e Amoreira (Cascais), às 21,30; em Castanheira (V. F. Xira), sessão na empresa Ecri, às 17 horas. **Distrito de Setúbal:** comícios na Moita e em Alcochete, e sessões de esclarecimento no Barreiro (empresa SCUA e Clube «Os Celtas»), Alhos Vedros (Sociedade União Familiar), Sarilhos Grandes, Seixal (Ginásio Clube da Cabouca), Arrentela, Cercal e Setúbal (escola das Padeiras), às 21 horas; às 21,30, sessões nos Bombeiros da Costa da Caparica, na Trafaria, em Almada (Incrível Almadense), Cova da Piedade (fábrica Scuat) e Palmela (na Quinta do Anjo e na Sociedade Filarmónica «Os Loureiros»), todas às 21,30. **Porto:** sessões na empresa Alumina e na UTIC (Gaia), às 18 horas. **Vila Real:** comício na Régua, para apresentação dos candidatos pelo distrito, às 21,30; sessão de esclarecimento em Vila Real, no Grupo Desportivo do Bairro Latino, também às 21,30. **Leiria:** comícios em Alcobaca e Pombal, às 21 horas. **Castelo Branco:** comício na Covilhã, com Álvaro Cunhal, no Pavilhão da FAEC, às 21,30. **Coimbra:** sessão em Condeixa, às 21,30. **Portalegre:** Castelo de Vide, às 21 horas.



Distrito de Lisboa: em Oeiras (Bombeiros Voluntários) e na Ericeira («boite» do Hotel Turismo), às 21,30. **Leiria:** na escola primária da Boavista e em Albergaria dos Doze, às 21. **Portalegre:** na Casa do Povo de Ponte de Soure, às 21, apresentação dos candidatos pelo círculo. **Porto:** Paços de Ferreira, Freimunde e Trofa, às 21,30. **Santarém:** em Fátima, às 21,30. **Setúbal:** Grândola, às 16, e Alcácer do Sal, às 21,30. **Viseu:** Mangualde, Canas de Senhorim e Caramulo, às 21 horas.



Distrito de Lisboa: Sessões de esclarecimento em Santa Iria da Azóia (Secção local), União Recreativa do Dafundo, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Arcena (Alverca), Amadora (Secção), Azambuja, Campolide (no Liberdade Atlético Clube), Estoril (Comissão de moradores), Bombeiros de Linda-a-Pastora, Liceu Nacional de Oeiras, Talaide, Vialonga, S. Sebastião (Bombeiros Voluntários), Povos (V.F. Xira), A-da-Beja (Belas), Fanhões, Odivelas (cinema), Mira (Sintra), Zambujal, Ajuda (Arruda dos Vinhos), Fetais (Monte Agraço), Felgueiras (Cadaval), Carreiras e Ermegeiras (Torres Vedras), Paredes (Alenquer e Milharados (Mafra), todas às 21,30; **Distrito de Santarém:** Rossio ao Sul do Tejo e Benavente, às 21 horas; **Distrito de Setúbal:** Alcácer do Sal, Pinhal Novo, Azeitão, Sesimbra, Sines, Alcochete e Setúbal (na Escola da Aldeia Grande), todas às 21 horas.



DISTRITO DE LISBOA
— Fontainhas (Cascais), no G. Desportivo, às 21;
— Amadora, na col. do Bairro de Janeiro, às 21;
— Ajuda-Prazeres, na col. «Ordem e Progresso», às 21;
— Campo de Ourique, no Andorinhas F.C., às 21;
— Mem Martins, no Progresso Clube, às 21;
— Casalinhos (Fanhões), na col. «Alternativa 10», às 21;
— Boavista, Clube Social e Desportivo, às 21 e 30;
— Sacavém na Académica, às 21 e 30;
— A-dos-Cunhados, às 21,30;
— Lisboa (UEDP), no liceu Passos Manuel, às 22 e 30;
— Lisboa (UEDP), na Fac. de Letras, às 15.

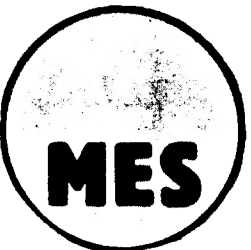
DISTRITO DE SETÚBAL
— Baixa da Banheira, no Gin. At. Clube, às 21 e 30;
— Torrão, na soc. 1. de Janeiro, às 21;
— Afonseira (Montijo), na S. R. Progresso, às 21 e 30;
— Seixal, na Casa dos Pescadores, às 21,30;
— Sobreda (Almada), no C. Rec. às 21 e 30;
— Setúbal no bairro Aze-da às 21 e 30;
— Alvalade-Sado, na Casa do Povo, às 21.
E ainda em Almeirim, Vila Nova de Ourém, Évora, Darque e Afife (Viana do Castelo), Taipas (Guimarães), Seia, Aveiro, Santa Maria de Lamas, Marco de Canaveses, Matosinhos e no Porto (C.F. Acelerada, C.Social do B.º João de Deus, Bairro do Ameal, escola da Lapa e Fac. de Engenharia), todas às 21 horas.



Na Chamusca, às 21, e em Santiago do Cacém, Peniche, Poiares, Aljezur e na Maia (Porto), às 21,30.



Distrito de Lisboa: em Mafra (Cine-Teatro S. Jerónimo), Amadora (Sociedade Filarmónica) e Galinheiras, às 21,30; **Setúbal:** na Sociedade Recreativa de Azeitão, às 21,30; **Coimbra:** no Grémio Operário da Sé Nova, às 21,30; **Porto:** na Escola Preparatória D. Afonso V, em Gondomar, às 21,30.



Distrito de Aveiro: às 21,30 S. João da Madeira, na escola preparatória; **Distrito de Castelo Branco:** às 21,30 Belmonte, Oleiros; **Distrito de Faro:** às 21,30 Bairro da Atalaia (Faro), na escola primária; **Distrito de Leiria:** às 21,30 na escola primária de Marrazes; **Distrito de Lisboa:** Cascais, nas oficinas da Camara às 17, Barracão do Povo da Ribeira da Lage, 21,30; Arroios, Clube Atlético, 21,30; Sp. Lisboa e Oriental, 21,30; Sacavém (Trefilaria), 18; V.F. de Xira, Liceu, 16; Sobral de Monte Agraço, 21,30; **Distrito do Porto:** às 21,30 Maia B. Voluntários; Matosinhos, Senhoa da Hora; Cam-



Distrito de Lisboa: Sessões de esclarecimento em Runa, S. Pedro do Estoril, Linda-a-Velha, S. Pedro da Cadeira (Torres Vedras) e em Lisboa (na Escola António Arroio, ao Beato, na Academia Santa Cecília), às 21,30; comício na Malveira, Também às 21,30. **Leiria:** comício às 21,30. **Evora:** sessão de esclarecimento no Vimeiro, às 21 horas. **Se-**

CAMPANHA NA RÁDIO E NA TELEVISÃO

Rádiodifusão Portuguesa — (Programa 1): 19.00-19.10 — P. P. D.; 19.10-19.20 — F. S. P.; 19.20-19.30 — L. C. I.; 19.30-19.40 — C. D. S.; 19.40-19.50 — P. R. T.; 19.50-20.00 — C. D. S.; 20.00-20.10 — P. S.; 20.10-20.20 — A. O. C. e 20.20-20.30 — P. S.
Rádio Renascença — 10.10-10.20 — P. S.; 10.20-10.30 — P. C. P. (M-L); 10.30-10.40 — P. P. M.; 10.40-10.50 — F. S. P.; 10.50-11.00 — F. S. P.; 11.00-11.10 — U. D. P.; 11.10-11.20 — P. P. D.; 11.20-11.30 — U. D. P. e 11.30-11.40 — P. S.
Rádiorradiotelevisão Portuguesa — 13.30-13.40 — M. E. S.; 13.40-13.50 — F. S. P.; 13.50-14.00 — L. C. I. e 14.00-14.10 — P. P. M.

NUMEROSOS INCIDENTES NOS PRIMEIROS DIAS DA CAMPANHA ELEITORAL

Numerosos incidentes marcaram os primeiros cinco dias da presente campanha eleitoral. Um balanço provisório, realizado pela Anop, revela terem-se registado até agora dois mortos, um ferido grave, e dois mortos sem gravidade, em consequência de uma bomba e cinco petardos em diferentes pontos do País. Trata-se, no entanto, de uma estimativa ligeira, apontando para um único tipo de incidente (rebentamento de explosivos). Para além destes, há porém que assinalar diversas agressões pessoais e atentados frustrados, denunciados pelos partidos atingidos.

O último incidente conhecido ocorreu ontem à noite, em Esposende, a norte do Porto, quando, no final de um comício do Partido Socialista, algumas das pessoas que haviam estado presentes foram abordadas por retornados das ex-colónias, envolvendo-se em confrontações físicas de que resultaram vários feridos ligeiros.

Retornados foram também responsáveis pelo impedimento da realização de um outro comício do P. S., este nas terras do Monfortinho, junto à fronteira espanhola. Registraram-se novos confrontos físicos, que se saldaram por um ferido sem gravidade.

A actuação antidemocrática de retornados fez-se também sentir na freguesia de Freches, concelho de Trancoso, visando desta vez o boicote de uma sessão de esclarecimento do Partido Comunista Português.

Também no distrito de Santarém, na Charneca do Maxial, o P. C. P. viu a realização de um comício boicotada por elementos que classifica num comunicado como «reconhecidos fascistas». Num e noutro caso, assinala o P. C. P., só não se registaram confrontações violentas devido «à calma dos seus militantes».

Nas agressões contra o P. C. P., insere-se ainda o rebentamento de um petardo à porta do seu centro de trabalho na cidade do Porto. Tratou-se, ao que parece, de um acto intimidatório, do qual não resultaram vítimas.

Quanto àquilo que se convencionou chamar «guerra dos cartazes», o P. C. P. tem sido um dos principais alvos.

Comunicados deste partido denunciam actos provocatórios, passando por agressões e inutilização de propaganda mural, em Abravetes, junto à estação dos caminhos-de-ferro e em Viseu (não só na cidade como em todo o distrito).

Neste género de incidentes, assinala-se que militantes comunistas foram alvejados a tiro, na noite de 5 para 6 deste mês, quando procediam à colagem de cartazes em S. Jorge, freguesia de Porto de Mós, distrito de Leiria. Ainda no distrito de Leiria, na freguesia de Monte Redondo, frases provocatórias foram escritas em cartazes do P. C. P., enquanto na Nazaré a propaganda mural do partido foi arrancada.

Quanto ao C. D. S., dois petardos assinalaram outros tantos comícios: um em Coimbra e outro, (o último) a alguns quilómetros de Aveiro. Não houve vítimas.

O Governo Civil de Lisboa tomou ontem público a seguinte nota acerca de uma pretensa «manifestação anticomunista» hoje na capital:

«1. Em relação a uma hipotética manifestação anticomunista que estaria anunciada para amanhã, e sobre a qual os seus desconhecidos promotores se queixariam de dificuldades de legalização e pediram anonimamente facilidades para tal fim, esclarece o Governo Civil de Lisboa que nenhuma diligência foi feita nesse sentido, pelo que tal manifestação, se acaso há verdadeira intenção de a realizar, seria insanavelmente ilegal.

2. O direito de reunião e de manifestação está inteiramente assegurado, desde que exercido de acordo com a lei, aliás das mais permissivas que o mundo conhece. Mas a participação em manifestações ilegais pode obrigar as autoridades de segurança a tomar medidas de cujas consequências serão única e exclusivamente responsáveis os eventuais participantes.»

Entretanto, o matutino «O Dia» na sua edição de hoje, faz referência a um comunicado de uma «Frente Anticomunista Patriótica» onde se informa da decisão de «adiar a manifestação para data a anunciar oportunamente». A «Frente Anticomunista e Patriótica», segundo o jornal citado, fundamenta a sua decisão alegando o «aproveitamento da dita manifestação por alguns sectores já definidos como próximos da filial do P.C. soviético em Portugal (o P.C.P.), entre os quais se contam: M.E.S., P.R.P.-B.R., U.D.P., que visariam provocar um banho de sangue. «O adiamento da manifestação funda-se ainda em razões de «bom senso».

Oportunamente, C.D.S. e P.P.D. haviam já difundido tomadas de posição perante a manifestação em causa, dela desvinculando-se: o primeiro, «lamentando a sua organização»; o segundo a «exortar os seus militantes, simpatizantes e Povo português em geral a não participarem na referida manifestação».

Não há qualquer referência concreta em relação à chamada «Frente Anticomunista e Patriótica», presumindo-se todavia que possa tratar-se de mais uma de inúmeras iniciativas de elementos de qualquer modo ligados ao ideário da extrema-direita em Portugal.

Apoio logístico às eleições

Ao contrário do que tinha sido anunciado, a reunião de governadores civis que está a decorrer à hora de fecharmos o nosso jornal não foi presidida pelo ministro da Administração Interna, por este ter sido forçado a participar numa reunião do Conselho de Minis-